



SETEMBRO-OUTUBRO 2011

Military Review

EDIÇÃO BRASILEIRA

SETEMBRO-OUTUBRO 2011

<http://militaryreview.army.mil>



Biblioteca do Congresso dos EUA

O General William Tecumseh Sherman e seu Estado-Maior. Em pé, da esquerda para a direita: Oliver Otis Howard, William Babcock Hazen, Jefferson Columbus Davis e Joseph Anthony Mower; sentados, da esquerda para a direita: John Alexander Logan, William Tecumseh Sherman e Henry Warner Slocum.



Military Review

EDIÇÃO BRASILEIRA



Nivelando Conhecimentos sobre o Sistema de Defesa dos Estados Unidos da América p. 2

Coronel de Cavalaria Douglas Bassoli, Exército Brasileiro

Sete Pilares de Poder das Pequenas Guerras p. 36

Randy Borum, Ph.D.

Combatendo na Guerra da Informação e Perdendo a Credibilidade: O Que Podemos Fazer? p. 76

Tenente-Coronel Rumi Nielson-Green, Exército dos EUA

PB-100-11-09/10
Headquarters, Department of the Army
PIN: 100788-000
Approved for public release; distribution is unlimited

CENTRO DE ARMAS COMBINADAS, FORTE LEAVENWORTH, KANSAS



Military Review

General Robert L. Caslen Jr.
*Comandante,
Centro de Armas Combinadas (CAC)*

Cel John J. Smith
Editor-Chefe da Military Review

Ten Cel Jeffrey Buczkowski
Subdiretor

Redação
Marlys Cook
Editora-Chefe das Edições em Inglês
Miguel Severo
*Editor-Chefe,
Edições em Línguas Estrangeiras*
Maj David Youngdoff
Gerente de Produção

Administração
Linda Darnell
Secretária

Edições Ibero-Americanas
Paula Keller Severo
Assistente de Tradução
Michael Serravo
Diagramador/Webmaster

Edição Hispano-Americana
Albis Thompson
Tradutora/Editora
Ronald Williford
Tradutor/Editor

Edição Brasileira
Shawn A. Spencer
Tradutor/Editor
Flavia da Rocha Spiegel Linck
Tradutora/Editora

Assessores das Edições Ibero-americanas
Cel Jorge Gatica Bórquez,
Oficial de Ligação do Exército Chileno junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Hispano-Americana
Cel Douglas Bassoli,
Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Brasileira

Foto da capa: Rebeldes anti-Kadafi levantam uma criança com um AK-47 e sinalizam com o “V de Vitória”, Trípoli, 20 Mar 11.

AP Foto/Jerome Delay



2 Nivelando Conhecimentos sobre o Sistema de Defesa dos Estados Unidos da América

Coronel de Cavalaria Douglas Bassoli, Exército Brasileiro

Com a possibilidade de realizar experimentação continuamente, o U.S. Army tem se mantido em permanente evolução, alterando planejamentos e programas com relativo dinamismo.



9 Os Militares e a Política: Derrubando Alguns Mitos

Coronel-Aviador Phillip S. Meilinger (Reserva), Força Aérea dos EUA

Nem sequer passa pela cabeça de um cidadão estadunidense de hoje a ideia de que o principal comandante militar do país possa candidatar-se a um cargo político importante, estando ainda na ativa.



19 Deuses da Cidade e Divindades da Aldeia: O Viés Urbano nas Operações de Contrainsurgência

Eric Jardine

A história mostra que as insurgências de base rural têm frequentemente mais sucesso contra seus inimigos do que as que enfatizam as operações urbanas.



29 Operações de Informações: De Boas a Ótimas

General (BG) Ralph O. Baker, Exército dos EUA

Para controlar o centro de gravidade no combate de contrainsurgência, temos de assegurar a transmissão repetitiva de mensagens precisas e coordenadas aos públicos-alvo, a fim de influenciarmos suas atitudes e seu comportamento.



36 Sete Pilares de Poder das Pequenas Guerras

Randy Borum, Ph.D.

Há sete fontes de poder que são relevantes para as insurgências e os movimentos de resistência. O entendimento dessas pode ajudar a explicar como e por que algumas insurgências obtêm sucesso e outras não, e ajudar a formar estratégias para enfrentá-las.



47 Clausewitz e os Estudiosos da “Nova Guerra”

Bart Schuurman

Os teóricos da “nova guerra” já provaram que as forças armadas do Ocidente precisam alterar definitivamente a forma como encaram os conflitos armados e como se preparam para eles. Infelizmente, alguns desses teóricos também tentaram mudar radicalmente a maneira como vemos os conflitos armados em geral.



57 Convivendo com um Elefante: Observações Pessoais sobre as Operações de Coalizão no Ambiente Operacional Contemporâneo

General de Exército Sir Nick Parker, Exército Britânico

Como obter a máxima efetividade nas atuais operações de coalizão, particularmente quando um dos países parceiros é claramente predominante em termos de massa ou investimento físico?



68 O Design da Vitória na Europa

Coronel John J. Marr, Exército dos EUA

O General de Divisão Morgan logo se deu conta de que um esforço para desenvolver uma campanha tão ampla como um ataque à Alemanha pelo noroeste da Europa, com o objetivo de a pôr fim à guerra, exigiria mais que apenas o planejamento militar tradicional.



76 Combatendo na Guerra da Informação e Perdendo a Credibilidade: O Que Podemos Fazer?

Tenente-Coronel Rumi Nielson-Green, Exército dos EUA

A chamada “guerra da informação” contra terroristas e insurgentes já custou quase 1 bilhão de dólares às Forças Armadas estadunidenses, nos últimos três anos. No entanto, esse talvez não tenha sido o principal custo.



84 A Disputa pela Aldeia: Sul do Afeganistão, 2010

Tenente-Coronel Brian Petit, Exército dos EUA

Decorridos nove anos de guerra no Afeganistão, a estrutura social ali predominante — a aldeia — continua desafiando estrategistas e executores das atividades de contrainsurgência que buscam obter e manter influência sobre a população rural do país. A aldeia afegã é difícil de ser entendida, complicada para ser engajada e representa um desafio para quem pretenda exercer qualquer tipo de influência.

Raymond T. Odierno
General, United States Army
Chief of Staff

Official:

JOYCE E. MORROW
Administrative Assistant to the
Secretary of the Army 0633905

Military Review – Publicada pelo CAC/EUA, Forte Leavenworth, Kansas, bimestralmente em português, espanhol e inglês. Porte pago em Leavenworth Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio. A correspondência deverá ser endereçada à *Military Review*, CAC, Forte Leavenworth, Kansas, 66027-1293, EUA. Telefone (913) 684-9338, ou FAX (913) 684-9328; Correio Eletrônico (E-Mail) leav-milrevweb@conus.army.mil. A *Military Review* pode também ser lida através da Internet no Website: <http://www.militaryreview.army.mil/>. Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., 11 West 40th Street, New York, NY, 10018-2693. As opiniões aqui expressas pertencem a seus respectivos autores e não ao Ministério da Defesa ou seus elementos constituintes, a não ser que a observação específica defina a autoria da opinião. A *Military Review* se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido às limitações de seu espaço.

Military Review Edição Brasileira (US ISSN 1067-0653) (UPS 009-356) is published bimonthly by the U.S. Army, Combined Arms Center (CAC), Ft. Leavenworth, KS 66027-1293. Periodical paid at Leavenworth, KS 66048, and additional mailing offices. Postmaster send corrections to *Military Review*, CAC, Truesdell Hall, 290 Stimson Ave., Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Nivelando Conhecimentos sobre o Sistema de Defesa dos Estados Unidos da América

Coronel de Cavalaria Douglas Bassoli, Exército Brasileiro

ESTANDO HÁ QUASE um ano no cargo de Oficial de Ligação junto ao Centro de Armas Combinadas (CAC) do Exército dos Estados Unidos da América, julguei ser oportuno reunir alguns esclarecimentos às questões mais comuns que tenho recebido de leitores da edição brasileira da *Military Review* (MR) e de alguns dos envolvidos nos diversos projetos em andamento no Exército Brasileiro (EB), transformando as respostas em um artigo para ser publicado na própria revista.

De fato, é preciso admitir que não é fácil acompanhar a evolução organizacional e doutrinária do Exército dos Estados Unidos da América (EUA) — mesmo para seus próprios integrantes, como tenho observado —, considerando a dinâmica das mudanças que vêm ocorrendo no âmbito das Forças Armadas estadunidenses, envolvidas em duas campanhas militares simultâneas, por quase uma década.

Ainda que alguns temas atuais estejam sendo tratados com suficiente detalhamento nos diversos artigos publicados nesta revista — como as discussões em torno das Operações de Informações e do recém-criado conceito de *design*¹ do *U.S. Army*, por exemplo — há alguns aspectos próprios da organização e da doutrina militar estadunidenses que não são tão óbvios ao leitor que não tenha conhecimento prévio sobre o país.

Assim, de forma despreziosa, reunimos algumas das dúvidas mais comuns — a organização do Sistema de Defesa; o papel dos Comandos Combatentes; e a organização do Exército e alguns aspectos do seu processo de “Transformação” — na tentativa de auxiliar os

leitores a compreender certos aspectos abordados em artigos anteriores, ou que venham a ser publicados, na edição brasileira da MR².

Os Comandos Combatentes Unificados

A evolução histórica dos EUA nos últimos sessenta anos, que os colocou como a única superpotência do planeta com verdadeiro alcance global, determinou uma gradual e constante mudança no seu sistema de Defesa, de modo a mantê-lo compatível com a completa dimensão alcançada pelos interesses dos EUA, ao redor do mundo. Ao longo dos anos, sucessivos governantes e chefes militares, preocupados em consolidar e manter a liderança mundial conquistada, estudaram a melhor forma de manter permanentes a consciência situacional sobre potenciais rivais e a interação com os aliados e parceiros, sempre com vistas à defesa dos interesses nacionais estadunidenses.

Destaca-se, como uma das principais decorrências dessa visão na estrutura de Defesa, a criação dos Comandos Combatentes Unificados. Estes são Comandos Conjuntos diretamente subordinados ao Secretário de Defesa e ao Comandante em Chefe das Forças Armadas, o Presidente dos EUA. A atual estrutura e a responsabilidade desses comandos foram determinadas pela Lei Goldwater-Nichols (que reorganizou o Departamento de Defesa), que entrou em vigor em 1986, durante o Governo de Ronald Reagan³. Ela refletiu as conclusões a que chegou uma comissão especial, designada pelo Presidente, para estudar os problemas decorrentes da excessiva autonomia entre os Comandos das três Forças Armadas — e

O Coronel de Cavalaria Douglas Bassoli é o atual oficial de ligação do Exército Brasileiro junto ao Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA, no Forte Leavenworth, Kansas. É bacharel pela Academia Militar das Agulhas Negras; mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro e em

Estudos Estratégicos pelo U.S. Army War College, em Carlisle, Pensilvânia; e doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro. É piloto de combate da Aviação do Exército e foi observador militar das Nações Unidas na antiga Iugoslávia.

mais o Corpo de Fuzileiros Navais —, que levava a uma improdutiva e dispendiosa rivalidade entre elas e a dificuldades de coordenação de operações pelos Comandos Combinados então existentes.

A Lei modificou radicalmente a forma como as Forças são empregadas em operações ao redor do mundo, diminuindo a participação dos Chefes de Estado-Maior das Forças (os equivalentes aos Comandantes das Forças, no Brasil) na condução das campanhas militares propriamente ditas. Antes disso, os Comandos “Unificados” e Comandos Chamados de “Específicos” eram colocados sob a responsabilidade dos Comandantes de Força, que operavam como “gestores” das atividades militares nessas áreas. Isso provou ser difícil já nas Operações dos EUA no Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial, quando o General MacArthur e o Almirante Nimitz, ambos comandantes seniores de suas Forças, mostravam-se pouco dispostos a se subordinar um ao outro⁴.

A partir da reestruturação de 1986, novos Comandos Combatentes foram criados e todos passaram a contar com um Quartel-General comandado por um oficial-General de “quatro estrelas” (de qualquer uma das Forças ou do Corpo de Fuzileiros Navais, mediante indicação do Presidente e do Secretário de Defesa, e aprovação do Senado federal). Na sua organização, contam com Comandos Componentes subordinados, “representantes” de cada uma das Forças (Comando Componente do Exército, Comando Componente Naval, etc.). Em geral, esses Comandos Componentes são comandados por oficiais-Generais de duas estrelas.

Os atuais Comandos Unificados se dividem em Comandos Geográficos e Não Geográficos.



A nova sede do Comando Sul dos EUA (USSOUTHCOM), inaugurada em 17 Dez 10, em Doral, Flórida.

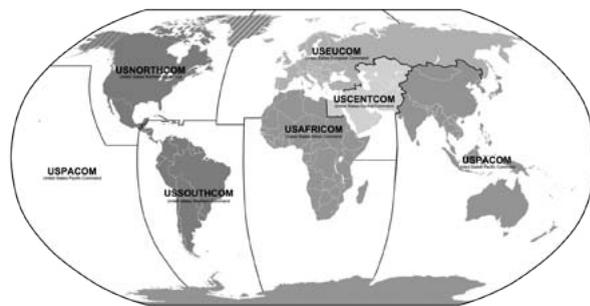


Figura 1 – Visão Geral da Divisão do Globo por Comandos Combatentes Unificados

Há seis Comandos Geográficos, com encargos de planejamento e emprego nas suas respectivas áreas “de responsabilidade”⁵. Ou seja, o globo terrestre foi dividido em “setores” (figura 1), e cada um recebeu um Comando Combinado: NORTHCOM (Comando Norte — América do Norte); SOUTHCOM (Comando Sul — Américas Central e do Sul, Caribe e parte do Atlântico Sul); EUCOM (Comando da Europa — Europa Ocidental, até a região do Cáucaso, Mediterrâneo e parte do Atlântico Norte); AFRICOM (Comando da África — todo o continente africano, exceto o Egito, e parte dos oceanos que o envolve); CENTCOM (Comando Central — Oriente Médio, do Cáucaso, até o Egito, a oeste, e o Paquistão, a leste); e PACOM (Comando do Pacífico — que inclui a maior parte da Ásia, a Oceania e praticamente todo o Oceano Pacífico e parte do Oceano Índico).

Segundo a Lei Goldwater-Nichols, os Secretários das Forças (civis, posicionados entre o Secretário de Defesa e os Chefes de Estado-Maior) são os responsáveis em prover os meios militares de que necessitam os Comandos Combatentes para cumprirem seus planejamentos operacionais em caso de ativação dos Teatros de Operações (TO) nas respectivas áreas. No que diz respeito a atividades típicas de cada Força (recrutamento, suprimento, instrução e adestramento, mobilização, atividades administrativas e manutenção), a subordinação continua ao seu respectivo Chefe de Estado-Maior.

Na sua estrutura permanente, os Comandos Unificados — e seus Comandos Componentes — possuem meios limitados, voltados para seu funcionamento como planejadores que são.

Todos os comandos geográficos têm unidades de Inteligência, de Forças Especiais, alguns meios aéreos e tropas de apoio (Polícia do Exército, por exemplo). O EUCOM e o PACOM são mais completos, contando com tropas desdobradas em países dentro de suas “áreas de responsabilidade”, na Europa, na Coreia do Sul e no Japão. Meios navais permanentemente alocados também não são uma regra.

Os Comandos não geográficos são quatro e estão organizados por funções⁶: STRATCOM (Comando Estratégico — responsável pelos meios nucleares, operações espaciais, mísseis balísticos intercontinentais e operações cibernéticas); TRANSCOM (Comando de Transporte — responsável pelos meios de deslocamento estratégico dos EUA); e SOCOM (Comando de Forças Especiais — que reúne as tropas de Forças Especiais das três Forças Armadas e dos Fuzileiros Navais). O JFCOM (Comando de Forças Conjuntas) está em processo de desativação e deixará de existir até o final deste ano⁷.

A Junta de Chefes de Estado-Maior

A Junta de Chefes de Estado-Maior é uma organização que foi criada em 1947 e que, desde a reorganização da Defesa, imposta pela Lei Goldwater-Nichols, atua como uma espécie de órgão consultivo do Presidente e do Secretário de Defesa, sem ter ascendência funcional sobre os Comandos Combatentes. Até a Lei Goldwater-Nichols, ela possuía um “presidente”, que era eleito pelos Chefes de Estado-Maior das Forças,

para representá-los junto à liderança civil do país. A lei de 1986 ampliou a importância do cargo: passou a considerá-lo o militar mais antigo do país, transformando-o no principal assessor do Presidente, para assuntos militares. O oficial-general que o ocupa é, de fato, o Chefe da Junta. Apesar dessa modificação, a organização atual prevê que o assessoramento do Chefe da Junta ao Comandante em Chefe leve em consideração as ideias debatidas com todos os chefes de estado-maior das Forças.

A Junta de Chefes de Estado-Maior *não* é um Estado-Maior Conjunto. Seu Chefe não possui autoridade sobre os Comandantes dos Comandos Combatentes Unificados, que estão subordinados diretamente ao Secretário de Defesa. No entanto, é permitido a ele comunicar-se diretamente com esses Comandantes para transmitir-lhes instruções do Presidente ou do Secretário de Defesa.

A Organização do Exército

O Departamento do Exército é dirigido por um civil, o Secretário do Exército. Ele tem o Chefe do Estado-Maior (equivalente ao Comandante do Exército, no Brasil) trabalhando como seu principal assessor, como o militar do Exército mais antigo do país⁸. Para atender ao que impõe a Organização do Departamento de Defesa, o Departamento do Exército dos EUA adotou uma estrutura que o divide, basicamente, em Comandos Principais, Comandos Componentes e Unidades Diretamente Subordinadas (figura 2).

Recentemente, como parte da adequação da Força à doutrina combinada em vigor, o Departamento buscou “espelhar” e adequar os conceitos adotados nos manuais da Defesa (chamados de Publicações Conjuntas, ou *Joint Publications*), reunindo as atividades de Combate, Apoio ao Combate e Apoio Logístico em seis “Funções de Combate”⁹: Comando de Missão (ex-Comando e Controle), Movimento e Manobra, Fogos, Proteção, Inteligência e *Sustainment* (um conceito mais amplo do que Logística; algo que pode ser traduzido como “Sustentação”, no sentido de “prover sustento”)¹⁰.

Para cada uma foi criado um Centro de Excelência, reunindo os treze centros de instrução do TRADOC, antes dispersos segundo Armas e especialidades. O Centro de Excelência de Comando de Missão está localizado no Forte



Departamento de Defesa - R. D. Ward

O Secretário de Defesa Leon E. Panetta durante sua primeira coletiva de imprensa, ao lado do Almirante Mike Mullen, então Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior, 04 Ago 11.

Leavenworth - KS; o de Manobra, no Forte Benning - GA; o de Fogos, no Forte Sill - OK o de Apoio à Manobra, no Forte Leonard Wood - MO; o de Inteligência, no Forte Huachuca - AZ; e o de *Sustainment*, no Forte Lee - VA. Há outros Centros de Excelência, específicos a determinadas especialidades: Aviação (Forte Rucker - AL), e Comunicações (Forte Gordon - GA), por exemplo¹¹.

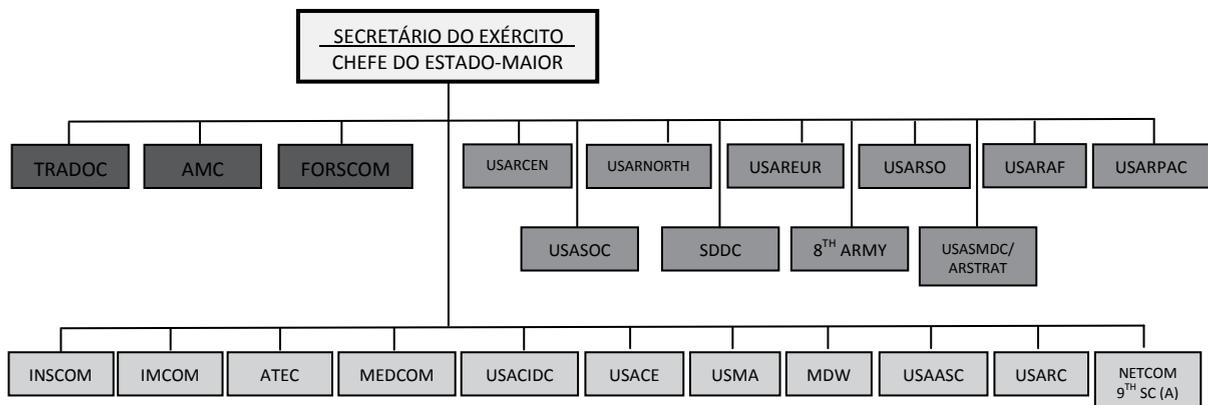
Como Anda a Transformação do Exército dos EUA

O projeto de Transformação do Exército dos EUA iniciado há cerca de uma década previa, desde sua concepção original, a transição de uma Força baseada na Divisão para uma Força baseada na brigada, o que a tornaria mais “modular”.

Devido às seguidas modificações na conjuntura internacional ao longo da execução do projeto e às novas demandas que foram surgindo em decorrência disso, o projeto teve de ser adaptado, sofrendo ajustes que se mostraram mais de acordo com a nova realidade mundial e do próprio país.

Desde 2004, o Plano de Campanha do Exército (*Army Campaign Plan — ACP*) passou a ser atualizado anualmente, com o intuito de coordenar e sincronizar as etapas dessa Transformação, incluindo algumas mudanças no ciclo de Geração de Forças¹².

Fruto das experiências mais recentes, surgiram novos termos e conceitos, como o das “Operações no Espectro Completo”¹³, que vieram a contribuir e aperfeiçoar a visão de futuro que orienta a Transformação. O conceito de modularidade de forças, no entanto, está mantido. Essa modularidade não eliminou os Comandos dos Corpos de Exército e das Divisões, que permanecem ativados e com plena capacidade de desdobramento nos diversos TO, segundo a necessidade¹⁴. A ideia, basicamente, é constituir *pools* de brigadas operacionais que permitam grande flexibilidade no planejamento e no atendimento às demandas de emprego, proporcionando rápida resposta às demandas dos Comandos Combatentes Unificados, em suas áreas de responsabilidade.



LEGENDA:

Comandos

TRADOC – Comando de Instrução e Doutrina
 AMC – Comando de Material
 FORSCOM – Comando de Forças

Comandos Componentes do Exército

USARCEN – Exército do Comando Central
 USARNORTH – Exército do Comando Norte
 USAREUR – Exército do Comando da Europa
 USARSO – Exército do Comando Sul
 USARAF – Exército do Comando da África
 USARPAC – Exército do Comando do Pacífico
 USASOC – Comando de Operações Especiais do Exército
 SDDC – Comando Militar de Desdobramento e Distribuição de Superfície
 8TH ARMY/EUSA – Exército das Forças dos EUA na Coreia
 USASMDC/ARSTRAT – Comando de Defesa Espacial e de Mísseis/ Forças do Exército no Comando Estratégico

Unidades Diretamente Subordinadas

INSCOM – Comando de Inteligência e Segurança
 IMCOM – Comando de Gerenciamento de Instalações
 ATEC – Comando de Testes e Avaliações do Exército
 MEDCOM – Comando Médico
 USACIDC – Comando de Investigações Criminais do Exército
 USACE – Corpo de Engenheiros do Exército
 USMA – Academia Militar de West Point
 MDW – Distrito Militar de Washington
 USAASC – Centro de Apoio às Aquisições do Exército
 USARC – Comando da Reserva do Exército
 NETCOM/ 9TH SC (A) – Comando de Tecnologia de Desenvolvimento de Rede / 9º Comando de Comunicações (Exército)

Figura 2 – Estrutura do Exército dos Estados Unidos

Apesar de toda a movimentação nesse sentido, existem diretrizes para que seja realizado um estudo para “restabelecer a conexão” entre as brigadas e os Comandos de Divisão e de Corpo de Exército, algo que deve gerar algumas alterações no próximo ACP a ser publicado.

A Força Modular

A adoção da “Força Modular” buscou os seguintes benefícios:

- Ampliação da Capacidade de Combate de Armas Combinadas;
- Simplificação da organização da Força para o emprego, com a criação de formações de combate e de apoio com estruturas semelhantes e modulares, de modo que a Força operativa possa receber meios organizados “sob medida” para atender suas necessidades;
- Melhor capacidade de atuação nos ambientes conjuntos, interagências, intergovernamental e multinacional, em função da redução da complexidade do planejamento e da execução das operações;
- Aumento da “independência tática” das brigadas;
- Rapidez de resposta às contingências (caráter “expedicionário”); e
- Aumento do número de brigadas disponíveis (BCTs), com a realocação de meios antes orgânicos das Divisões.

Com essa Transformação, o *U.S. Army* pretende atingir um total de 76 brigadas no pool de Brigadas de Armas Combinadas (BCT, na sigla em inglês), disponíveis para emprego em qualquer parte do globo, considerando os meios dos dois componentes (da Ativa e da Reserva do Exército). Até o final deste ano, o planejamento prevê que a Força tenha cerca de 300 brigadas modulares (76 BCT e 223 Brigadas de Apoio), nos dois componentes.

A “Força Modular” conta com três tipos de módulo:

As Brigadas de Combate (*Brigade Combat Team* — BCT) – Essas constituem a principal unidade tática da Força Operativa e podem ser de três tipos: de infantaria (IBCT, ou simplesmente BCT), pesada (*Heavy Brigade Combat Team* — HBCT) e mecanizada — dotada de veículos blindados leves sobre rodas, o *Stryker* (*Stryker Brigade Combat Team* — SBCT).

Algumas das BCT (Infantaria) são especialmente adaptadas para desempenhar missões de “operações de entrada forçada”, ou seja, são aerotransportadas ou aeromóveis.

Todas as três variantes de BCT são compostas por meios permanentes, nível batalhão, de armas combinadas ou de manobra (inclui subunidade de engenharia, na HBCT), fogos, reconhecimento e logística. Dependendo do tipo, as BCT possuem companhias que completam sua autonomia tática, como engenharia, inteligência, e anticarro, por exemplo. Em contraste com a organização baseada em Divisões, antes adotada, as BCT têm Quadros de Organização e Dotação padronizados. Todas estão recebendo novas gerações de equipamentos de Comando e Controle (C2), mais sensores para ampliar sua capacidade de executar Inteligência, vigilância e reconhecimento (ISR, em inglês) e novos armamentos.

Brigadas de Apoio Multifuncional — Cinco tipos de brigada complementam e reforçam os meios das BCT: Aviação; Vigilância do Campo de Batalha (BfSB — antiga ISR); Reforço de Manobra (que deverá reunir meios de apoio como QBN, polícia do Exército e Assuntos Cíveis, por exemplo); Fogos; e *Sustainment*.

Brigadas de Apoio — São aquelas brigadas ou Comandos que realizam somente uma função de apoio, como os Comandos de Defesa Aérea de Mísseis. Sobre o apoio antiaéreo, cabe destacar que não há previsão de que nem mesmo as Divisões de Exército o tenham, como orgânico. Elas serão centralizadas, passando a constituir um *pool* de unidades para emprego mediante estudo da situação.

A Geração de Forças, no Exército

O *U.S. Army* vem adotando um modelo de preparação e disponibilização progressiva de Unidades Operacionais para emprego pelos Comandos Combatentes, denominado Geração de Forças do Exército (ARFORGEN, na sigla original), cujo objetivo principal é garantir a manutenção do esforço em conflitos continuados ou de longa duração, como os vividos atualmente pelos EUA.

Ou seja, o objetivo do ARFORGEN é gerar as capacidades de poder terrestre que respondam às necessidades operacionais dos Comandos Combatentes, mantendo essas capacidades

ativas pelo tempo que se fizer necessário, com o mínimo prejuízo ao adestramento das tropas e ao bem-estar da família militar. A geração de forças, na verdade, trabalha para recondicionar (a expressão original em inglês é *reset*) as tropas operacionais antes de cada novo desdobramento, dando-lhes atualização de doutrina, treinamento e equipamento, de acordo com a evolução mais recente. Além disso, o processo prevê o tempo necessário para que os militares empregados em operações tenham tempo de recuperação e convívio familiar suficiente, de modo a não permitir prejuízos ao indivíduo e à sua família.

Com esse novo conceito de geração de Forças, a parcela do Exército que antes era tratada pelos manuais como sendo a Institucional (*Institutional Army*) passou a ser chamada de “Força Geradora”. Os Comandos e as Organizações militares integrantes dessa “Força Geradora” são os responsáveis por proporcionar as tropas operacionais prontas para o emprego à vertente operativa do Exército (o Exército Operacional, ou a Força Operacional, que também pode ser traduzida do inglês como

Força Operativa)¹⁵. Esta última é constituída, basicamente, pelos Comandos Componentes Terrestres dos Comandos Combatentes Unificados e pelas Unidades Operacionais que lhes são enviadas, quando há TO ativados (essa separação pode ser vista na figura 2).

A Força Geradora inclui os Comandos do Exército e as Unidades Diretamente Subordinadas. Diferentemente do que ocorre com as Unidades operacionais, normalmente alocadas aos Comandos Combatentes, as Organizações Militares da Força Geradora ficam subordinadas ao Chefe do Estado-Maior do Exército (e, por extensão, ao Secretário do Exército)¹⁶.

A preparação das Grandes-unidades que serão empregadas está a cargo do FORSCOM, que é o comando que reúne as tropas não empregadas e atua como o Comando gestor do ARFORGEN, sendo o responsável direto por gerenciar a parte do processo que diz respeito ao treinamento e ao recondicionamento das Unidades Operacionais, antes que elas sejam disponibilizadas aos Comandos Combatentes Unificados.

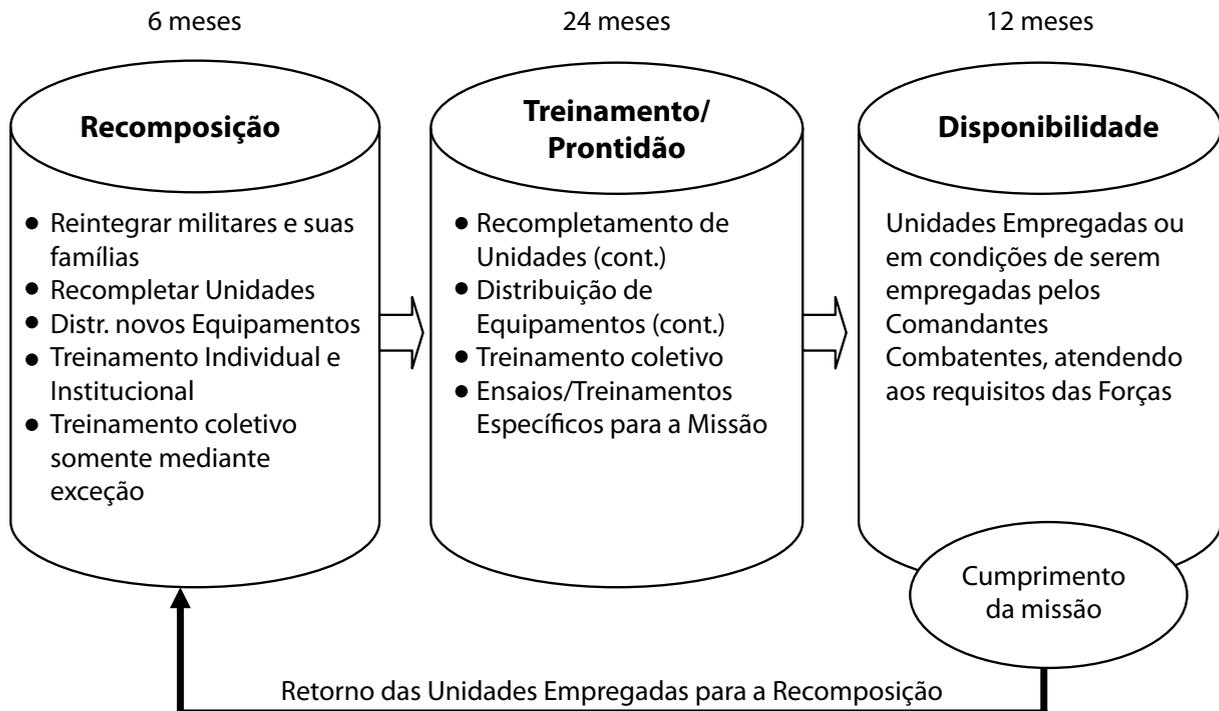


Figura 3 – Ciclo típico do ARFORGEN, para o Componente da Ativa do Exército¹⁷

Considerações Finais

O Exército dos EUA está passando por um processo de Transformação que pretende aperfeiçoar o gerenciamento do conhecimento e racionalizar o emprego de recursos. A participação nas recentes campanhas, no Afeganistão e no Iraque, levou a Força Terrestre a aprofundar a reflexão sobre suas capacidades em face das pesadas demandas impostas às suas Unidades e aos seus quadros. O resultado foi a reavaliação do projeto de Transformação inicialmente concebido, permitindo a evolução para um sistema que

permita manter uma Força ágil, capaz de realizar as “operações no espectro completo”.

Com a possibilidade de realizar experimentação em combate continuamente, o *U.S. Army* tem se mantido em permanente evolução, na última década, alterando planejamentos e programas com relativo dinamismo. Assim, pode-se afirmar que a atual organização — e o próprio projeto de Transformação — ainda estão sujeitos a alterações, à medida que seja identificado que soluções ora adotadas estejam sendo ineficazes ou pouco efetivas. **MR**

REFERÊNCIAS

1. As primeiras referências ao conceito de *design*, no Exército dos EUA, vieram com a publicação do Manual de Campanha 3-24 — *Contrainsurgência* (FM 3-24 — *Counterinsurgency*), em 2006. Alguns anos mais tarde, os novos manuais 3-0 — *Operações* (FM 3-0 — *Operations*) e 3-07 — *Operações de Estabilidade* (FM 3-07 — *Stability Operations*) passaram a adotar o conceito, referindo-se a ele em várias passagens. Com a publicação do novo Manual de Campanha 5-0 — *O Processo de Operações* (FM 5-0 — *The Operations Process* — que dedica um capítulo inteiro para detalhar a execução do processo, o *design* tornou-se definitivamente institucionalizado na Força. Por uma questão de coerência doutrinária, o termo não está sendo traduzido na edição brasileira da *Military Review*, pois uma tradução incorreta poderia comprometer o entendimento desse conceito inovador do *U.S. Army*. Entende-se que outros exércitos interessados em adotar conceito semelhante deverão buscar termos próprios de seus idiomas, de modo a adequadamente representar a ideia contida no *design*.

2. Por razões óbvias, este artigo não pretende ser completo na explicação de conceitos tão complexos como o modelo de Geração de Forças ou a modularidade adotada pela Força Terrestre dos EUA. O leitor que deseje aprofundar-se necessitará acessar os documentos citados como referência ao longo deste artigo (na quase totalidade, disponíveis somente em inglês) e outras publicações correlatas do Exército estadunidense.

3. A lei ficou assim conhecida devido aos seus dois principais autores, responsáveis por sua aprovação no Congresso dos EUA, o Senador Barry Goldwater e o Deputado Federal William Flynt Nichols.

4. É possível encontrar várias passagens narrando os desentendimentos entre o General Douglas MacArthur e o Almirante Chester W. Nimitz durante as operações no Pacífico, na literatura relacionada a essa campanha militar. Talvez o melhor exemplo venha das palavras do próprio MacArthur, em MacArthur, Douglas (1964), *Reminiscences of General of the Army Douglas MacArthur*, Annapolis: Bluejacket Books, ISBN 1-55750-483-0, OCLC 220661276.

5. Devido à sensibilidade que a expressão “Área de Responsabilidade” tem gerado entre países aliados, alguns dos Comandos Combatentes Unificados vêm substituindo-a por outras, como “Área de Interesse” ou “Área de Foco” (tal como é empregado pelo Departamento de Defesa, no organograma apresentado em seu site <http://www.defense.gov/orgchart/#45>). Área de Responsabilidade, no entanto, permanece sendo a expressão mais utilizada no meio militar estadunidense.

6. Por essa razão, os Comandos Não Geográficos também são chamados de Comandos Funcionais, como na página do Departamento de Defesa que trata do Comando Estratégico, <http://www.defense.gov/OrgChart/office.aspx? id=60>, acesso em: 08 ago. 11.

7. A polêmica decisão foi tomada pelo Secretário de Defesa Robert Gates, em um contexto no qual a otimização do uso de recursos e a eliminação de redundâncias foram, provavelmente, as principais considerações levadas em conta.

8. A organização dos Departamentos militares contempla estruturas duais, ou seja, escritórios civis que têm correspondência com as Seções de Estado-Maior da estrutura militar tradicional (G-1, G-3/5/7, etc.). Um exemplo dessa estrutura pode ser visto no organograma apresentado no site do Departamento do Exército (<http://www.army.mil/info/organization/headquarters/hqda/> - acesso em: 28 jul. 11). O Chefe do Estado-Maior é o militar mais antigo da Força a que pertence (exceto quando o Chefe da Junta de Chefes for um militar do Exército), atuando como planejador para efeitos de organização, treinamento e equipamento desta, sob a supervisão do Secretário.

9. O FM 3-0 substituiu os Sistemas Operacionais do Campo de Batalha pelas Funções de Combate (*Warfighting Functions*). Uma função de combate é um grupo de tarefas e sistemas (pessoas, organizações, informações, e

processos) unidos por uma finalidade comum, da qual os comandantes fazem uso para cumprir suas missões operacionais e de objetivos de instrução. Esta definição pode ser encontrada no glossário de termos online do Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA: <http://usacac.army.mil/cac2/call/thesaurus/toc.asp?id=33276§ion=w>, acesso em: 28 jul. 11.

10. Assim como ocorre com o termo *design*, a preferência também tem sido pela não tradução de *Sustainment*, nos artigos publicados pela edição brasileira da *Military Review*. Por tratar-se de um ideia ainda nova, até mesmo para as Forças Armadas dos EUA, este autor entende que cabe apenas aos órgãos formuladores de doutrina, nos exércitos interessados no conceito, definir como o termo será traduzido, se adotado.

11. O artigo de autoria do Coronel de Cavalaria Eduardo Antonio Fernandes, do Exército Brasileiro, intitulado “*U.S. Army TRADOC: Comando de Instrução e Doutrina do Exército dos Estados Unidos*”, que foi publicado na edição brasileira da *Military Review* de março-abril de 2010, apresenta organogramas mais detalhados desse Comando Principal e de uma visão futura da distribuição por Centros de Excelência. Se confrontarmos algumas explicações apresentadas neste e naquele artigo (escrito há pouco mais de um ano), poderemos perceber quão dinâmica tem sido a revisão do projeto de Transformação do Exército dos EUA.

12. O *Army Campaign Plan* (ACP) é um documento com classificação sigilosa e não está disponível a pessoas que não possuam credenciais de segurança específicas. Referências à sua versão mais recente (de 04 Feb 11), podem ser encontradas em sites do Exército dos EUA, como por exemplo em <http://www.army.mil/standto/archive/2011/02/08/>, acesso em: 27 jul. 2011.

13. “Operações no espectro completo” (*full spectrum operations*) é uma ideia recorrente nas atuais publicações do Exército dos EUA. Vide, por exemplo, os Manuais de Campanha 3-0 — *Operações* (FM 3-0 — *Operations*), com o capítulo 3 totalmente dedicado à descrição das operações no espectro completo; e o novo 7-0 — *Treinando Unidades e Desenvolvendo Líderes para as Operações no Espectro Completo* (FM 7-0 — *Training Units and Developing Leaders for Full Spectrum Operations*), de 23 Fev 11. Para o *U.S. Army*, atuar no Espectro Completo é dispor da capacidade de se adaptar rapidamente do combate convencional (Ofensiva e Defensiva) para o combate de estabilização (ou para o apoio civil, quando atendendo a emergências em território estadunidense) e vice-versa. Ainda mais: O exército deve ser capaz de atuar dentro dessas modalidades de combate ainda que elas ocorram de modo simultâneo.

14. Os Comandos de Divisão e de Corpo de Exército constituem, juntamente com os comandos dos componentes terrestres (Exército do Teatro de Operações), os chamados “QG modulares” da Força. Este artigo não irá entrar em detalhes quanto às organizações desses Grandes-Comandos, apenas ressaltando que eles são flexíveis e não possuem meios orgânicos além de seu próprio elemento de comando. Para mais dados, consulte o “Anexo C”, do Manual de Campanha 3-0 — *Operações* (FM 3-0 — *Operations*), de fevereiro de 2008.

15. Para mais detalhes, consulte o Manual de Campanha 1-01 — *O Apoio da Força Geradora às Operações* (FM 1-01 — *Generating Force Support for Operations*), de 04 Abr 08.

16. FM 1-01 *Generating Force Support for Operations*, parágrafo 1-11.

17. Baseado no modelo apresentado no capítulo I, do Regulamento do Exército 525–29 — *Geração de Força do Exército* (*Army Regulation 525–29 — Army Force Generation*), do Departamento do Exército, de 14 Mar 11. O Ciclo previsto para o componente da Reserva (Guarda Nacional e Reserva do Exército) difere quanto aos períodos em que as unidades permanecem nos pools de “Recomposição (*Reset*), Treinamento e Prontidão (*Train/Ready*) e Disponibilidade (*Available*).

Os Militares e a Política: Derrubando Alguns Mitos

Coronel-Aviador Phillip S. Meilinger (Reserva), Força Aérea dos EUA

© 2010 Phillip S. Meilinger

Este artigo foi originalmente publicado na revista *Parameters* (Summer 2010).

NEM SEQUER PASSA pela cabeça de um cidadão estadunidense de hoje a ideia de que o principal comandante militar do país possa candidatar-se a um cargo político importante, estando ainda na ativa. Imaginar que esse suposto oficial-general, tendo perdido a disputa à Presidência, retorne normalmente à sua função no Pentágono, seja posteriormente promovido e acabe recebendo o respeito geral do Congresso, do povo, da imprensa e até do próprio Presidente, após cumprir mais dez anos na ativa, é algo ainda mais absurdo. No entanto, foi exatamente isso o que aconteceu em meados do século XIX. O General de Brigada Winfield Scott, General em Chefe do Exército dos EUA e herói das Guerras de 1812 e contra o México, concorreu à indicação do Partido Whig (liberal) como candidato à presidência, disputando a vaga com o Presidente em exercício à época, Millard Fillmore. Em seguida, concorreu com seu antigo subordinado, o General (BG) da Reserva Franklin Pierce [BG - *Brigadier General*, primeiro posto de oficial-general no Exército dos EUA, cuja antiguidade está situada entre os postos de Coronel e de *Major General* (MG - posto equivalente a General de Brigada, no Brasil) — N. do T.]. Scott não solicitou seu afastamento da Força. Perdeu a eleição de 1852, mas continuou sendo o comandante do Exército por mais uma década. Em 1856, o Congresso expressou seu reconhecimento promovendo-o a General de Divisão, o que o tornou o primeiro oficial a atingir esse posto, desde George Washington¹.

Phillip S. Meilinger é Coronel-Aviador (Reserva) da Força Aérea dos EUA e doutor em História Militar. Sua mais recente obra é Hubert R. Harmon: Airman, Officer, Father of the Air Force Academy.

A campanha de 1852 não foi a primeira incursão de Scott na política. Em 1848, ele havia tentado ser escolhido como candidato presidencial do Partido Whig, que acabou selecionando outro General, Zachary Taylor. Taylor, que também era herói da Guerra contra o México, era, à época, comandante da Divisão Ocidental do Exército. Continuou na Ativa durante toda a campanha. Na verdade, a eleição foi realizada no dia 07 de novembro e o General Taylor só solicitou sua passagem para a Reserva no dia 21 de dezembro, o que lhe foi concedido a contar de 28 de fevereiro do ano seguinte, quatro dias antes de assumir a Presidência².

Esses não foram casos isolados. Durante quase toda a história dos Estados Unidos, esse tipo de conduta fez parte da tradição militar estadunidense. Dizer que as Forças militares têm se mantido afastadas de temas políticos é um mito. Ao contrário, os comandantes estiveram profundamente envolvidos na política. Ainda assim, Richard H. Kohn, um dos mais renomados observadores das relações civis-militares, afirma, em seu influente trabalho sobre o tema, que há uma crise em curso porque as Forças Armadas estão se tornando politizadas. Nem sempre teria sido assim, segundo ele:

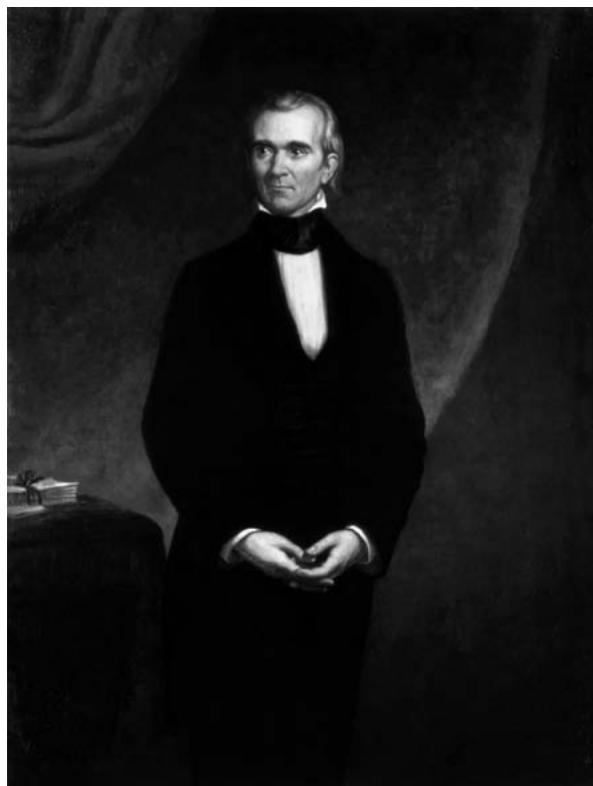
Historicamente, um dos principais baluartes do controle civil foi a própria instituição militar estadunidense. Sua pequena dimensão em tempos de paz; o profissionalismo de seus oficiais; sua neutralidade política; sua subordinação voluntária; e sua aceitação de um conjunto de normas de conduta no relacionamento civil-militar que não está escrito, mas que é plenamente compreendido: todos esses fatores possibilitaram o êxito do controle civil, por mais problemático que tenha sido ocasionalmente e por mais situacional que seja necessariamente³.

Os fatos são claros: os militares estadunidenses foram tudo, menos politicamente neutros ao longo da história; seus líderes nem sempre estiveram dispostos a submeter-se à autoridade civil; e frequentemente deixaram de assentir às normas de conduta não escritas. Em vez disso, havia essencialmente uma “membrana permeável” entre as esferas militar e política, que permitia que eles passassem de uma para a outra, conforme isso conviesse aos seus fins, aos dos partidos políticos e até aos da própria nação.

A Política e as Forças Armadas

Os fundadores da Pátria estadunidense possuíam temores relacionados à manutenção de um exército permanente. A Declaração da Independência criticava o Rei George III por ter “mantido exércitos permanentes entre nós, em tempos de paz, sem a anuência do nosso legislativo”; imposto uma Força de ocupação que “permitia que os militares fossem independentes e superiores ao poder civil”; e introduzido mercenários para “levar a cabo as tarefas da morte, da devastação e da tirania”. Assim, não surpreende que a questão da existência de um exército tenha sido extremamente polêmica nos Estados Unidos, que acabavam de se tornar independentes. Os debates na Convenção Constitucional de 1787 foram acalorados. Quando foi finalmente acordada, a Constituição continha várias disposições especificamente destinadas a regulamentar e definir os poderes e as limitações de um exército. O Presidente seria o Comandante em Chefe das Forças Armadas e nomearia oficiais, mas o Congresso controlaria as finanças e deteria o poder de declarar a guerra. A Segunda Emenda da Declaração de Direitos dos EUA garantiu ao povo o direito de possuir e portar armas para o fim de constituir uma “milícia bem regulada”, ao passo que a Terceira Emenda estabeleceu restrições severas ao acantonamento de soldados entre a população — uma queixa que também havia sido mencionada na Declaração da Independência. O povo norte-americano era, em geral, avesso à ideia de um exército permanente, vendo-o como uma ameaça à liberdade⁴.

Paradoxalmente, o medo e a aversão em relação a um exército profissional não se aplicavam aos seus comandantes. Como na Inglaterra, que também demonstrava uma apreensão tradicional



The White House Historical Association (White House Collection)

Presidente James K. Polk

em relação a um exército permanente, a oficialidade era vista com respeito. Desde os primórdios da nação, uma carreira militar era frequentemente vista como um caminho para alcançar cargos políticos. Essa tendência teve início com George Washington, comandante do Exército Continental na Revolução Americana. Nos dois mandatos de Washington, os principais integrantes de seu Gabinete — Henry Knox, Edmund Randolph, Timothy Pickering e Alexander Hamilton — haviam servido com ele como oficiais do Exército Continental⁵. Nos anos seguintes, vários generais — e alguns almirantes — tentaram converter o êxito na batalha em uma carreira política. Dos primeiros 25 a ocupar a Presidência, 21 tinham experiência militar⁶.

Os políticos de carreira tinham conhecimento disso e não surpreende, portanto, que Presidentes tenham selecionado oficiais com base em suas conhecidas inclinações políticas. O Presidente John Adams evitava nomear para os cargos de oficial alguém que não fosse Federalista e, em fevereiro de 1801, pouco antes do término do seu mandato, nomeou às pressas 87 indivíduos para preencherem vagas existentes no Exército.

Praticamente todos eram conhecidos Federalistas ou ex-militares — e, portanto, considerados confiáveis⁷. O Presidente seguinte, Thomas Jefferson, acabaria recusando-se a aceitar isso. Ele ordenou que o Capitão Meriwether Lewis fizesse um levantamento de todos os oficiais da Ativa no Exército, classificando-os não apenas segundo sua capacidade profissional, mas também segundo sua afiliação política. Os Federalistas foram afastados, e os Republicanos, promovidos⁸. O General de Brigada Jacob J. Brown, General em Chefe de 1821 a 1828, acreditava ter grande influência na corrida presidencial. No pleito de 1824, utilizou essa influência para apoiar John C. Calhoun, na disputa para Presidente. Quando os resultados foram apurados, ninguém havia obtido a maioria no Colégio Eleitoral, e Calhoun estava em terceiro, atrás de Andrew Jackson e de John Quincy Adams. Brown transferiu seu apoio para Adams, escrevendo a um amigo que Jackson, seu antigo irmão de armas, “não poderia ser seriamente considerado por homens sensatos”. Adams acabou vencendo e anunciou que Henry Clay, que havia ficado em quarto lugar na votação inicial, seria seu Secretário de Estado, em troca do apoio recebido na eleição. Brown abordou Adams e alegou que Clay não era uma boa escolha para o cargo. Para a posição, recomendou a escolha de seu velho amigo, o Governador de Nova York, DeWitt Clinton. Adams manteve sua opção por Clay⁹.

Em 1845, o Presidente James K. Polk, democrata, enfrentava um dilema sobre quem designar para o cargo de Comandante do Exército na guerra contra o México. Sabia que aquele que ocupasse a função teria vantagem na eleição presidencial seguinte. Os dois principais Generais de Polk, Zachary Taylor e Winfield Scott, eram, sabidamente, do Partido Whig e, portanto, politicamente inaceitáveis. Em uma tentativa de frustrar os planos da oposição, Polk propôs que o Senador democrata Thomas Hart Benton, um político de carreira sem nenhuma experiência militar, fosse “nomeado” General de Divisão. Se isso fosse aprovado pelo Congresso, Benton passaria a ser um superior hierárquico de Taylor e Scott, com grandes chances de se tornar um candidato à Presidência, após a guerra. O Senado entendeu a manobra de Polk, mas recusou-se a conceder a Benton o posto que só

havia sido atingido por George Washington até então. O Senador teve de se contentar com a patente de General de Brigada. Perdeu, assim, o sentido nomeá-lo para a comissão: Benton não desempenhou papel algum na guerra e, como receava Polk, os dois integrantes do Partido Whig disputaram a Presidência em 1848¹⁰. Conforme mencionado anteriormente, Taylor venceu.

Outros militares que trilharam o caminho entre o alto comando e os altos cargos políticos foram os Generais Andrew Jackson, herói da Batalha de Nova Orleans [da Guerra de 1812 — N. do T.] e da Primeira Guerra dos Seminoles, e William Henry Harrison, veterano da Guerra de 1812 e vitorioso contra o líder indígena conhecido como “O Profeta”, na Batalha de Tippecanoe. Ambos foram Presidentes. Jefferson Davis foi um excelente exemplo de alguém que alternou entre as carreiras militar e política. Serviu o Exército durante cinco anos, depois de se formar pela Academia Militar de West Point, em 1828. Alguns anos mais tarde, candidatou-se para o Congresso, ocupando uma cadeira em 1845. Davis renunciou ao cargo na Câmara de Representantes [equivalente à Câmara de Deputados no Brasil — N. do T.] no ano seguinte, para servir como coronel na Guerra contra o México. Foi eleito para o Senado, em 1848, e tornou-se Secretário da Guerra, em 1852; quatro anos mais tarde, retornou ao Senado. Em janeiro de 1861, deixou o Senado para tornar-se General de Brigada na milícia do Mississippi, quando seu Estado se separou da União; um mês depois, foi eleito Presidente dos Estados Confederados da América¹¹. O Coronel John C. Frémont, que foi um renomado explorador, serviu no Exército na década de 1840. Frémont era genro do Senador Thomas Hart Benton e usou esse parentesco para alavancar sua carreira política. Em 1850, foi eleito Senador pela Califórnia e, em 1856, tornou-se o primeiro candidato presidencial do recém-criado Partido Republicano. Perdeu para James Buchanan. Quando irrompeu a Guerra Civil, Frémont voltou à ativa como *Brigadier General*, sendo posteriormente promovido a General de Brigada, o que o colocou temporariamente acima de Ulysses S. Grant. Em 1878, tornou-se o Governador do Território do Arizona¹².

Vale observar que a Constituição permite essa “movimentação”. O Artigo I, Seção 6, proíbe que

membros do Congresso ocupem outro cargo federal simultaneamente, mas não impede ninguém que já o detenha, como um oficial das Forças Armadas, por exemplo, de se candidatar ao Congresso ou à Presidência, contanto que renuncie antes de assumir a nova função¹³. Significativamente, no decorrer do último século, os tribunais decidiram que essa “cláusula de inelegibilidade” não se aplica aos oficiais da Guarda Nacional ou da Reserva, que podem servir como membros do Congresso sem perder seus postos.

Transformação na Guerra Civil

Embora a conexão entre os militares e a política tenha sido bastante estreita durante os 70 anos iniciais da história do país, esse relacionamento passou por uma transformação durante e depois da Guerra Civil. Conflitos intraestatais como esse são inerentemente políticos e, portanto, não surpreende que políticos tenham se envolvido profundamente nos assuntos militares e que oficiais tenham se inserido na política. Houve dezenas de políticos, nos âmbitos federal e regional, que deixaram seus cargos para ingressar nas Forças Armadas. No 36º Congresso, de 1859 a 1861, apenas 9,8% dos membros possuíam experiência militar, mas, incrivelmente, 73 se demitiram do

cargo para ingressar em um dos dois Exércitos¹⁴. Vários veteranos se candidataram a cargos políticos depois da guerra. Dos 516 Generais da União que sobreviveram à guerra, 134 (26%) acabaram ocupando cargos públicos e quase 200 Generais Honorários de tempo de guerra ingressaram no serviço público¹⁵. No Sul, essa tendência foi ainda maior: 150 dos 412 Generais confederados vivos no final da guerra ingressaram na política (36%)¹⁶. A seguir são relacionados alguns dos nomes de maior destaque que passaram de cargos políticos para a vida militar e que, depois, retornaram à vida política¹⁷:

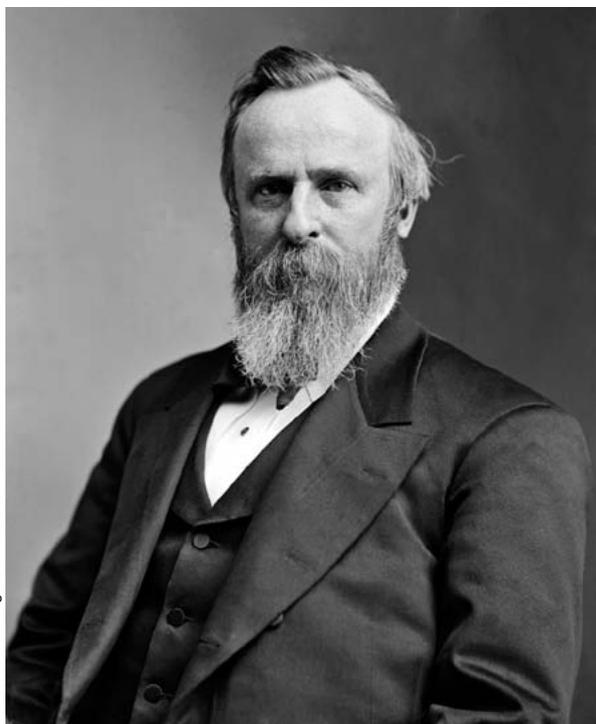
- Carl Schurz foi um imigrante alemão que participou da campanha em prol de Abraham Lincoln, em 1860, sendo recompensado com o cargo de Embaixador na Espanha. Ingressou no Exército da União e foi promovido a General de Brigada. Depois da guerra, foi eleito Senador pelo Missouri e, em 1877, foi nomeado Secretário do Interior.

- Nathaniel P. Banks foi representante no Congresso, Presidente da Câmara e Governador de Massachusetts antes da guerra. Foi General de Brigada; ao término da guerra, retornou à política, tendo sido eleito para mais seis mandatos no Congresso.

- John B. Logan foi um representante de Illinois que se alistou no Exército da União como soldado, no início da guerra. Chegou a General de Brigada e foi o único oficial que não era oriundo da Academia Militar de West Point a comandar um Corpo de Exército. Depois da guerra, serviu na Câmara de Representantes e no Senado e foi o candidato republicano à Vice-Presidência em 1884, perdendo para a chapa eleitoral de Grover Cleveland.

- John McCauley Palmer era Senador estadual em Illinois antes da guerra. Durante o conflito, ascendeu ao posto de General de Brigada; posteriormente, foi eleito Governador e, depois, Senador federal. Em 1896, concorreu à Presidência na chapa eleitoral do Partido Democrata Nacional.

- Rutherford B. Hayes foi eleito procurador municipal em Cincinnati em 1859 e, em seguida, entrou para o Exército da União, ascendendo ao posto de General de Brigada. Foi ferido em combate sete vezes. Em 1864, foi eleito para o Congresso enquanto ainda estava na Ativa, assumindo o cargo em junho do ano seguinte. Depois



Biblioteca do Congresso dos EUA

Presidente Rutherford B. Hayes



General George B. McClellan

de dois mandatos, foi eleito Governador de Ohio e, em 1876, venceu uma disputada eleição para a Presidência.

- James A. Garfield foi eleito para o Senado estadual de Ohio em 1859. No início da guerra, ingressou no Exército da União, chegando a General de Brigada. Foi eleito para o Congresso quando estava em uma campanha militar; em dezembro de 1863, compareceu fardado ao Capitólio para prestar o juramento de assunção do cargo. Mais tarde, foi eleito para o Senado dos EUA e, em 1880, para a Presidência.

- Benjamin Harrison, neto do Presidente William Henry Harrison, foi eleito como procurador municipal de Indianápolis, secretário do Partido Republicano no Estado e relator do Supremo Tribunal do Estado de Indiana em 1860. Em julho de 1862, renunciou aos seus cargos para ingressar no Exército da União e, no final da guerra, era *Brigadier General* Honorário. Retornou, então, para Indiana, tornando-se Governador e Senador e, em 1888, foi eleito Presidente.

Há outros oficiais que ascenderam ao generalato durante a Guerra Civil e que, mais tarde, utilizaram sua fama para disputar cargos políticos. Exemplos incluem:

- George B. McClellan, da turma de 1846 da Academia de West Point, serviu na Guerra do México e foi Comandante do Exército do Potomac em duas oportunidades durante a Guerra Civil, além de ter sido General em Chefe. Em 1864, foi escolhido como candidato presidencial do Partido Democrata, concorrendo com Abraham Lincoln. Apresentou seu pedido de afastamento do Exército no dia das eleições. Em 1878, foi eleito Governador de Nova Jersey¹⁸.

- Ao término da guerra, Ulysses S. Grant, da turma de 1843 da Academia de West Point, era o General em Chefe do Exército da União, sendo logo depois promovido a General de Exército, o primeiro na história dos Estados Unidos. Passou para a Reserva em 04 Mar 1869, dia em que assumiu a Presidência. Foi reeleito em 1872¹⁹.

- Winfield Scott Hancock, que se formou pela Academia Militar de West Point em 1844, foi herói em Gettysburg. Em 1880, foi o candidato do Partido Democrata à Presidência, enquanto ainda comandava a Divisão do Atlântico. Perdeu a eleição para o General de Brigada da Reserva James Garfield, mas foi gentilmente convidado para a cerimônia de posse, à qual compareceu. Hancock permaneceu na Ativa e morreu à sua mesa de trabalho em Governors Island, em 1886²⁰.

- Simon Bolivar Buckner, também da turma de 1844, de West Point, lutou na Guerra contra o México e, quando teve início a Guerra Civil, entrou para o Exército Confederado, chegando a General de Divisão. Em 1887, foi eleito Governador do Kentucky e, em 1896, foi o candidato à Vice-Presidência na chapa eleitoral de Palmer, do Partido Democrata Nacional, que perdeu para William McKinley²¹.

- John B. Gordon não estudou na Academia Militar de West Point e, na verdade, não tinha nenhuma experiência militar antes da guerra. Foi galgando os postos até chegar a General de Brigada e tornou-se um importante comandante de Corpo de Exército para a Confederação. Depois da guerra, voltou para a Geórgia, onde foi eleito três vezes para o Senado dos EUA e uma vez como Governador²².

- Benjamin F. Butler, que também não foi formado pela Academia Militar de West Point, ascendeu ao posto de General de Brigada e, mais tarde, foi eleito seis vezes para o Congresso e

para o Governo de Massachusetts. Em 1884, disputou a Presidência pelo Partido Greenback, perdendo para Grover Cleveland²³.

Além desses exemplos específicos, outros episódios, ocorridos durante a Guerra Civil, demonstram que não existia uma tradição estadunidense de separação entre os militares e a política. Em janeiro de 1863, o Presidente Abraham Lincoln destituiu o General de Brigada Ambrose E. Burnside do comando do Exército do Potomac. Para seu lugar, nomeou o General de Brigada Joseph Hooker. Na carta que escreveu para notificá-lo sobre a nomeação, Lincoln observou:

Ouvi dizer, de forma que me pareceu confiável, que o senhor afirmou recentemente que tanto o Exército quanto o governo precisavam de um ditador. Evidentemente, não foi por isso, mas apesar disso, que eu lhe concedi o comando. Apenas os Generais que obtêm êxitos podem estabelecer ditadores. O que eu lhe peço agora é o sucesso militar, e eu me arriscarei com relação à ditadura²⁴.

Essa carta é surpreendente, porque demonstra que o Presidente estava plenamente ciente das manobras políticas entre os seus Generais. Sem dúvida alguma, essas intrigas eram extremamente desagradáveis para Lincoln, apesar de esperadas.

Na sua campanha para se reeleger, em 1864, pode-se constatar um exemplo ainda mais claro, que mostra que Lincoln compreendia o relacionamento estreito entre os militares e a política. Seu adversário era o General de Brigada George B. McClellan, antigo General em Chefe do Exército da União, que não havia sido nomeado para uma nova missão desde Antietam. Permaneceu na Ativa e continuou a receber remuneração enquanto morou em Nova Jersey. As opiniões políticas de McClellan eram conhecidas desde julho de 1862, quando ele escreveu uma enérgica carta para o Presidente, argumentando que o motivo da guerra não devia ser o fim da escravidão, mas tão somente salvar a União²⁵. Evidentemente, McClellan, assim como Hooker, tinha fortes convicções sobre a política nacional e não hesitava em expressá-las. Vale observar que Lincoln não se sentia seguro no cargo. Não se preocupava apenas com a reeleição: havia também a possibilidade de que ele nem fosse escolhido como candidato pelo

seu partido. A liderança do Partido Republicano queria um oficial de sucesso como candidato e levantou a possibilidade de selecionar os Generais Ulysses S. Grant, William T. Sherman, William S. Rosecrans, Benjamin Butler e Joseph Hooker ou o Almirante David Farragut. Embora Lincoln tenha conseguido defender-se dessas ações e obter a nomeação, continuou preocupado com a disputa eleitoral contra o General McClellan²⁶.

Cinco Estados não dispunham de votos por correspondência em 1864. Se um homem quisesse votar, teria de fazê-lo pessoalmente, em seu distrito eleitoral. Os soldados eram incentivados a exercer o direito, mas sua capacidade para isso ficava extremamente prejudicada durante a guerra. Lincoln facilitou a situação. Em agosto de 1864, mandou um telegrama ao General Sherman, na Geórgia, solicitando-lhe que concedesse licença aos soldados de modo que pudessem voltar para casa e votar. Foram fornecidas passagens de trem de ida e volta para levá-los aos seus Estados. Ainda mais surpreendente, foi o fato de o Presidente submeter os soldados à “cobrança de uma fração de seu salário em apoio ao partido [Republicano]”²⁷. Em alguns casos, oficiais de destaque foram enviados para suas cidades de origem com o fim específico de participar da campanha em prol de Lincoln: o General de Brigada John Logan, para Illinois, o Coronel Benjamin Harrison, para Indiana, e o General de Brigada Carl Schurz, para diversos Estados no Norte (ele era popular entre os imigrantes). Em um exemplo extremo de como o Exército se envolvia na política, o General de Brigada Stephen G. Burbridge, Governador Militar do Kentucky, começou a prender, em 1864, “suspeitos de se oporem à reeleição de Lincoln”²⁸.

Tendências durante a Reconstrução

O envolvimento do Exército na política não terminou com a guerra. Um dos exemplos mais interessantes e difíceis do papel do Exército nos assuntos civis na história dos Estados Unidos ocorreu durante a Reconstrução. Depois da Guerra Civil, o Exército ocupou os Estados derrotados do sul, onde os comandantes desempenharam papéis centrais nos governos até 1877. Sua missão era intimidante; todos queriam restabelecer o controle civil o mais rápido possível e reintegrar os Estados

outrora rebeldes na União, mas era igualmente importante que os ganhos conquistados a duras penas durante a guerra não fossem descartados. Esses objetivos um tanto conflitantes deixaram os comandantes do Exército divididos entre as facções políticas em Washington — os chamados conservadores, que apoiavam o Presidente Andrew Johnson e desejavam um rápido retorno à normalidade, e os “radicais”, que insistiam que não se podia deixar que se restabelesse a escravidão *de facto*.

Esse foi um período triste para o Exército, que se viu assumindo um papel para o qual não havia sido treinado e tampouco era adequado. Há inúmeros exemplos de como os soldados impunham seu domínio sobre os civis estadunidenses. Em julho de 1865, no Mississippi, um homem branco foi preso por oficiais, acusado de ter matado um negro. O réu apelou a um juiz local, que ordenou sua libertação. O comandante militar, General de Brigada Henry W. Slocum, não só se recusou a

libertar o homem, como também prendeu o juiz que havia emitido a ordem para libertá-lo. No mesmo mês, o Exército ignorou os resultados de uma eleição em Richmond, Virgínia, porque “foram eleitos muitos rebeldes que não haviam sido anistiados”. Em setembro, o General de Brigada Alfred H. Terry fechou um jornal na Virgínia e ordenou a prisão do redator-chefe, por ter publicado o que ele considerava “um insulto indecente” à memória do Presidente Lincoln. O General de Brigada George H. Thomas ofendeu-se com um bispo do Alabama, que recomendou que não se fizesse uma oração em apoio a “todos da autoridade civil” porque ela era composta de soldados *Yankees*, que não a mereciam. Thomas ordenou a suspensão do bispo. Em 03 de julho de 1866, o General de Exército Grant determinou que os comandantes prendessem qualquer pessoa no sul por crimes em situações nas quais “as autoridades civis não pudessem ou não quisessem fazê-lo”. Em abril de 1867, o General de Brigada



Biblioteca do Congresso dos EUA

O General William Tecumseh Sherman e seu Estado-Maior. Em pé, da esquerda para a direita: Oliver Otis Howard, William Babcock Hazen, Jefferson Columbus Davis e Joseph Anthony Mower; sentados, da esquerda para a direita: John Alexander Logan, William Tecumseh Sherman e Henry Warner Slocum.

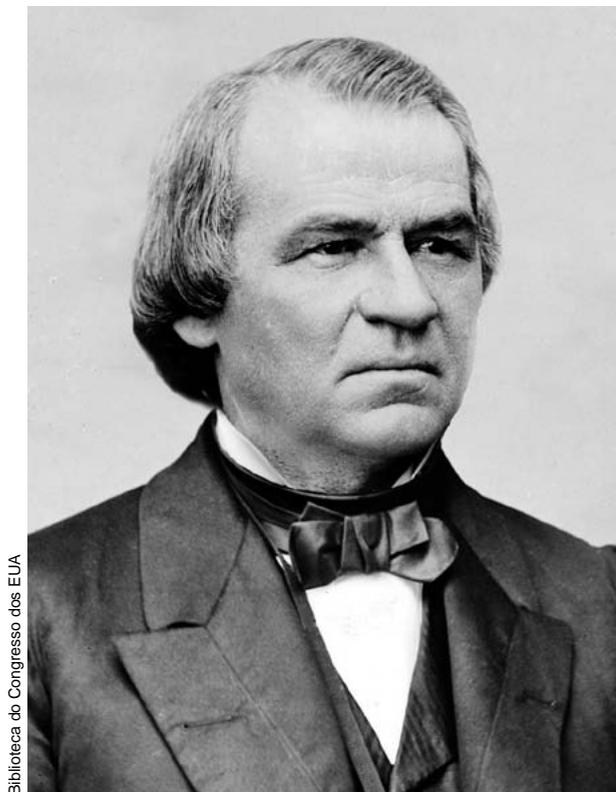
John A. Pope anulou as eleições realizadas em Tuscumbia, no Estado do Alabama, nomeando, ele próprio, um novo prefeito. Em julho, o General de Brigada Philip H. Sheridan removeu James W. Throckmorton do cargo de Governador do Texas por ser “um obstáculo” à Reconstrução. Em seguida, fez com que o perdedor da eleição recente assumisse o cargo. Entre julho e dezembro de 1867, o General de Brigada John M. Schofield interveio 21 vezes em ações da vara cível. Em alguns casos, ele apenas suspendeu o processo; em outros, ordenou que as ações fossem julgadas por comissões militares. A história definitiva do papel do Exército nos Estados onde houve a Reconstrução nos dá conta de que os “Generais Vice-Reis” haviam adquirido uma “quantidade assombrosa de poder político”²⁹.

A mistura das esferas civil e militar durante a Guerra Civil e a Reconstrução foi maior que em qualquer outro período da história dos Estados Unidos, e seus efeitos foram sentidos por décadas³⁰. No período posterior à guerra, seis presidentes haviam sido oficiais do Exército da União, incluindo Andrew Johnson, que havia sido *Brigadier General* no Tennessee, antes de ser

convidado por Lincoln a concorrer em sua chapa eleitoral como candidato à Vice-Presidência. Um sétimo presidente, Chester Arthur, havia sido *Brigadier General* na milícia de Nova York, mas não participou de combate. Ao longo do século seguinte, diversos oficiais disputaram cargos públicos do alto escalão. O General de Divisão Nelson Miles sugeriu ao Governador Theodore Roosevelt que eles concorressem para a Casa Branca na mesma chapa eleitoral — com Miles como candidato presidencial. Roosevelt rejeitou a ideia, por considerá-la “irreal”. Quando William McKinley ganhou a nomeação do Partido Republicano, em 1896, Miles abordou-o e se ofereceu como companheiro de chapa. Em vez de Miles, McKinley escolheu Garret A. Hobart³¹. As conhecidas ambições políticas do General de Brigada Leonard Wood fizeram com que o Presidente Woodrow Wilson se recusasse a conceder-lhe um comando de destaque na Primeira Guerra Mundial. Não obstante, Wood foi pré-candidato presidencial em 1920, enquanto ainda estava na Ativa, mas não ganhou a nomeação do Partido Republicano. Solicitou o afastamento do Exército no ano seguinte³². Durante a Segunda Guerra Mundial, o General de Exército Douglas MacArthur considerou suas chances como possível candidato presidencial e enviou o General de Divisão George Kenney para Washington, D.C., em abril de 1943, para discutir a questão com os dirigentes do Partido Republicano³³. Em 1952, o General de Exército Dwight Eisenhower planejou e organizou sua campanha presidencial a partir de seu gabinete, nos arredores de Paris, enquanto servia como Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa³⁴. Nas décadas seguintes, entre oficiais já transferidos para a Reserva que disputaram a Presidência ou a Vice-Presidência estão Curtis LeMay, James Stockdale, Alexander Haig e Wesley Clark.

Conclusão

A crença de que as Forças militares estadunidenses não se envolvem na política é tradicional e vem de longa data. Em sua respeitada obra sobre as relações civis-militares, Samuel P. Huntington afirmou, categoricamente, que “depois da Guerra Civil, os oficiais passaram a acreditar, em unanimidade, que a política e o oficialato não se misturam”³⁵. Este artigo buscou mostrar que



Biblioteca do Congresso dos EUA

Presidente Andrew Johnson

essa assertiva é simplesmente falsa. Ao contrário, oficiais do alto escalão tiveram um envolvimento contínuo e profundo nos assuntos políticos, tanto antes quanto depois da Guerra Civil. O que é mais importante: esse relacionamento não era visto como sendo antiamericano ou inconstitucional. Pelo contrário, durante a maior parte da história do país, o relacionamento próximo entre os militares e a política foi incentivado e aceito.

Para sermos claros, o que se discutiu nada tem a ver com o controle dos civis sobre as Forças Armadas. Essa é uma questão separada, que não esteve em jogo na maioria dos casos citados anteriormente³⁶. Os militares mencionados entendiam que estavam sujeitos ao controle civil; o que desejavam era conquistar o cargo público pelo voto, para que eles próprios assumissem o controle. Na história dos Estados Unidos, foram poucas as vezes em que os militares contestaram a questão do controle civil: entre as exceções mais notáveis estão Winfield Scott e suas brigas com o Secretário da Guerra Jefferson Davis; alguns comandantes do Exército da União, depois da Guerra Civil (incluindo Grant), em seu conflito com o Presidente Andrew Johnson em relação à Reconstrução; e a oposição de Douglas MacArthur ao Presidente Harry Truman, no início da Guerra da Coreia.

A questão em pauta tampouco é se os militares devem participar de campanhas políticas. Está claro que o consenso atual é que tal envolvimento seria impróprio. O ponto principal deste artigo foi mostrar que, durante grande parte da história do país, as Forças Armadas estadunidenses estiveram profundamente envolvidas nos assuntos políticos. Esse envolvimento decorreu, em parte, do enorme poder concedido aos comandantes militares, particularmente àqueles designados como comandantes combatentes em áreas geográficas. Dana Priest, do jornal *The Washington Post* comentou o poder e o prestígio desses oficiais: “São o equivalente moderno dos procônsules do Império Romano: núcleos bem financiados, semiautônomos e não convencionais da política externa estadunidense”. William Pfaff afirma que eles “se tornaram agentes mais importantes da política externa estadunidense que as embaixadas em suas regiões, em virtude de sua riqueza e da falta de monitoramento do Congresso”³⁷. Quando o General que era o comandante das tropas no

Iraque, em 2004, foi promovido a General de Exército, a justificativa dada foi a de “assegurar que o esforço civil-militar esteja coerente e bem integrado” e que os “componentes militar e civil se ajustem”³⁸. Não se explicou por que um diplomata civil não poderia obter tal cooperação.

Não surpreende, assim, que oficiais do Exército, como os atuais comandantes no Iraque e no Afeganistão, tenham se tornado figuras públicas conhecidas. É por essa mesma razão que esses poderosos comandantes são temidos por alguns, que enxergaram uma suposta crise no relacionamento civil-militar se desenrolando nos Estados Unidos, em 2010. Ademais, a última década assistiu a um aumento na quantidade de oficiais que passaram para a Reserva e que expressam publicamente suas opiniões. Vários oficiais da Reserva envolveram-se nas campanhas eleitorais de candidatos presidenciais, nas últimas três eleições e, em abril de 2006, seis Generais da Reserva do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais defenderam que seu antigo chefe, o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, fosse afastado do cargo³⁹. De interesse mais recente, um Vice-Almirante da Reserva ganhou a nomeação do Partido Democrata para concorrer para o Senado dos EUA pelo Estado da Pensilvânia, em parte por ter feito campanha contra o programa do Presidente democrata em exercício.

Esse tipo de atividade não é algo novo. Os comandantes dos teatros de operações de hoje não dispõem de mais poder que Winfield Scott na Cidade do México, em 1847; que os governadores militares no sul, durante a Reconstrução; que Lucius D. Clay na Alemanha, de 1947 a 1949; ou que Douglas MacArthur no Japão, de 1945 a 1950⁴⁰. Nossa memória coletiva apenas se esqueceu desses acontecimentos. Como demonstram os fatos, as Forças Armadas estadunidenses sempre estiveram profundamente envolvidas nas questões políticas. Esse envolvimento foi, na maioria dos casos, aceito e até incentivado; foram os partidos políticos que, em geral, sondaram os Generais sobre a possibilidade de eles disputarem cargos políticos, e não o contrário⁴¹. Essa forte tradição de envolvimento talvez não seja mais desejável. Os comandantes dos teatros de operações de hoje têm, de fato, muito poder à sua disposição. Garantir que esse poder seja mantido sob rédeas curtas é uma resposta compreensível e plausível.

Contudo, se essa será a nossa política, devemos nos basear em argumentos fundamentados sobre as mudanças na natureza do mundo, do país e do

ambiente político estadunidense. A política não deve se basear em uma versão falha e mítica da história dos Estados Unidos.**MR**

REFERÊNCIAS

1. EISENHOWER, John S. D. *Agent of Destiny: The Life and Times of General Winfield Scott* (New York: Free Press, 1997), cap. 30; e PESKIN, Allan. *Winfield Scott and the Profession of Arms* (Kent, Ohio: Kent State Univ. Press, 2003), cap. 23.
2. BAUER, K. Jack. *Zachary Taylor: Soldier, Planter, Statesman of the Old Southwest* (Baton Rouge: Louisiana State Univ. Press, 1988), p. 219-40. Taylor derrotou Lewis Cass na disputa pela Presidência. Cass, um senador de Michigan, havia sido *Brigadier General* durante a Guerra de 1812.
3. KOHN, Richard H. "The Erosion of Civilian Control of the Military in the United States Today", *Naval War College Review*, 40 (Summer 2002), p. 26.
4. Uma obra conhecida, que detalha a aversão dos primeiros estadunidenses aos militares, é KOHN, Richard H. *Eagle and Sword: The Federalists and the Creation of the Military Establishment in America, 1783-1802* (New York: Free Press, 1975).
5. Thomas Jefferson havia sido coronel na milícia da Virgínia durante a guerra, mas não participou de combate; John Jay, sucessor de Jefferson no cargo de Secretário de Estado, não havia servido nas Forças Armadas.
6. As exceções foram John Adams, John Quincy Adams, Martin Van Buren e Grover Cleveland.
7. SKELTON, William B. *An American Profession of Arms: The Army Officer Corps, 1784-1861* (Lawrence: Univ. Press of Kansas, 1992), p. 24.
8. LINKLATER, Andro. *An Artist in Treason: The Extraordinary Double Life of General James Wilkinson* (New York: Walker, 2009), p. 191-92.
9. MORRIS, John D. *Sword of the Border: Major General Jacob Jennings Brown, 1775-1828* (Kent, Ohio: Kent State Univ. Press, 2000), p. 251-55. Morris conclui que Brown "havia estado interessado e envolvido em política de uma forma ou de outra durante toda sua vida adulta e nunca abriu mão de seu interesse nela". Por acaso, Calhoun acabou se tornando o Vice-Presidente de Adams e, depois, de Jackson.
10. CUNLIFFE, Marcus. *Soldiers and Civilians: The Martial Spirit in America, 1775-1865* (Boston: Little, Brown, 1968), p. 309.
11. COOPER Jr., William J. *Jefferson Davis, American* (New York: Knopf, 2000).
12. ROBERTS, David. *A Newer World: Kit Carson, John C. Frémont, and the Claiming of the American West* (New York: Simon and Schuster, 2000), cap. 7.
13. LEVY, Leonard W., ed., *Encyclopedia of the American Constitution* (New York: Macmillan, 1986), p. 271-73.
14. Esses dados foram extraídos de *Biographical Directory of the United States Congress, 1774-1989* (Washington: Government Printing Office, 1989). Dos 73 homens que foram à guerra, seis foram mortos em combate e 18 retomaram a carreira política. Dos 583 Generais da União com postos "plenos" (em vez de honorários) durante a guerra, 47 (8%) haviam sido políticos em tempo integral antes da guerra. WARNER, Ezra J. *Generals in Blue: Lives of the Union Commanders* (Baton Rouge: Louisiana State Univ. Press, 1964), p. xix.
15. HUNT, Roger D.; BROWN, Jack R. *Brevet Brigadier Generals in Blue* (Gaithersburg, Md.: Olde Soldier Books, 1990). O posto honorário, que não é mais utilizado nas Forças Armadas dos EUA, era conferido por mérito. Concedia prestígio ao detentor, mas não conferia antiguidade nem remuneração adicional.
16. *Ibid.*, WARNER, *Generals in Blue*, and Ezra J. Warner, *Generals in Gray: Lives of the Confederate Commanders* (Baton Rouge: Louisiana State Univ. Press, 1959); e ALLARDICE, Bruce S. *More Generals in Gray* (Baton Rouge: Louisiana State Univ. Press, 1995).
17. Informações extraídas de *Biographical Directory of the United States Congress, 1774-1989* e Warner volumes. Vide também o interessante livro de PERRY, James M. *Touched with Fire: Five Presidents and the Civil War Battles that Made Them* (New York: PublicAffairs, 2003).
18. SEARS, Stephen W. *George B. McClellan: The Young Napoleon* (New York: Ticknor and Fields, 1988).
19. MCFEELY, William S. *Grant: A Biography* (New York: W. W. Norton, 1981).
20. TUCKER, Glenn. *Hancock the Superb* (Indianapolis, Ind.: Bobbs-Merrill, 1960).
21. STICKLES, Arndt M. *Simon Bolivar Buckner, Borderland Knight* (Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 1940).
22. Em geral, Gordon aparece como General de Divisão do Exército Confederado, mas Ezra Warner, em sua respeitada obra *Generals in Gray*, p. xvii, afirma que ele era General de Brigada.
23. NOLAN, Dick. *Benjamin Franklin Butler: The Damnedest Yankee* (Novato, Calif.: Presidio, 1991).
24. COMMAGER, Henry Steele, ed., *Documents of American History* (7th ed., New York: Appleton-Century-Crofts, 1963), p. 422.
25. SEARS, p. 227-29.
26. WAUGH, Jack C. *Reelecting Lincoln: The Battle for the 1864 Presidency* (New York: Crown, 1997), p. 124-26. Quando Rosecrans, Butler e Hooker foram derrotados em combates de que tomaram parte, foram desconsiderados.
27. *Ibid.*, p. 16, p. 341. Os cinco Estados do norte sem voto por correspondência eram Illinois, Indiana, Delaware, Nova Jersey e Oregon.
28. WARNER, *Generals in Blue*, p. 54.
29. Todos os exemplos foram extraídos de SEFTON, James E. *The United States Army and Reconstruction, 1865-1877* (Baton Rouge: Louisiana State Univ. Press, 1967), p. 30, p. 37, p. 56-57, p. 73, p. 124, p. 144-45, p. 165.
30. Não surpreende que a presença de veteranos militares no Congresso tenha mais que triplicado depois da guerra. O 42º Congresso de 1871-73 era composto de 329 integrantes, 104 dos quais (31,6%) haviam servido nas Forças militares durante a Guerra Civil. Dados extraídos de *Biographical Directory of the United States Congress, 1774-1989*.
31. JESSUP, Philip C.; ROOT, Elihu. dois vols. (New York: Dodd, Mead, 1938), I, p. 245. Quando McKinley se candidatou à reeleição, em 1900, desistiu de Hobart e selecionou Theodore Roosevelt como companheiro de chapa.
32. LANE, Jack C. *Armed Progressive: General Leonard Wood* (San Rafael, Calif.: Presidio, 1978), cap. 16.
33. GRIFFITH Jr., Thomas E. *MacArthur's Airman: General George C. Kenney and the War in the Southwest Pacific* (Lawrence: Univ. Press of Kansas, 1998), p. 113-14.
34. PICKETT, William B. *Eisenhower Decides to Run: Presidential Politics and Cold War Strategy* (Chicago: Ivan R. Dee, 2000).
35. HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations* (Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard Univ. Press, 1957), p. 258.
36. Existem vários excelentes trabalhos sobre o tema. Entre os mais importantes estão WILLIAMS, T. Harry. "The MACS and the IKES", *American Mercury*, October 1952, p. 32-39; COFFMAN, Edward M. "The Long Shadow of The Soldier and the State", *Journal of Military History*, 55 (January 1991), p. 69-82; LUTTWAK, Edward N. "Washington's Biggest Scandal", *Commentary*, 97 (May 1994), p. 29-33; SKELTON, William B. "Samuel P. Huntington and the Roots of the American Military Tradition", *Journal of Military History*, 60 (April 1996), p. 325-38; FEATHER, Peter D. "The Civil-Military Problematic: Huntington, Janowitz, and the Question of Civilian Control", *Armed Forces and Society*, 23 (Winter 1996), p. 149-78; WEIGLEY, Russell F. "The Soldier, the Statesman, and the Military Historian", *Journal of Military History*, 63 (October 1999), p. 807-22; KOHN, "The Erosion of Civilian Control of the Military in the United States Today", p. 10-59; CASSIDY, Robert M. "Prophets or Praetorians? The Uptonian Paradox and the Powell Corollary", *Parameters*, 33 (Autumn 2003), p. 130-43; COLLINS, Joseph J. "What Civil-Military Crisis?" *Armed Forces Journal*, February 2010, p. 18-21; e uma antologia, NIELSEN, Suzanne C.; SNIDER, Don M. (eds.), *American Civil-Military Relations: The Soldier and the State in a New Era* (Baltimore, Md.: Johns Hopkins Univ. Press, 2009).
37. PFAFF, William. "The Praetorian Guard", *The National Interest*, 62 (Winter 2000/2001), p. 62. A citação de Dana Priest consta do mesmo artigo.
38. SCARBOROUGH, Rowan. "Four-Star Officer Muddled for Iraq", *The Washington Times*, 06 Jan 04, p. A1.
39. BACON Jr., Perry. "The Revolt of the Generals", *Time*, 16 Apr 06, disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,1184048-3,00.html>; e WHALEN, Richard. "Revolt of the Generals", *The Nation*, 16 Oct 2006, disponível em: <http://www.thenation.com/article/revolt-generals>.
40. Em 1805, o Presidente Thomas Jefferson nomeou o *Brigadier General* Wilkinson, então Comandante do Exército dos EUA, para servir como Governador do Território da Louisiana e Diretor de Assuntos Indígenas, conferindo enorme poder militar e civil a um só homem. LINKLATER, p. 235.
41. Foi a insistência dos dois partidos políticos para que o General William T. Sherman se candidatasse à Presidência que o levou a enviar seu famoso telegrama à Convenção Nacional Republicana, em 1884: "Não aceitarei se nomeado nem servirei se eleito." LEWIS, Lloyd. *Sherman, Fighting Prophet* (New York: Harcourt, Brace, 1932), p. 631.

Deuses da Cidade e Divindades da Aldeia: O Viés Urbano nas Operações de Contrainsurgência

Eric Jardine

“Os inimigos são os deuses da cidade, mas nós somos as divindades da aldeia¹.”

—Peng Xuefeng, estrategista comunista chinês

A HISTÓRIA MOSTRA QUE as insurgências de base rural têm frequentemente mais sucesso contra seus inimigos do que as que enfatizam as operações urbanas. Durante os primeiros estágios da Guerra da Argélia, nos anos 50, dois grupos insurgentes desafiaram os franceses: o Movimento pelo Triunfo das Liberdades Democráticas (MTLD), essencialmente urbano; e a Frente de Libertação Nacional (FLN), baseado nas áreas rurais. No decorrer do conflito, as pressões exercidas pelos franceses acabaram destruindo o MTLD. Em contrapartida, principalmente graças à sua organização e às suas profundas conexões no meio rural, o FLN resistiu às pressões das operações militares e acabou prevalecendo².

As insurgências rurais não só costumam durar mais que as urbanas, como também têm tido grande sucesso contra adversários mais poderosos. A rebelião dos comunistas chineses contra o Kuomintang sofreu inúmeras privações nos primeiros anos da insurreição, quando estava concentrada nas áreas urbanas, mas obteve surpreendentes êxitos mais tarde, quando seu foco estratégico se voltou para as áreas rurais.

No Vietnã, a base do sucesso vietcongue contra os Estados Unidos foram as ações no âmbito rural — como foi o caso, também, da insurgência *mujahedin* contra a União Soviética, no Afeganistão. A atual insurgência do Talibã contra a Força Internacional de Assistência à Segurança também é predominantemente rural.

Ao contrário do foco rural das insurgências de sucesso, a maioria das operações de contrainsurgência enfatiza o controle das principais cidades e o emprego de operações voltadas ao meio urbano. Na Colômbia, por exemplo, “as Forças estatais frequentemente controlam os centros das cidades de médio e grande porte, onde estão situadas as sedes das prefeituras”, mas “a autoridade do Estado vai se desvanecendo” à medida que se adentra o interior³. Do mesmo modo, durante a resistência Vietminh aos franceses, um dirigente provincial observou: “O Vietminh tinha suas áreas, como a Planície dos Juncos, que nós simplesmente abandonamos. Podiam fazer o que quisessem [naquelas áreas rurais] e nós não os importunávamos”⁴. Em 2009, as Forças Armadas canadenses enfatizaram o emprego de meios na Cidade de Kandahar e entorno, no Afeganistão⁵.

A tendência a priorizar o ambiente urbano nas operações de contrainsurgência é preocupante, porque favorece a insurgência, que, de fato, a incentiva. Com táticas premeditadas de inquietação, “o governo é sistematicamente retirado do campo... É, assim, isolado da população” pelas Forças guerrilheiras⁶. Durante a Revolta Árabe de 1916 contra os turco-otomanos, por exemplo, T.E. Lawrence sugeriu que os insurgentes árabes “não deve[riam] tomar Medina [importante cidade na Arábia Saudita]. Os turcos eram inofensivos ali. Queríamos que eles permanecessem em Medina e em todos os outros locais afastados, com grandes efetivos”. Os contrainsurgentes turcos podiam ficar com as principais cidades e com os eixos viários”,

Eric Jardine é doutorando na Escola Norman Paterson de Assuntos Internacionais e bolsista de pesquisa de doutorado no Centro de Estudos sobre Segurança e Defesa, na Carleton University, Ottawa, Canadá. É autor de trabalhos premiados

sobre as relações civis-militares e a condução de operações de contrainsurgência, com artigos publicados nas revistas Parameters, Small Wars Journal e The Journal of Military and Strategic Studies, entre outras.



Comerciantes e consumidores lotam o mercado próximo ao Rio Cabul, em Cabul, Afeganistão, 28 Jul 09.

contanto que deixassem [aos insurgentes] os outros novecentos e noventa e nove milésimos do mundo árabe”⁷.

Essa contradição entre muitas operações de contrainsurgência e o foco rural das insurgências bem-sucedidas suscita duas questões: “O que leva a esse viés urbano nas operações de contrainsurgência?” e “Como ele influencia a condução das operações de contrainsurgência?” Ao respondermos a essas perguntas, chegamos à conclusão de que, *embora necessário, o controle de áreas urbanas não é suficiente para levar uma campanha de contrainsurgência a bom termo.*

Viés Urbano e Custo-Benefício

A concentração das operações de contrainsurgência nas áreas urbanas decorre de uma visão míope, centrada em questões de economia e praticidade. Esse foco leva, muitas vezes, à falta de um planejamento coerente para as operações no ambiente rural.

Controlar a população local é o objetivo básico tanto do insurgente quanto daquele que se contrapõe a ele. Como disse Mao, sobre o relacionamento entre a população e a insurgência: “a primeira pode ser comparada à água e a segunda, aos peixes que a habitam”. Acrescentou: “Somente tropas indisciplinadas fazem da população sua inimiga e, tal como peixes fora de seu meio, não podem sobreviver”⁸. O Tenente-Coronel David Galula também defende que “a população, portanto, se torna o objetivo para o contrainsurgente, do mesmo modo que o é para o inimigo”⁹.

Evidentemente, o controle e o apoio político têm valores diferentes para um contrainsurgente. As Forças da contrainsurgência podem ter uma população sob controle e, mesmo assim, ocorrer que esta continue a desprezar suas ações e seus objetivos. Nas áreas controladas pela contrainsurgência, a população normalmente coopera ou pelo menos se submete a ela. Por outro lado, embora a maioria das pessoas possa simpatizar com os contrainsurgentes, muitos irão trabalhar ativamente ou passivamente para a insurgência, se as Forças legais não forem capazes de fornecer segurança¹⁰. Obter o controle é essencial, portanto. Contudo,

A tendência a priorizar o ambiente urbano nas operações de contrainsurgência é preocupante, porque favorece a insurgência...

“em última análise, o exercício do poder político depende do consentimento tácito ou explícito da população”¹¹. Obviamente, conquistar o apoio do povo é algo benéfico para a saúde de longo prazo de um sistema político.

Na busca do objetivo de controlar a população, a mera preocupação com o custo-benefício pode levar os contrainsurgentes a voltar a atenção a locais com maior concentração populacional, ou seja, as áreas urbanas. De fato, como observou explicitamente o francês Roger Trinquier, teórico de contrainsurgência: “O Exército deve realizar seu maior esforço nas áreas onde a população é mais densa, isto é, nas cidades”¹². Depois de 2009, o planejamento operacional canadense na Província de Kandahar passou a seguir a mesma lógica. Ao se concentrarem na Cidade de Kandahar e entorno, para cumprir sua missão, as Forças canadenses apostaram no controle de 75% da população da Província¹³.

Além disso, é mais fácil e econômico policiar centros urbanos do que controlar o vasto interior. O toque de recolher, por exemplo, pode separar os insurgentes urbanos da população passiva. Quando os insurgentes urbanos violam o toque de recolher para intimidar os moradores de uma cidade, sabotar obras do governo e atacar as Forças da contrainsurgência, é fácil identificá-los e restringir suas liberdades de reunião e de movimento. Como assevera Trinquier: “As

Forças de ordem podem facilmente vigiar todas as ruas de uma cidade com um mínimo de tropas. Qualquer pessoa encontrada fora de casa, à noite, é suspeita”¹⁴.

A Revolução Cubana bem demonstra como é relativamente fácil aos contrainsurgentes manterem o controle operacional e administrativo de áreas urbanas. De modo oposto à incipiente organização guerrilheira de Fidel Castro, que operava nas montanhas da Província de Oriente, os numerosos revolucionários urbanos de Cuba estavam mais bem organizados e contavam com muito mais recursos¹⁵. Entretanto, as greves, os distúrbios e os atos terroristas desses grupos, em Havana e em Santiago, no ano de 1958, provaram ser ações desastrosas, porque o governo de Batista mantinha o controle dos principais centros urbanos com facilidade. Os que participavam de atos de protesto ou de terrorismo, espionagem e sublevação tornavam-se prontamente visíveis para as Forças de segurança do regime. Em consequência, as várias organizações insurgentes urbanas sofreram sérias derrotas e se tornaram subordinadas ao movimento revolucionário rural de Castro. Principalmente por esse motivo,



Exército dos EUA, 2º Ten. Joel Sage

Militares afegãos e estadunidenses distribuem agasalhos doados pelo grupo de voluntários Rapport Afghanistan, do Estado norte-americano de Minnesota, a crianças da área rural, aldeia de Charwazi, Afeganistão, 19 Abr 11.

Castro afirmaria, mais tarde, que as áreas urbanas deveriam ser vistas como “o cemitério dos revolucionários”¹⁶.

A assistência à população nativa também é uma característica operacional central em uma campanha de contrainsurgência, particularmente quando um terceiro Estado poderoso intervém em nome do governo local. Entretanto, tal assistência tem, na maioria das vezes, um caráter extremamente fungível, ou seja, trocável. Alimentos, material de construção e outros recursos — dados à população local com o intuito de conquistar seu apoio — podem facilmente acabar nas mãos dos insurgentes. Portanto, fica claro que o controle efetivo da população beneficiária é um pré-requisito para uma assistência eficaz¹⁷. Como aponta Trinquier: “Não podemos perder de vista o fato de que a assistência material que proporcionarmos somente irá beneficiar o inimigo caso a organização que lhe permite controlar e manipular a população não tenha sido destruída. A ajuda material deve ser distribuída com prudência, enquanto a operação policial não estiver concluída”¹⁸.

Embora a ligação frequentemente estreita entre guerrilheiros e população seja um tema recorrente em quase todas as insurgências viáveis, o Vietnã oferece um interessante exemplo do efeito da transferência de bens sobre uma insurreição. Durante a resistência vietcongue aos Estados Unidos, os camponeses frequentemente forneceram mantimentos aos guerrilheiros porque as Forças da contrainsurgência não possuíam um grau suficiente de controle sobre a população, particularmente nas áreas rurais. Por exemplo, um guerrilheiro que esteve envolvido em uma sublevação em uma aldeia no Delta do Mekong afirmou: “Houve uma época em que eu mesmo vivia no mato, morrendo de sede e sofrendo privações de toda ordem. Quando eu aparecia, as pessoas choravam. Sentiam pena. Mas apenas nos preparavam algo e nos mandavam embora. Elas nos davam o suficiente para comer, mas não nos deixavam ficar em suas casas... Não obstante, esse apoio clandestino permitiu que a revolução organizasse a grande revolta de 20 Jul 60”¹⁹. Abastecida, sobretudo, com recursos fungíveis repassados pelos habitantes da área rural, a sublevação foi o início



Exército dos EUA

O comandante da patrulha de segurança de uma equipe de reconstrução provincial, durante uma missão de levantamento para a engenharia na Província de Laghman, Afeganistão, 28 Ago 10.

de uma prolongada insurgência em My Tho, que posteriormente contribuiu para a derrota final dos Estados Unidos.

A assistência só é eficaz quando ocorre dentro dos limites de uma área isolada, sob o firme controle da contrainsurgência. Muitas formas

Alimentos, material de construção e outros recursos — dados à população local com o intuito de conquistar seu apoio — podem facilmente acabar nas mãos dos insurgentes.

de assistência também requerem acesso direto aos beneficiários. Portanto, o caráter fungível da assistência acaba reforçando o foco urbano geral das operações de contrainsurgência. Como observou o Tenente-Coronel Simon Heatherington, comandante da equipe de reconstrução provincial de Kandahar: “As atividades de reconstrução foram relegadas às áreas urbanas, em grande parte devido à precariedade das condições de segurança”²⁰. Da mesma forma, um funcionário da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Canadian International Development Agency), que trabalhava na Província de Kandahar, observou: “Nosso maior desafio é a segurança. Praticamente todas as organizações não governamentais deixaram a Província em função da insurgência, com exceção de umas poucas áreas em ambientes urbanos, como a Cidade de Kandahar”²¹. Assim, considerando que a contrainsurgência só pode fornecer um ambiente de trabalho seguro em locais que ela controle, a distribuição de assistência pelos agentes humanitários tende a desenvolver-se nas áreas urbanas do teatro de operações, onde as operações de segurança dos contrainsurgentes são mais efetivas.

Os agentes humanitários não são os únicos propensos a aglomerar-se nos centros urbanos. Jornalistas, acadêmicos, defensores dos direitos humanos e outras figuras públicas também

costumam se concentrar nas cidades²². Essa tendência é recorrente tanto nas guerras internas quanto nas contrainsurgências. Durante a Guerra da Bósnia, por exemplo, a maioria dos jornalistas estrangeiros morou e trabalhou na capital, Sarajevo²³. Do mesmo modo, apenas três grandes veículos da imprensa estadunidense — *Newsweek*, *Associated Press* e *Washington Post* — possuíam correspondentes no Afeganistão, em 2005. As agências dessas entidades estavam situadas na capital, Cabul²⁴.

Essas figuras públicas têm uma influência desproporcional sobre como a campanha é retratada para o público nacional dos contrainsurgentes. A suposta aversão do público estadunidense a baixas e o desejo de que as tropas obedeam a padrões nacionais de legalidade e comportamento humanitário também são preocupações frequentes. A cobertura da imprensa e a disseminação de outras informações para o público podem influenciar fortemente a percepção nacional dessas questões. Satisfazer adequadamente a essa sede por informações é uma tarefa operacional essencial para a contrainsurgência. Como observa o Manual de Campanha 3-24 — *Contrainsurgência (FM 3-24 — Counterinsurgency)*: “O ambiente de informações é uma dimensão vital dessas guerras internas, e os insurgentes buscam moldá-lo a seu favor. Uma das formas por eles utilizada compreende a realização de atividades — como ataques suicidas — que talvez tenham pouco valor militar, mas que geram o medo e a incerteza... Essas ações são executadas para atrair a cobertura da grande imprensa ou publicidade local e para aumentar a percepção quanto à capacidade dos insurgentes”²⁵.

Embora seja essencial controlar as informações recebidas pelas figuras públicas nos centros populacionais, isso reforça o viés urbano nas operações de contrainsurgência, ao valorizar a defesa passiva das áreas de maior concentração habitacional, normalmente à custa de um coerente planejamento operacional para as áreas rurais. A imprensa e as demais figuras públicas, nas áreas urbanas, provavelmente enxergarão os distúrbios dentro das cidades como um sinal do sucesso ou do fracasso na guerra em geral. Por esse motivo, apesar da relativa facilidade em obter o controle das áreas urbanas, as Forças contrainsurgentes tendem a manter meios em excesso, com o intuito de limitar a ocorrência de incidentes de segurança

nesses locais. Como observou Seth Jones, em 2002: “a Força Internacional de Assistência à Segurança — com seus 4 mil integrantes — não se aventurava fora da capital, com raras exceções. Seu objetivo era proteger o governo interino do Afeganistão e ajudar a prover segurança à capital”²⁶. Assim, a necessidade de definir e controlar o ambiente de informações nas cidades gera uma força centrípeta, que puxa incessantemente o contrainsurgente de volta para elas.

Em suma, muitas razões se aliam para direcionar o planejamento operacional da contrainsurgência para as áreas urbanas. A concentração natural da população nas cidades reduz o custo das operações de segurança e proteção e oferece um foco claro no principal objetivo da contrainsurgência: a população. Por sua vez, o sucesso das operações de segurança e proteção aumenta a efetividade da assistência fornecida pelos contrainsurgentes, ao reduzir a transferência de recursos para a insurgência. Por fim, aspectos da política interna e a atual era de compartilhamento instantâneo de informações em âmbito mundial reforçam o foco urbano, porque os ataques insurgentes nessas áreas são, muitas vezes, vistos como sendo representativos do estado geral da guerra. Contudo, ainda que seja uma condição necessária para o êxito da contrainsurgência, o controle dos centros urbanos não será suficiente para que se obtenha sucesso final. Os contrainsurgentes dedicam grande esforço às áreas urbanas, mas o verdadeiro coração da guerra está, quase sempre, no campo.

Como o Viés Urbano Influencia as Campanhas²⁷

Para entender como um viés urbano influencia a condução de uma campanha de contrainsurgência, é preciso lembrar que a insurgência possui a iniciativa em termos de interações estratégicas²⁸. Ao priorizar os ambientes urbanos em seu planejamento operacional — principalmente por questões de economia e conveniência —, a contrainsurgência expõe vários flancos vulneráveis aos insurgentes rurais mais atentos. De fato, essas vulnerabilidades são geralmente exploradas de maneiras surpreendentemente semelhantes entre si.

A maioria dos países na Ásia, África e Oriente Médio é predominantemente rural, embora o

Iraque seja uma evidente exceção²⁹. Um viés urbano no planejamento operacional da contrainsurgência deixa, assim, a maioria da população de um país sob o domínio dos insurgentes. Essa é uma grande vantagem militar, logística e política para eles. Apenas cerca de 24% da população do Afeganistão, por exemplo, vivia em áreas urbanas, em 2008³⁰. Com a concentração das operações nos grandes centros urbanos, cerca de 76% da população do Afeganistão foi deixada sob o controle dos potentados locais e dos grupos insurgentes. Esse é um fenômeno recorrente, que beneficia a insurreição. Como observou Mao Tsé-tung, em relação à contrainsurgência japonesa no norte da China, no final dos anos 30: “O inimigo só é capaz, na verdade, de controlar as grandes cidades, as principais linhas de comunicação e parte da planície, que podem representar a prioridade máxima, mas que constituem apenas a menor parcela do território ocupado, em tamanho e população, ao passo que a maior parte [do interior] será ocupada por áreas da guerrilha, que se espalharão por toda a parte”³¹.

...a necessidade de definir e controlar o ambiente de informações nas cidades gera uma força centrípeta, que puxa incessantemente o contrainsurgente de volta para elas.

A preferência por áreas urbanas também deixa a maior parte do território de um país para o inimigo, e suas características geográficas podem oferecer uma tremenda vantagem para uma insurgência. Áreas montanhosas, regiões densamente arborizadas e selvas fechadas ocultam a localização das bases insurgentes e permitem a utilização de táticas de guerrilha evasivas³².

A existência de um grande território onde os guerrilheiros possam operar é outra consideração geográfica importante. Sem espaço suficiente para conduzir operações de guerrilha, os insurgentes

Exército dos EUA, Cb Lorenzo Ware



Militares estadunidenses no teto de uma casa, observando o terreno próximo à aldeia de Daridam, na Província de Kunar, Afeganistão, 01 Jul 10.

acabariam tendo de travar uma batalha decisiva contra as mais poderosas Forças convencionais da contrainsurgência. O resultado seria, provavelmente, uma devastadora derrota militar para os guerrilheiros³³.

Uma contrainsurgência voltada aos ambientes urbanos concentra suas patrulhas de segurança e ações militares em um território relativamente pequeno. O resultado previsível é um aumento da efetividade das operações de guerrilha da insurgência. Quando as operações de contrainsurgência enfatizam as cidades, os guerrilheiros podem recuar, fugindo do avanço das Forças de segurança, trocando território por tempo, até que o equilíbrio local de forças os favoreça. Em contrapartida, os contrainsurgentes conduzem grandes operações equivocadas, que não produzem nenhum resultado decisivo, enquanto os insurgentes inquietam suas patrulhas e destroem seus postos avançados e suas defesas passivas. Como afirmou T.E. Lawrence, quando provida de espaço para manobrar, uma insurgência pode verdadeiramente se transformar

em “uma influência, uma ideia, algo intangível, invulnerável, sem frente nem retaguarda, que paira como um gás”³⁴.

Ao concentrar as operações nas áreas urbanas, o contrainsurgente também ignora um importante fato: as cidades não são autossuficientes em relação aos recursos materiais. Dependem de recursos e de linhas de transporte e comunicação que se estendem pelo interior. Os alimentos, os bens de consumo essenciais e até a energia elétrica são todos produzidos nas áreas rurais. Uma contrainsurgência que ignora essas realidades cede o coração do país para os insurgentes. Durante a resistência Vietminh aos franceses, a insurgência estabeleceu um bloqueio econômico nas áreas urbanas e, mais tarde, utilizou uma estratégia semelhante contra os Estados Unidos. Os Vietminh pretendiam subjugar à fome as Forças francesas entrincheiradas, mediante uma política de terra arrasada de “pomares infrutíferos e casas vazias”. Acreditavam, com razão, que conseguiriam incapacitar a contrainsurgência francesa se sitiessem as principais cidades por ela controladas³⁵.

Quando a subsistência básica está em jogo, o poder normalmente reside nas áreas rurais, que produzem as principais culturas agrícolas e outros gêneros alimentícios. Caso esteja separada da maior parte da população, uma contrainsurgência externa será incapaz de recrutar uma quantidade suficiente de forças nativas para proteger o regime nascente. A insurgência que tenha o controle sobre o interior tem, assim, uma vantagem material quase insuperável. Durante a guerra dos *mujahedin* contra os soviéticos, por exemplo, “não eram as cidades, e sim as áreas rurais, a fonte do poder de resistência”³⁶. Por sua vez, tendo concentrado esforços nas operações urbanas e negligenciado o planejamento operacional para o interior, “Cabul [e as Forças soviéticas] se viram impossibilitadas de aproveitar [os recursos humanos] das áreas rurais fora de seu controle, o que lhes deixou a possibilidade de recrutar apenas nas principais cidades”³⁷.

Mesmo quando é praticável abastecer as cidades, a vulnerabilidade das linhas de transporte, suprimento e comunicações ameaça a viabilidade desse ambiente continuamente e isso acaba

reforçando o viés urbano dos contrainsurgentes. À medida que diminuem os recursos disponíveis, o incentivo para conduzir operações urbanas mais econômicas aumenta e as grandes operações rurais costumam ser descontinuadas. Como é de se esperar, a falta de segurança no campo leva, com frequência a um entrincheiramento de Forças nos centros urbanos e entorno. Durante a insurreição comunista na Grécia, “vários esquadrões móveis da polícia estavam sendo atacados com tanta frequência que foram obrigados a retirar-se para os principais povoados, deixando grande parte do interior sob o controle dos rebeldes”³⁸. Da mesma forma, durante a guerra da União Soviética no Afeganistão, os comandantes da guerrilha perceberam que ataques contra as vulneráveis linhas de suprimento das cidades “teriam o benefício adicional de obrigar os soviéticos a dedicar uma proporção cada vez maior de homens a funções de segurança passiva”³⁹. Enfim, a perda de energia elétrica, gêneros alimentícios e bens materiais gera a miséria urbana. A insatisfação cresce vertiginosamente, e o contrainsurgente fica propenso a adotar uma preferência ainda



Exército dos EUA, Sgt. Jes Smith

Um militar estadunidense procura por dispositivos explosivos improvisados, durante uma missão de limpeza de itinerário na área rural perto de Tarin Kot, na Província de Uruzgan, Afeganistão, 03 Out 10.

maior por operações urbanas, a fim de manter seu já debilitado controle. Por sua vez, esse entrincheiramento de esforços aumenta ainda mais a vulnerabilidade do contrainsurgente.

A guerra no Afeganistão oferece um interessante exemplo sobre a vulnerabilidade das linhas de suprimento aos ataques da guerrilha. Durante o combate contra a União Soviética, a liderança insurgente conhecia perfeitamente os pontos vulneráveis da pesada Força de contrainsurgência soviética e visou-os com grande sucesso, atacando linhas de suprimento por todo o interior e, mais tarde, nas grandes cidades. Como observam Ali Jalali e Lester Grau: “A presença soviética dependia de sua capacidade de manter as estradas abertas. Grande parte do combate soviético no Afeganistão consistia na disputa pelo controle da rede viária. Para manter a segurança da linha de comunicações do leste, os soviéticos precisavam de 26 batalhões para operar 199 postos avançados”⁴⁰. De fato, entre 1985 e 1987, os *mujahedin* realizaram mais de 10 mil emboscadas contra os comboios soviéticos ao longo das vulneráveis linhas de comunicação do regime essencialmente urbano⁴¹.

Como observou um líder insurgente, a vulnerabilidade das cidades era bem conhecida:

Eu conhecia os pontos sensíveis do meu inimigo [os soviéticos]: a rodovia de Salang, as aeronaves em terra, o abastecimento elétrico, as represas, as pontes, os oleodutos e, no centro de tudo, Cabul... De minha parte, empenhei-me em coordenar ataques destinados a isolar Cabul dos suprimentos ou recursos fora da cidade. Isso envolveu emboscadas a comboios nas estradas para Cabul, a explosão de represas que lhe forneciam água ou o corte de linhas de transmissão de energia elétrica⁴².

Esses ataques contra as linhas de suprimento e transporte, a partir de áreas rurais, obrigaram as Forças contrainsurgentes a retirar-se para áreas defensáveis nos grandes centros urbanos e entorno. Como observou posteriormente um comandante do Serviço de Inteligência Interforças (o serviço de Inteligência paquistanês): “Essas táticas tiveram o efeito de criar uma profunda sensação de insegurança nas mentes dos soviéticos e dos afegãos, que reagiram com o emprego de uma quantidade cada vez maior de tropas em

serviço de segurança passiva [ao longo das linhas de suprimento, próximas aos grandes centros urbanos], reduzindo, assim, sua capacidade de organizar operações ofensivas”⁴³.

Esse padrão, composto de linhas de suprimento vulneráveis, ataques insurgentes e entrincheiramento de Forças, talvez esteja se repetindo na atual contrainsurgência no Afeganistão. Os ataques frequentes às colunas de suprimento da OTAN e dos Estados Unidos, particularmente na fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão, começaram a prejudicar a efetividade operacional dos contrainsurgentes. Entre junho e setembro de 2009, por exemplo, mais de 145 motoristas de comboios morreram em emboscadas, tendo os ataques insurgentes destruído 123 veículos⁴⁴. Desde então, os ataques continuaram a aumentar tanto em frequência quanto em ousadia. O aumento de ataques insurgentes às vulneráveis rotas de suprimento no Afeganistão representa um verdadeiro desafio operacional para a contrainsurgência.

Mais de 80% dos suprimentos da OTAN e dos Estados Unidos chegam ao Afeganistão através da fronteira com o Paquistão⁴⁵. A estrada de Cabul a Kandahar também é importante para a atividade insurgente. Imitando a estratégia que levou à captura de Cabul nos anos 90, o Talibã agora concentra seus esforços contra as linhas de suprimento urbanas dos inimigos — com uma efetividade cada vez maior⁴⁶.

Em suma, parece que a ampliação das áreas de operações dos guerrilheiros, os ataques às linhas de suprimento vulneráveis e o bloqueio econômico das cidades são, de várias maneiras, o produto não intencional de uma decisão calculada da contrainsurgência de voltar sua atenção operacional para as áreas urbanas.

Como Corrigir o Viés Urbano

Para começar a corrigir esse viés, a contrainsurgência deve primeiro repensar o valor relativo dos espaços rural e urbano. A capacidade de sobrevivência das grandes cidades é extremamente diferente em tempo de guerra.

Em tempo de paz, o poder político geralmente se encontra nas grandes cidades de um país. Os políticos tomam suas principais decisões nas cidades. Os impostos fluem do campo para as áreas urbanas, de onde os governos redistribuem

as verbas por todo o país. O mesmo se aplica à riqueza econômica, que tende a concentrar-se nas áreas urbanas. Em função do grande número de habitantes urbanos, a economia da maioria dos países abastece a população das cidades. As empresas de serviços, o comércio e outras indústrias rentáveis também costumam ser localizados nas cidades, porque os habitantes urbanos são ávidos consumidores dos produtos rurais.

Contudo, durante uma insurgência, as cidades se tornam a parte mais vulnerável de um país e o verdadeiro poder e capacidade política passam a ser encontrados no interior. Em tempo de paz, não existem obstáculos para a vida urbana. Os

alimentos são entregues sem impedimentos; a eletricidade é facilmente gerada e transmitida para o consumo; o tráfego de ida e volta para áreas urbanas é garantido e tranquilo.

Entretanto, à medida que vão se espalhando pelo interior, as ondas da revolução removem o poder das áreas urbanas, e o foco de autoridade e domínio passa para a área rural.

Assim, o conjunto das evidências apresentadas neste artigo sugere que, embora necessário, o controle das áreas urbanas não é suficiente para levar uma campanha de contrainsurgência a bom termo. E o principal ensinamento que podemos extrair disso é simples: a Força que controlar o interior controlará o Estado. **MR**

REFERÊNCIAS

1. Estrategista chinês anônimo, citado em WOU, Odoric. *Mobilizing the Masses: Building Revolution in Henan* (Stanford: Stanford University Press, 1994), p. 222.
2. KALYVAS, Stathis N. *The Logic of Violence in Civil War* (New York: Cambridge University Press, 2009), p. 134.
3. FICHTL, Eric. "Araucan Nightmare: Life and Death in Tame", *Colombia Journal Online* (Aug. 2003), in KALYVAS. *The Logic of Violence in Civil War*, p. 135.
4. Citado em RACE, Jeffrey. *War Comes to Long An: Revolutionary Conflict in a Vietnamese Province* (Berkeley: University of California Press, 2010), p. 3.
5. JARDINE, Eric. "Urban Bias in Counterinsurgency Operations: The Historical Success of Rural Insurgencies", *On Track* 15, no. 2 (2010), p. 25-28.
6. AHMAD, Eqbal. "Revolutionary Warfare and Counterinsurgency", in CHALIAND, Gerard (ed.). *Guerrilla Strategies: An Historical Anthology from the Long March to Afghanistan* (Berkeley: University of California Press, 1982), p. 249.
7. LAWRENCE, T.E. *Seven Pillars of Wisdom* (London: Vintage Books, 2008), p. 232.
8. TSÉ-TUNG, Mao. *On Guerrilla Warfare*, trad. Samuel B. Griffith (Mineola: Dover Publications, Inc., 2005), p. 93.
9. GALULA, David. *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice* (London: Praeger Security International, 2006), p. 52.
10. KALYVAS, *The Logic of Violence in Civil War*.
11. GALULA, p. 4.
12. TRINQUIER, Robert. *Modern Warfare: A French View of Counterinsurgency* (London: Praeger Security International, 2006), p. 83.
13. Essa porcentagem foi extraída dos dados disponíveis sobre a Operação *Kantolo*, constantes do site do CEFECOM: <<http://www.comfec.forces.gc.ca/pa-ap/ops/fs-fr/kantolo-eng.asp>>.
14. TRINQUIER, p. 38-39.
15. LAQUEUR, Walter. *Guerrilla Warfare: A Historical and Critical Study* (New Brunswick: Transaction, 1998), p. 333.
16. Ibid.
17. KEEN, David. *Complex Emergencies* (Cambridge: Polity Press, 2008); JARDINE, Eric. "Strategy and Symbiosis: the Role of Time during Counterinsurgency", *Strategic Datalink*, no. 14 (December 2009), p. 1-6.
18. TRINQUIER, p. 42.
19. Citado em ELLIOTT, David W. *The Vietnamese War: Revolution and Social Change in the Mekong Delta, 1930-1975* (London: East Gate Books, 2007), p. 129-30.
20. HEATHERINGTON, Simon in JONES, Seth G. *In the Graveyard of Empires: America's War in Afghanistan* (New York: W.W. Norton, 2009), p. 316.
21. Funcionário anônimo da Canadian International Development Agency in JONES, *In the Graveyard of Empires: America's War in Afghanistan*, p. 188.
22. KALYVAS, Stathis. "The Urban Bias in Research on Civil Wars", *Security Studies* 13, no. 2 (2004), p. 160-90.
23. LOYD, Anthony. *My War Gone By, I Miss It So* (New York: Penguin, 2001), p. 179, in KALYVAS. "The Urban Bias in Research on Civil Wars", p. 164.
24. HART, Kim. "Quitting Kabul: The U.S. Media Presence in Afghanistan Continues to Dwindle", *American Journalism Review* (Feb./Mar. 2005): p. 1-3.
25. The U.S. Army/Marine Corps Counterinsurgency Field Manual (Chicago: University of Chicago Press, 2007), p. 5.
26. JONES, p. 239.
27. Trechos da análise a seguir também constam de JARDINE, Eric. "The Insurgent's Response to the Defense of Cities", *Parameters* 40, no. 3 (Autumn 2010), p. 103-17.
28. GALULA, p. 3; TABER, Robert. *War of the Flea: The Classic Study of Guerrilla Warfare* (Washington: Potomac Books, 2002), p. 11.
29. O Iraque representa uma exceção óbvia a essa tendência, porque mais de 60% da população do país reside nas cidades. Independentemente disso, a relativa facilidade com a qual a insurgência iraquiana foi suprimida pela chegada de novas tropas durante a chamada "escalada" demonstra, mais uma vez, que as insurgências urbanas são bastante vulneráveis às ações de uma contrainsurgência.
30. A estimativa foi extraída de *CIA World Fact Book*, disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/af.html>>.
31. TSÉ-TUNG, Mao. *On Protracted War* (Honolulu: University of the Pacific Press, 2001), p. 50.
32. FEARON, James D.; LAITIN, David. "Ethnicity, Insurgency, and Civil War", *The American Political Science Review* 97, no. 1 (Feb. 2003), p. 75-90; uma demonstração qualitativa do mesmo argumento consta de O'NEILL, Bard E. *Insurgency and Terrorism: Inside Modern Revolutionary Warfare* (Dulles: Brassey's Inc., 1990), p. 54.
33. TSÉ-TUNG, Mao, p. 98.
34. LAWRENCE, p. 198.
35. ELLIOT, p. 54.
36. JALALI, Ali Ahmad; GRAU, Lester W. *Afghan Guerrilla Warfare: In the Words of the Mujahideen Fighters* (Minneapolis: Zenith Press, 2001), p. 125.
37. YOUSAF, Mohammad; ADKIN, Mark. *The Bear Trap: Afghanistan's Untold Story*, disponível em: <<http://www.combatreform.org>>, p. 39.
38. Cap LABIGNETTE, "The Communist Insurrection in Greece", in CHALIAND, p. 264.
39. YOUSAF; ADKIN, p. 45.
40. JALALI; GRAU, p. 147.
41. *The Russian General Staff, The Soviet Afghan War: How a Superpower Fought and Lost*, trad. Lester W. Grau e Michael A. Gress (Lawrence, Kansas: University Press of Kansas, 2002), p. 65.
42. YOUSAF, Mohammad in POOLE, H. John. *Tactics of the Crescent Moon: Militant Muslim Combat Methods* (Emerald Isle: Posterity Press, 2004), p. 92-93.
43. Ibid.
44. MCGIRK, Tim. "Taliban Stepping Up Attacks on NATO Supply Convoys", *Time*, 7 Oct. 2009, p. 1.
45. MASOOD, Salman. "Bridge Attack Halts NATO Supplies to Afghanistan", *New York Times*, 4 Feb. 2009, p. 1.
46. GRAHAM, Hugh. "City of Kandahar is Key that Unlocks Afghanistan", *Toronto Star*, 18 Jun. 2008, p. 1.

Operações de Informações De Boas a Ótimas

General (BG) Ralph O. Baker, Exército dos EUA

ESTAMOS EM UMA guerra de informações. E se o centro de gravidade nas operações de contrainsurgência (COIN) é o povo, então uma das características que define conflitos dessa natureza é a constante disputa entre o governo legítimo e os insurgentes pela conquista da confiança e da cooperação da população nativa. Portanto, influenciar a forma como o povo vê o conflito e direcionar suas expectativas é essencial a qualquer campanha de contrainsurgência bem-sucedida. No final das contas, as percepções e atitudes do povo irão determinar quem receberá seu apoio — se o governo ou os insurgentes.

Nesse sentido, informações administradas com competência, capazes de afetar as atitudes e as crenças da população, são um elemento decisivo para uma contrainsurgência bem-sucedida. Na doutrina militar estadunidense, nós nos referimos a esse esforço como “operações de informações” (Op Info). As operações de informações são atividades empreendidas por organizações militares e não militares para formar a narrativa básica do conflito ou da situação e, portanto, afetar as atitudes e os comportamentos do público-alvo. Exemplos de atividades de Op Info incluem contatos com líderes-chave, distribuição de produtos como panfletos e folhetos, contatos e entrevistas com órgãos da imprensa, anúncios pela televisão e rádio e qualquer outra atividade que promova a disseminação de informações. Ao contrário dos insurgentes, não podemos mentir ou intencionalmente fazer propaganda utilizando dados vagos ou a desinformação, quando executamos essas atividades. Contudo, como

se costuma dizer, podemos ser os “primeiros a possuir a verdade”. Mais ainda, podemos ser mais espertos, quando tratamos com a verdade.

Felizmente, a maioria dos comandantes militares dos EUA reconhece que as operações de informações são um componente legítimo e necessário de uma contrainsurgência. No entanto, tenho observado que a abordagem de algumas Unidades para integrar as Op Info às suas operações cotidianas varia muito e, conseqüentemente, também os resultados que apresentam têm sido muito variados.

A maioria das operações de informações bem-sucedidas compartilha características parecidas, começando com o desenvolvimento de um bom conceito de operações para as Op Info, culminando com a elaboração de um planejamento detalhado. Há alguns conceitos e planos muito criativos e intelectualmente sólidos, desenvolvidos por comandantes e seus estado-maiores em todos os escalões, desde batalhão até teatro de operações, passando pelos Corpos de Exército. Na prática, contudo, há bem menos entendimento e apreciação sobre como executar as Op Info com eficácia.

O propósito deste artigo é identificar as deficiências comuns que as Unidades experimentam quando conduzem as Op Info e oferecer sugestões de como melhorar sua execução. Três condições têm de existir para que os efeitos ideais com as operações de informações sejam alcançados.

Antes de qualquer coisa, os comandantes em todos os escalões devem entender e reconhecer que as operações de informações são um componente

O General (BG) Ralph O. Baker serve no Estado-Maior Conjunto, como Diretor de Desenvolvimento de Forças Conjuntas (J7). Ele é bacharel pela Academia Militar dos EUA e possui o curso da Escola de Comando e Estado Maior do Exército dos EUA, no Forte Leavenworth, Estado do Kansas. É mestre pela Central Michigan University e pela Escola de Guerra Naval dos EUA. Esteve na Alemanha e no

Iraque, desempenhando funções de comando e estado-maior.

[BG - Brigadier General, primeiro posto de oficial-general no Exército dos EUA, cuja antiguidade está situada entre os postos de Coronel e de Major General (MG - posto equivalente a General de Brigada, no Brasil) — N. do T.]



Militares da 3ª Brigada de Assessoramento e Assistência prestam segurança durante uma reunião com líderes locais, em Al Maaqal, no Iraque, 09 Out 10.

importante e potencialmente decisivo de sua estratégia de contrainsurgência mais ampla. Em outras palavras, os comandantes precisam enfatizar a importância das Op Info em tudo que fazem, para que os comandantes e Unidades subordinados não apenas recebam a mensagem, mas também a vejam ser reforçada nas ações e nas prioridades do comandante superior. Se essa condição fundamental não for satisfeita, e as operações de informações não forem entendidas como uma prioridade principal do comandante, elas também não serão importantes para os seus subordinados. Como resultado, o esforço poderá resultar insuficiente na busca dos efeitos desejados.

A segunda condição necessária, para que o êxito seja alcançado, é um “conceito da operação” que integre as operações de informações em todas as facetas das tarefas cotidianas de uma Unidade. Para conseguir o máximo efeito, as operações precisam enviar uma mensagem ao público-alvo, contínua e constantemente. A chave para isso é desenvolver o “conceito da operação”

incorporando atividades de Op Info em todas as linhas que integram o plano de campanha da Unidade.

A terceira condição é a execução de um plano de Op Info que reforce constantemente as mensagens dirigidas ao público-alvo. Das três condições identificadas, a execução competente e contínua das atividades de Op Info é aquela que a maioria das Unidades não consegue fazer. Com esse intuito, o restante deste artigo irá identificar as deficiências da Unidade e organização que diminuem o impacto positivo das Op Info, acabando por impedir que a missão seja cumprida.

Repetição Sistemática de Mensagens

O erro mais comum das Unidades que executam Op Info é não conseguir repetir as mensagens para o público pretendido pelo número de vezes que seja suficiente. A repetição é um princípio fundamental na execução das Op Info, e deixar de aplicá-lo continuamente na transmissão

de uma mensagem dilui seu impacto sobre o público-alvo. Há muito tempo que as agências de propaganda têm se baseado na premissa de que há uma correlação positiva entre o número de vezes que um consumidor é exposto aos anúncios de um novo produto e a disposição desse consumidor em prová-lo. O mesmo princípio funciona quando influenciamos nossos públicos-alvo nas operações de contrainsurgência. Em geral, quatro áreas principais contribuem para a falta de repetição sistemática das mensagens, individual ou coletivamente:

- Excesso de temas e mensagens de Op Info;
- Tempo insuficiente para disseminação das mensagens;
- Pouca ou nenhuma unidade de esforços na transmissão das mensagens;
- Falta de processos ou mecanismos de avaliação dos resultados, de modo a garantir que as mensagens estejam sendo transmitidas de forma precisa, rotineira e na quantidade certa de repetições.

Abordarei cada uma dessas áreas individualmente.

Excesso de Temas e Mensagens de Op Info

Com mais frequência do que se imagina, as organizações desenvolvem excessiva quantidade de temas e mensagens para os públicos-alvo que tentam influenciar. Isso inadvertidamente leva a uma diminuição na capacidade que essa audiência tem de assimilar a mensagem pretendida. Quando recordamos o princípio básico de publicidade, que diz que uma ideia deve atingir seu alvo diversas vezes para ser capaz de compelir a uma mudança nos hábitos de consumo, conclui-se que restringir a quantidade de temas, com a repetição de menos mensagens, irá maximizar a exposição do público-alvo a essas ideias ao longo do tempo, na maioria dos casos. Por exemplo, um plano de Op Info baseado em cinco temas e oito mensagens para cada tema é muito mais difícil de ser executado com a frequência de repetições necessária se o compararmos a um plano simples com três temas e talvez três ou quatro mensagens de apoio, por tema. No primeiro caso, mais de 40 mensagens precisarão ser transmitidas, enquanto no segundo, haverá apenas de 9 a 12 mensagens, tornando sua repetição muito mais fácil.

Durante minha última passagem pelo Iraque, entre dezembro de 2009 e dezembro de 2010, a 1ª Divisão Blindada desenvolveu um plano de Op Info com cinco temas e seis a oito mensagens de apoio para cada tema; ou seja, tentamos disseminar 30 a 40 mensagens de apoio a vários públicos diferentes. Aprendemos rapidamente que, com base no número limitado de opções de difusão disponíveis, não poderíamos obter a frequência necessária para obter os efeitos desejados. Quando percebemos a natureza do problema, fizemos duas coisas para diminuir as demandas em termos de mensagens a serem disseminadas. Primeiro, priorizamos os temas sobre os quais queríamos que o comando da Divisão e as Unidades se concentrassem — reduzindo sua quantidade de cinco para três. Depois, analisamos nossas mensagens de apoio e escolhemos entre duas e quatro para cada tema, dentre aquelas que poderiam alcançar melhores resultados junto aos nossos públicos-alvo. Ao empregarmos essa solução, reduzimos a quantidade de mensagens necessárias de 40 para 12, criando assim condições que nos

A repetição é um princípio fundamental na execução das Op Info, e deixar de aplicá-lo continuamente na transmissão de uma mensagem dilui seu impacto sobre o público-alvo.

permitiram reforçar ideias junto aos nossos públicos-alvo, mesmo com nossos meios de disseminação limitados.

Tempo Insuficiente para Disseminação

Outro erro comum, que impede que as organizações adotem a necessária frequência de repetição na transmissão das mensagens, é a destinação de tempo insuficiente para a difusão. É comum ver Unidades que mudam o tema e as mensagens que transmitem antes mesmo que

elas tenham sido repetidas por tempo suficiente para levarem a quaisquer efeitos significativos. Por sua natureza, as operações de informações não apresentam resultados imediatos. Se o tempo dedicado à disseminação de uma mensagem for insuficiente, as Unidades não conseguirão repeti-la por um número de vezes adequado, reduzindo drasticamente as chances de sucesso nos seus esforços de Op Info.

Na 1ª Divisão Blindada, descobrimos que para atingir nossos públicos-alvo várias vezes com nossos temas e mensagens, tínhamos de transmiti-las ao longo de um período de vários meses — não dias ou semanas. Nós usamos todos os meios de transmissão disponíveis — contatos de comandantes (tanto estadunidenses quanto iraquianos) com os principais interlocutores iraquianos, coletivas de imprensa, anúncios em *outdoors* e folhetos, mensagens nas rádios locais, anúncios informativos na televisão e outros meios não atribuíveis. Independentemente do nível de detalhamento dos nossos planos de disseminação, descobrimos que o principal recurso que nos permitia atingir nossa audiência repetidas vezes era o tempo.

Também providenciamos para que as mensagens fossem disseminadas por meios de transmissão diferentes, para garantir que nosso público-alvo fosse atingido por várias direções. Por exemplo, quando tentávamos melhorar a imagem das Forças de Segurança Iraquianas (FSI) aos olhos de seus próprios cidadãos, buscávamos sempre que nossos líderes-chave incluíssem mensagens de apoio em suas conversas com os principais interlocutores iraquianos. Ao mesmo tempo, procurávamos inserir a mesma mensagem de apoio às FSI nos folhetos, nos anúncios em *outdoors*, no rádio e na televisão, com várias transmissões por dia. O objetivo, normalmente alcançado, era saturar nosso público-alvo com mensagens que apoiavam um de nossos três temas principais.

Após vários meses ouvindo sobre os sucessos das FSI em conversas pessoais e nas estações de rádio e vendo exemplos nos *outdoors* na cidade e em documentários pagos na televisão, tínhamos muita confiança de que as opiniões e atitudes de nossos públicos-alvo estavam sendo influenciadas. Ou



Foto do autor

O Comandante da Brigada de Combate da 1ª Divisão Blindada conduz um engajamento com xeques e líderes tribais locais.

seja, a população estava recebendo a mensagem de que as Forças de Segurança Iraquianas eram competentes e capazes, e começava a reagir de acordo com essa ideia. Pode parecer fácil, mas um êxito como esse requer ênfase e envolvimento direto e constante dos comandantes em todos os escalões. Além disso, as Unidades devem implantar sistemas para rastrear a execução de suas atividades de Op Info, para terem a segurança de que as mensagens estejam sendo transmitidas ao público pretendido, com a precisão e a frequência devidas. Nunca é demais enfatizar a importância dessa “saturação de mensagens”. A constância e a repetição são um pré-requisito para influenciar o público-alvo. Acreditem: isso não acontece por acaso... E não será simplesmente porque alguém o incluiu em uma ordem que os resultados aparecerão.

Unidade de Esforços e Amplitude na Disseminação de Mensagens

É difícil, se não impossível, obter a necessária repetição de mensagens quando se dispõe de apenas uma ou duas opções para a transmissão. Precisamos nos empenhar em um esforço disciplinado para garantir que estejamos empregando todos os meios e capacidades disponíveis para a transmissão de mensagens, deliberada, calculada e disciplinadamente. Isso requer um sistema centralizado, que forneça orientação aos principais comandantes nos diversos escalões, definindo a mensagem a ser transmitida, para que público, com que meio — e com que frequência. Da mesma forma, é importante que as Unidades desenvolvam mecanismos que garantam informações sobre os resultados, para avaliar se mensagens estão atingindo os públicos-chave. Esse “retorno” irá permitir que sua equipe de Op Info monitore o



Foto do autor

O comandante de uma Divisão iraquiana, em Bagdá, participa de uma coletiva de imprensa. Temas e mensagens transmitidos por líderes nativos são uma forma efetiva de influenciar positivamente a população.

nível de saturação alcançado pelas mensagens, e garantir que suas Unidades e comandantes subordinados executem as atividades de Op Info como planejado.

Para garantir que todas as mensagens e ações estejam apoiando os esforços de Op Info, você deve orientar aqueles indivíduos na sua organização que sejam encarregados do desenvolvimento de produtos impressos, anúncios de rádio e televisão e de outros meios de divulgação. Na 1ª Divisão Blindada, centralizamos toda a coordenação de mensagens no que chamamos de grupo de trabalho para a estratégia de comunicações. Este reunia pessoal das seções de Op Info, de Operações Civis-Militares, de Relações Públicas e de Operações de Apoio de Informações Militares da Divisão.

Para garantir que fossem dadas as devidas importância e prioridade ao trabalho desse grupo, o comandante de Divisão designou um oficial-general para conduzir suas reuniões semanais. O objetivo principal era sincronizar as atividades de Op Info de todas as Unidades e comandantes no âmbito da Divisão. Os principais assuntos da reunião incluíam avaliações relativas à qualidade das mensagens que usávamos, quando mudar ou atualizar as mensagens, quando passar de um tema para outro, a sincronização de todas as atividades e meios de Op Info e a conformidade organizacional. Ao encerrarmos as reuniões semanais, saíamos em condições de garantir que todos os meios de Op Info disponíveis na



Foto do autor

O Comandante da 1ª Divisão Blindada conduz um engajamento de líderes-chave, incluindo autoridades civis, militares e tribais, em Bagdá.

Divisão estivessem sendo empregados de forma coordenada e sincronizada para que atingíssemos a saturação das mensagens junto aos nossos públicos-alvo.

Falta de Mecanismos para a Avaliação dos Resultados

Descobrimos que um dos principais empecilhos para uma efetiva transmissão sistemática das mensagens aos nossos públicos-chave residia no fato de que Unidades e comandantes subordinados não cumpriam as ordens de Op Info que recebiam, de forma precisa ou constante. Geralmente, isso não ocorria por desobediência deliberada, mas porque essas Unidades recebiam tarefas simultâneas que excediam suas capacidades. Nessas condições, todo comandante costuma fazer o que bons comandantes fazem: priorizar.

Na nossa Divisão, muitas Unidades não priorizavam suficientemente as Op Info, no princípio. Para solucionar essa deficiência, a Divisão criou um conjunto de mecanismos para

avaliação dos resultados, planejados para rastrear a execução de tarefas de Op Info pelas Unidades subordinadas e seções de estado-maior da Divisão. A cada reunião semanal do grupo de trabalho de estratégia de comunicações, analisávamos uma série de medidas de desempenho das atividades de Op Info, que haviam sido atribuídas às Unidades. Exemplos dessas medidas incluíam exigir que todas as brigadas organizassem uma coletiva de imprensa por mês com a imprensa árabe; analisar toda e qualquer atividade inimiga que ocasionasse danos ou sofrimento ao povo iraquiano e verificar se haviam sido tomadas medidas de Op Info correspondentes para desacreditar o inimigo; confirmar que folhetos e cartazes com mensagens específicas estavam alcançando o público pretendido; identificar futuros veículos, de alta visibilidade, que capacitassem as Unidades a atingir grandes públicos; e verificar se as pessoas certas estavam sendo engajadas pelos comandantes nos diversos escalões, com a frequência que julgávamos necessária para garantir a influência que pretendíamos.

Essa lista de medidas de desempenho é apenas ilustrativa e está longe de ser completa. Desejo simplesmente mostrar o nível de detalhamento com o qual rastreamos as atividades de Op Info na Divisão, em um esforço para garantir que todas as nossas Unidades subordinadas seguissem a orientação do comandante da Divisão. Como foi dito antes, as Unidades não negligenciam deliberadamente a execução de suas tarefas de Op Info. Em geral, elas não lhes devotam prioridade e, conseqüentemente, essas tarefas essenciais não são executadas com a necessária constância. Contudo, não só a constância, mas também a precisão e — ainda mais importante — a repetição são elementos fundamentais de Op Info bem-sucedidas. Portanto, as Unidades precisam dispor de mecanismos de avaliação dos resultados, para garantir que o trabalho tenha base sólida.

O Exército dos EUA é atualmente reconhecido como a Força contrainsurgente de maior destaque do mundo. Alcançamos nosso atual nível de perícia combinando a experiência no combate com a capacidade de aprendermos e de nos adaptar, tanto como líderes quanto como instituição. Nos últimos nove anos, uma das

lições mais importantes que aprendemos é a importância essencial das Op Info no ambiente operacional. Tendo reconhecido essa realidade, precisamos garantir que estejamos conduzindo as estratégias e os conceitos de Op Info com o mesmo grau de rigor e disciplina pelos quais somos reconhecidos na execução de operações militares. Para controlar o centro de gravidade no combate de contrainsurgência, temos de assegurar a transmissão repetitiva de mensagens precisas e coordenadas aos públicos-alvo, a fim de influenciarmos suas atitudes e seu comportamento. Isso significa melhorar em quatro pontos: limitar o número de temas e mensagens de Op Info que disseminamos; garantir tempo suficiente para a transmissão dessas mensagens (planejando em termos de meses, e não dias ou semanas); alcançar a unidade de esforços empregando todos os meios de transmissão de Op Info que possuímos; e por último, criar processos ou mecanismos em nossas organizações para garantir que as mensagens de Op Info estejam sendo transmitidas ao público certo, de forma precisa e constante e — o mais importante — que estejam sendo sistematicamente repetidas. **MR**



Foto do autor

Jornalistas árabes de Bagdá, durante uma coletiva de imprensa da 1ª Divisão Blindada.

Sete Pilares de Poder das Pequenas Guerras

Randy Borum, Ph.D.



Fotógrafo desconhecido

A queda do Muro de Berlim, 1989. O antigo “Check Point Charlie”, Berlim.

Temos de superar a ideia de que a tecnologia vai mudar a guerra... A guerra é basicamente um empreendimento humano.

—General de Exército James N. Mattis, Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, Comandante das Forças Conjuntas dos EUA e do Comando Aliado Supremo da OTAN

O MUNDO PARECEU SUSPIRAR aliviado quando o longo período da Guerra Fria chegou ao fim. Esse evento marcante, contudo, não significou o fim das guerras no mundo. Embora o número de conflitos armados tenha diminuído desde o pico atingido no início dos anos 90¹, e uma guerra convencional entre grandes Estados pareça algo improvável no futuro próximo, conflitos localizados e um “número crescente de áreas onde há cada vez mais descontrole interno”, que talvez facilitem o surgimento de mais conflitos, passaram a caracterizar o cenário mundial².

Os cidadãos desta comunidade globalizada talvez não mais estejam perdendo suas noites de sono, preocupados em saber se o mundo ainda

estará lá na manhã seguinte, mas o clima atual de desordem pode levá-los a “uma morte lenta”. São as chamadas “pequenas guerras”³, as insurgências⁴ e os conflitos civis internos e localizados, decorrentes de problemas políticos, econômicos e sociais. Na última década, quase 80% dos episódios de violência armada estiveram relacionados a conflitos recorrentes. Isso nos deve lembrar — como se precisássemos ser lembrados — que a transição pós-conflito deve ser parte integrante de qualquer intervenção militar⁵.

Esses conflitos quase sempre envolveram Estados fracassados ou em via de fracasso, ou *anocracias* — regimes “purgatórios”, que misturam elementos da democracia e da autocracia, sem se beneficiarem dos aspectos estabilizadores de qualquer uma delas⁶. Três, entre quatro crises internacionais pós-Guerra Fria, envolveram Estados fracassados ou em via de fracasso, e segundo o *Failed States Index* (patrocinado pelo *Fund For Peace* e pela revista *Foreign Policy*), o número de países qualificados como em “situação de alerta” mostrou um pequeno, porém contínuo, crescimento, ao longo dos últimos quatro anos⁷. Os Estados de regime anocrático têm duas vezes mais probabilidade de enfrentarem instabilidade e conflitos violentos.

Essa violência envolve milícias rivais, grupos étnicos beligerantes, senhores da guerra, redes criminosas transnacionais e organizações paramilitares informais que não obedecem às “leis da guerra” convencionais. Os ilegítimos seguidores dos combatentes criminosos dominam “zonas cinzas” e “áreas sem lei”, empregando seus lucros ilícitos para financiar conflitos e comprar apoio operacional e logístico. Essa é a realidade da temida relação entre o crime e o terrorismo⁸.

As origens desse tipo de conflito são normalmente complicadas — quando não são

Randy Borum, Ph.D., é professor no College of Behavioral and Community Sciences da University of South Florida. Como cientista comportamental e psicólogo forense, pesquisador de temas relacionados à segurança global e

nacional, ele leciona e realiza consultas regulares junto às agências federais de imposição da lei, à comunidade de Inteligência e ao Departamento de Defesa.

caóticas —, o que lhe dá a tendência de durar por muito tempo⁹. São conflitos particularmente difíceis de terminar, e é sempre difícil determinar quem saiu vitorioso. Sua característica duradoura deve-se, em parte, à natureza indiscriminada de sua violência, que busca quebrar a determinação do adversário ao destruir moradias, instituições e infraestrutura, o que, por outro lado, acaba alimentando uma mentalidade de “não esquecer jamais” em seus inimigos¹⁰.

Normalmente, as diferentes facções têm pouca escolha ou pouco incentivo para terminar o conflito. Alguns desejam sua continuação devido à sua “ganância e não a ressentimentos”. O conflito lhes proporciona o poder, o *status* e o dinheiro que não teriam sem ele¹¹. Alguns continuam simplesmente porque é o que sempre fizeram. Crianças-combatentes são cada vez mais atraídas a essas lutas, o que faz com que gerações delas deixem de ter qualquer outra habilidade, experiência ou expectativa, que não a de combater. Elas combatem porque é só o que sabem fazer — isso leva ao que alguns chamam de “guerra de economia da oferta”¹².

As “pequenas guerras” não são um fenômeno novo, e tampouco são um tipo de combate novo para os Estados Unidos. No entanto, enfrentá-las com eficácia exige mais do que experiência¹³. As Forças Armadas dos EUA fizeram um enorme esforço para reunir lições dos conflitos anteriores, de modo que pudessem estar adaptados às novas contingências, mas como a transição entre o Iraque e o Afeganistão demonstrou, o próximo conflito não é como o último¹⁴.

A história das insurgências e das guerras localizadas — incluindo as contemporâneas — nos mostra que a dimensão humana de um conflito é extremamente importante, e isso vai muito além do simples conhecimento da cultura do adversário. Nem mesmo um entendimento profundo da cultura e das dinâmicas sociais será suficiente para ganhar uma guerra (embora o desconhecimento desses aspectos possa ser suficiente para perdê-la). A estratégia deveria se concentrar menos no planejamento de âmbito nacional e mais no nível das comunidades locais. O Estado permanece relevante como uma unidade básica no sistema internacional, mas, em geral, os conflitos fragmentados e complexos de



AP Foto/Jerome Delay

Rebeldes anti-Kadafi levantam uma criança com um AK-47 e sinalizam com o “V de Vitória”, Trípoli, 20 Mar 11.

hoje exigem que nos aprofundemos. As insurgências e os movimentos de resistência se tornam sistemas vivos¹⁵. Eles — quase literalmente — assumem vida própria.

As insurgências geralmente não saem vitoriosas, mas certamente atingem um grau de sucesso estratégico que excede seu tamanho, sua capacidade militar e seu nível de sofisticação, sempre inferiores aos de seus oponentes. Elas conseguem isso ampliando o alcance de seus pontos fortes de forma assimétrica. As dinâmicas resultantes — algumas bem óbvias — trabalham em seu favor. Claro, os movimentos insurgentes precisam lidar com os problemas fundamentais que todos os grupos armados enfrentam, independentemente de sua história, motivações ou objetivos. Anthony Vinci os descreve como “os três problemas básicos da mobilização”¹⁶. Os insurgentes precisam de pessoas dispostas a lutar (motivação); de meios, incluindo armas e capacidade de sobrevivência (logística); e de capacidade de comando (liderança, organização e comunicações).



USAID

Um soldado ensina às crianças o perigo representado pelas minas terrestres, Ruanda, 25 Jun 07.

Até mesmo as tarefas mais básicas são relativamente óbvias, mas *o modo como* os militantes as abordam determinará se terão — ou não — sucesso nas esferas política e psicológica do conflito. Essas duas esferas servem como o fulcro dos insurgentes para exercer o poder assimétrico.

Nas seções seguintes, eu descrevo sete fontes de poder que são relevantes para as insurgências e os movimentos de resistência.

- O poder das expectativas crescentes.
- O poder do povo.
- O poder do provável perdedor.
- O poder da agilidade.
- O poder da resistência.
- O poder da segurança.
- O poder da inclusão.

O entendimento dessas fontes pode ajudar a explicar como e por que algumas insurgências obtêm sucesso e outras não, e ajudar a formar estratégias para enfrentá-las. Este artigo é uma heurística, não uma historiografia. A natureza e os mecanismos de poder são dinâmicos e frequentemente dependentes do contexto. Exceções existem para quase todas as regras. Com essa advertência, ofereço meus pensamentos sobre os seguintes pilares de poder das pequenas guerras.

O Poder das Expectativas Crescentes

Embora a pobreza raramente tenha sido uma força motivadora por trás dos movimentos e das guerras revolucionárias, o mesmo não tem ocorrido com as expectativas crescentes. — Joint Operating Environment, 2008.

A insurgência oferece a esperança de progresso, ascensão ou liberdade. Insurgências, por definição, aspiram a mudanças. Os insurgentes não têm uma “mentalidade de casamata” defensiva; as chamadas à ação, pelos revolucionários, buscam motivar em favor da causa — melhoria das condições de vida e conquista de liberdades essenciais. “Sem aspirações e expectativas crescentes, a sociedade não iria se esforçar e assumir riscos para obter novas formas de comportamento e conquistar melhores resultados”¹⁷. Nesse sentido, as expectativas crescentes geram resistência ao regime¹⁸.

Por séculos, as populações pobres e oprimidas, particularmente nas áreas subdesenvolvidas do mundo, sofriam profundamente de necessidades,

mas estavam conformadas com seus destinos. Muitos não tinham noção de como era a vida daqueles que tinham mais recursos. Talvez tenham desejado que a vida fosse diferente, mas não conheciam nada além de suas próprias comunidades; não tinham ideia de como seria essa “vida diferente”, muito menos que ela talvez pudesse ser alcançada. A globalização e a tecnologia mudaram isso.

Agora, a competição entre aspirações das comunidades talvez se torne até mais intensa do que a competição entre nações. Durante a Cam-

Apresentar um problema como uma injustiça permite ao insurgente transformar as expectativas do povo em ações concretas.

panha pela Liderança Global Americana (*U.S. Global Leadership Campaign*), em 15 Jul 08, o então Secretário de Defesa Robert Gates previu que “Ao longo dos próximos 20 anos ou mais, certas pressões — população, recursos, energia, climas econômico e ambiental — podem se juntar às rápidas mudanças culturais, sociais e tecnológicas para produzir novas fontes de privação, raiva e instabilidade... [até o ponto em que] as ameaças mais persistentes e potencialmente perigosas irão se originar menos a partir de Estados ambiciosos e mais a partir de países fracos, que não conseguem satisfazer as necessidades básicas — e muito menos as aspirações — de seu povo”. Mais provavelmente, o poder das expectativas crescentes na geração de conflitos irá piorar, antes de melhorar.

As primeiras teorias sobre os conflitos pregavam a ideia de que a pobreza e a privação eram “causas primordiais” da violência política. Evidências subsequentes demonstraram claramente que a pobreza, por si só, não é nem uma causa substancial, nem um indicador consistente¹⁹ (alguns propõem um argumento mais sutil, segundo o qual a dinâmica talvez venha de uma de privação *relativa*²⁰). As pesquisas não apoiam a ideia de que o descontentamento

seja suficiente para inspirar violência política coletiva²¹. No entanto, insatisfação é uma coisa e injustiça é completamente outra. Apresentar um problema como uma injustiça permite ao insurgente transformar as expectativas do povo em ações concretas²².

A maioria das teorias de radicalização e ideologia extremista possui algum elemento de insatisfação como um elemento fundamental²³. Contudo, por que algumas insatisfações incitam à ação enquanto outras não? A razão fundamental parece ser a de os insatisfeitos considerarem suas queixas como decorrentes de uma injustiça²⁴. A diferença entre como as coisas são (o que as pessoas têm) e como as coisas deveriam ser (o que as pessoas deveriam ter) alimenta essas percepções. Expectativas crescentes ampliam essa lacuna, gerando um clima que fomenta reclamos quanto à injustiça. É assim, essencialmente, que a privação relativa leva a percepções de injustiça absoluta²⁵.

Quando aqueles insatisfeitos veem que outros não sofrem, ou que superaram o sofrimento — talvez por meio de violência revolucionária — o que antes era apenas algo desagradável agora passa a ser uma injustiça. Considerando que as pessoas não consideram as injustiças como sendo eventos aleatórios, não é difícil buscar um culpado específico — uma política, uma pessoa ou uma nação. O culpado então é vilificado — frequentemente demonizado —, inspirando os insatisfeitos a tomar medidas para corrigir as injustiças de que são vítimas²⁶.

O Poder do Provável Perdedor

A luta é geralmente iniciada pelo azarão e, às vezes, o favorito merece vencê-la. — Edgar Watson Howe

O movimento insurgente é quase sempre considerado o azarão. Geralmente o identificamos e o definimos com tal, comparando-o a uma entidade mais favorecida — o “favorito”. Consideramos que o azarão é “menos” ou aquele que tem menos condições do que o favorito. As pessoas gostam de torcer por aquele que é o provável perdedor — especialmente quando há alguma chance de que as aspirações daquele que está em desvantagem prevaleçam. Embora sejamos capazes de reconhecer a existência da atração pelo azarão, os mecanismos que levam a isso são muito mais complexos²⁷.



Militares estadunidenses conversam com familiares de um ex-integrante da Al Qaeda, durante uma operação de “Cercos e Vasculhamento” na cidade de Jeddá, Iraque, 04 Jun 08.

Como era de se esperar, há várias pesquisas que mostram que as pessoas não gostam de se autoidentificar como mal-sucedidas²⁸. Então qual é a razão que nos leva a torcer por — ou associar-se ao — provável perdedor? É uma questão que somente agora os cientistas sociais começam a desvendar²⁹. Algumas lições surgem das pesquisas de *marketing* e psicologia social. É importante ter em mente que a maioria das pesquisas feitas sobre esse fenômeno considera torcedores de vários times esportivos ou consumidores de certas marcas de produtos, e não insurgentes.

Primeiro: embora a maioria das pessoas procure se enxergar de forma positiva e deseje que também os outros o façam, aqueles que torcem pelo favorito se concentram no resultado conquistado, enquanto os torcedores do azarão permanecem focados nas qualidades positivas e atraentes dos “jogadores” e na importância desses aspectos em suas próprias vidas³⁰. Segundo: o apoio contínuo não exige que o azarão tenha um desempenho fantástico, mas que, no mínimo, haja alguma esperança, ainda que de forma intermitente. Em outras palavras, para merecer esse apoio “os azarões precisam ‘chegar perto’ de vez em quando, ou pelo menos exibir breves momentos com possibilidades de vitória, caso contrário serão apenas perdedores e ninguém esperará nada deles”³¹. Dois pontos adicionais sobre a atração do provável perdedor são dignos de nota. O pri-

justo e equitativo.

Ainda que apenas algumas dessas dinâmicas sejam válidas nos conflitos armados civis, o poder do provável perdedor é potencialmente muito importante para os movimentos insurgentes. Ao longo dos últimos 35 anos, psicólogos têm pesquisado um fenômeno que chamam de efeito de “usufruir da glória alheia”³³. Basicamente, isso ocorre quando uma pessoa busca associar sua imagem a de um grupo ou de uma instituição que tenha *status*, reputação de popularidade ou sucesso (ainda que essa pessoa não tenha nada a ver com esse sucesso). Considere como alguns fãs de clubes esportivos (um termo derivado da palavra “fanático”) discutem sobre seus times utilizando o pronome “nós” e terá uma ideia do fenômeno. É bem possível que esse efeito tenha importância capital para o sucesso de uma “marca” insurgente ou terrorista, sendo a razão pela qual mais admiradores parecem associar-se a esses grupos do que os próprios grupos reconheceriam como seus associados.

O Poder da Agilidade

1ª Regra: “Muitos e pequenos” superam “poucos e grandes”. — John Arquilla

Um dos principais desafios para enfrentar movimentos insurgentes é que eles são alvos móveis. Sua estrutura, organização e táticas são flexíveis. Eles se adaptam, evoluem e mudam

meio está relacionado à percepção de persistência e tenacidade que o azarão demonstra ao enfrentar a adversidade; uma qualidade admirada, com a qual muitos gostam de se identificar. Depois, o apoio ao provável perdedor parece estar arraigado nas percepções das pessoas sobre equilíbrio e justiça³². Os azarões têm uma desvantagem na competição contra os mais fortes. Se eles podem ter sucesso, então o êxito — visto de forma mais ampla — nos parecerá algo mais atingível,

continuamente. Embora, historicamente, tenha havido grupos insurgentes com estruturas paramilitares centralizadas, as insurgências do século XXI têm sido prioritariamente descentralizadas, dinâmicas e flexíveis³⁴.

A flexibilidade é a capacidade que uma Força tem para adaptar-se, aprender e mudar (com oportunidade) de modo a enfrentar a ameaça que se lhe apresenta³⁵. Os movimentos insurgentes eficazes são flexíveis tanto em sua estrutura quanto em sua cultura. Não apenas são capazes de sobreviver adversidades e mudanças, como também de reagir rapidamente, adaptando-se a elas de forma apropriada. Sem entrarmos no debate sobre a Al Qaeda ser, ou não, um movimento insurgente mundial, consideremos sua flexibilidade e seu desenvolvimento. O que começou como uma “agência de apoio administrativo” para os afegãos que resistiam à ocupação soviética, acabou tornando-se uma “base” de operações para grupos terroristas existentes; depois o centro teórico de uma rede mundial de novas organizações “afiliadas”; mais tarde, um tipo de movimento social e, no final, uma “marca” ou um centro inspirador para uma ideologia maligna e violenta³⁶.

Ser flexível e adaptável tem vantagens. A flexibilidade é, talvez, o fator mais importante na aprendizagem organizacional. O Exército dos EUA, claro, investiu milhões de dólares no desenvolvimento de bancos de dados de “lições aprendidas” e avaliou e identificou mudanças essenciais para adaptar-se ao atual ambiente de segurança mundial³⁷. Contudo, esse grande esforço não garante adaptações viáveis³⁸. Por sua natureza — se não por sua própria concepção — as forças convencionais tendem a ser grandes, pesadas e lentas. Essa estrutura funciona bem no teatro de operações convencional, mas não tão bem quando enfrenta insurgências ou pequenas guerras³⁹. Uma organização menor, mais flexível e descentralizada pode mover-se muito mais rapidamente entre a ideia e a ação, além de poder manter maior compartimentação para melhorar sua segurança operacional e reduzir os riscos associados a linhas de comunicações extensas e prolongadas. Ela pode mudar rapidamente entre os ataques cinéticos e as atividades de cunho psicológico ou político. Ela pode movimentar recursos financeiros, mobilizar pessoal e repor perdas em sua liderança com mais facilidade. Em geral,

o contrainsurgente tenta “recuperar o prejuízo”, mas sempre acaba descobrindo que quando compreende uma situação, ela já mudou ou deixou de ser importante. A flexibilidade é um multiplicador de força extremamente efetivo, especialmente contra um adversário grande e lento.

O Poder do Povo

A mais rica fonte de poder para se travar uma guerra reside nas multidões. — Mao Tsé-tung

Os insurgentes contemporâneos dispõem da clara vantagem de “jogar em seu próprio campo”, algo que sabem explorar com grande efeito. Devido ao fato de que os insurgentes — em particular os revolucionários — assumem o manto de uma resistência, eles se posicionam como representantes ostensivos do povo. E a população dará seu apoio, na medida em que perceba sua retórica como verdadeira⁴⁰. O Presidente Mao se referiu às pequenas guerras como as “guerras do povo”.

Na doutrina de contrainsurgência centrada na população, o povo é o foco de esforço do contrainsurgente e sua recompensa pelo sucesso⁴¹. Por essa razão, muitos consideram as insurgências e as tentativas de reprimi-las como verdadeiras “batalhas pelos corações e mentes da população⁴². O que talvez não seja tão evidente, contudo, é que essa batalha não começa “zerada” para os dois lados. Desde o início, a insurgência se declara como a representante do povo, a voz que clama pela justiça. O contrainsurgente precisa fazer por merecer, persuadir e manobrar para ganhar o apoio da população. Pode-se dizer que o insurgente já o tem, e precisa apenas mantê-lo e não aliená-lo.

Considere a típica distinção que fazemos quando somos integrantes de um grupo (“nós” e “eles”)⁴³. Duas dinâmicas comuns que tendem a compelir as relações entre grupos (ou intergrupo) são: o *favoritismo interno* (uma tendência de avaliarmos melhor e nos comportarmos de forma mais favorável com relação aos integrantes do nosso grupo) e o *desmerecimento dos outros* (uma tendência de avaliarmos mal e nos comportarmos de forma mais negativa com relação aos que não fazem parte do nosso grupo)⁴⁴.

O apoio popular não é apenas a mais rica fonte de poder; é também a mais rica fonte de energia e de ímpeto para a insurgência. O apoio popular não é uma condição suficiente para o êxito, mas é necessário para que a resistência prospere. Pela

perspectiva psicológica, tanto o insurgente como o contrainsurgente gostariam que a população se identificasse com seu lado e se opusesse ao outro grupo⁴⁵.

Para atrair pessoas, a insurgência organiza sua narrativa com uma “voz íntima”, enquanto se infiltra física e discretamente na população civil. Os insurgentes seguem o aforismo de Mao Tsé-tung, que reza que “a guerrilha deve se mover entre as pessoas como um peixe no mar”. Buscam ser indistintos do povo, tornando-se sua voz e amplificando a ameaça representada pelo contrainsurgente externo ao grupo, utilizando a propaganda e a desinformação persistentes. Isso tem o duplo efeito de fazer com que o grupo (por eles criado) tenha mais coesão e que a oposição ao regime aumente.

Ganhar o apoio do povo é a estratégia primária do insurgente e seu objetivo principal. O Presidente Mao disse que “as armas são um fator importante na guerra, mas não o fator decisivo;

Ganhar o apoio do povo é a estratégia primária do insurgente e seu objetivo principal.

o povo, e não as coisas, é o que é decisivo. A disputa de forças não é apenas uma competição dos poderes militar e econômico, mas também uma competição dos poderes humano e moral. Os poderes militar e econômico são necessariamente exercido por pessoas”.

O Poder da Resistência

Qualquer condição é mais calculável e qualquer obstáculo é mais superável que os relacionados à resistência humana. — Sir B.H. Liddell Hart

Os insurgentes não usam apenas táticas assimétricas; eles o fazem no contexto de estratégias assimétricas. O objetivo fundamental do insurgente é simplesmente frustrar os objetivos do contrainsurgente. Podemos chamá-lo de “poder de jogar areia”. Malograr um plano não deixa de ser uma forma de sabotá-lo. O propósito da sabotagem é interferir com os objetivos e os interesses do

competidor e criar desordem. A desordem é o amigo estratégico do insurgente e o inimigo do regime.

Com frequência os movimentos insurgentes não buscam uma vitória decisiva, mas, em vez disso, apenas impedir que o contrainsurgente obtenha a vitória. Procuram “estar vencendo”, não necessariamente serem vitoriosos. Para estar vencendo, o insurgente só precisa desorganizar, prejudicar e resistir. Ele não precisa construir, criar ou manter. Sob todos os aspectos, o ônus do insurgente é mais leve do que o do contrainsurgente. Henry Kissinger observou, quase meio século atrás, que “A guerrilha ganha se ela não perde. O exército convencional perde, se não ganha”⁴⁶. Essa assimetria é a essência da resistência, algo que proporciona uma imensa vantagem ao insurgente.

As assimetrias de restrições multiplicam o poder da insurgência ainda mais. O insurgente tem muito mais liberdade tática para resistir do que o Estado, para reprimir a resistência. As táticas insurgentes são limitadas apenas pelo etos e pelo apoio do povo. Contanto que o insurgente seja capaz de se manter no mesmo lado em que está a população, poderá, em grande medida, empregar qualquer meio que deseje.

A grande estratégia de “não perder” envolve provocar, desestruturar e desgastar os contrainsurgentes de modo persistente. Eles provocam o Estado, na esperança de que os contrainsurgentes reajam com força excessiva. Se isso acontece, utilizam o fato para mobilizar seu próprio apoio popular.

Eles impedem que o contrainsurgente cumpra sua missão simplesmente utilizando todas as demonstrações de resistência ativa (já que o objetivo do contrainsurgente é suprimir a resistência) e ao mostrar à população que o Estado não pode garantir a segurança de seu povo. Poucas táticas são mais efetivas nesse mister do que atos de violência intermitentes e indiscriminados. Gerar um clima de medo e de desordem geral aprofunda a descrença no regime.

Por fim, os insurgentes desgastam as Forças do regime ao esgotarem seus recursos financeiros e seus efetivos, compelindo-as a proteger “tudo” e reconstruir o que o insurgente destruiu, enquanto frustram sua capacidade de aproveitar qualquer sucesso ou de ganhar ímpeto. Poucas Forças — e, com certeza, poucas nações — têm a determinação política para perseverar ante adversidades prolongadas como essas.

O Poder da Inclusão

A camaradagem faz com que um homem se sinta motivado e corajoso quando todos os seus instintos tenderiam a deixá-lo frio e amedrontado. — Marechal-de-Campo Visconde de Montgomery

Os movimentos insurgentes oferecem uma forma de inclusão, de ser parte de algo maior, de experimentar laços de afiliação e de receber um papel com significado e propósito⁴⁷. Estas são recompensas poderosas — embora intangíveis — ao subgrupo mais vulnerável dentre os possíveis recrutas. A promessa de fazer parte os atrai e os mantém engajados e leais, caso seja devidamente dirigida⁴⁸. A lealdade é frequentemente construída sobre uma base de conexão com os outros, uma identidade comum e um sentido de inclusão compartilhado.

Observações a respeito das técnicas de recrutamento das organizações terroristas e extremistas mostram que muitas pessoas se juntam a elas por solidariedade à família, aos amigos ou aos conhecidos⁴⁹. “Para os indivíduos que se tornam terroristas, a atração inicial é o grupo ou a comunidade religiosa, e não uma ideologia abstrata ou a pura violência”⁵⁰. Como ocorre em muitas formas de violência coletiva, os indivíduos são frequentemente mobilizados para agir devido aos seus compromissos para com outras pessoas, e não por compromissos para com causas e ideais abstratos.

Embora haja algumas pessoas que participam ou apoiam uma insurgência devido à sua dedicação integral à causa, para muitas outras, ser parte dela é basicamente um fim por si só. Ela lhes proporciona um propósito e uma identidade⁵¹. A motivação psicológica é a principal, enquanto a motivação ideológica/política é secundária. No entanto, mesmo para aqueles que são “crentes verdadeiros”, a satisfação de pertencer ao grupo exerce poderosa atração⁵².

Não é por coincidência que a fonte da maioria dos movimentos insurgentes vem de grupos de jovens marginalizados e insatisfeitos. As pequenas guerras de hoje capitalizam sobre as ameaças de segurança baseadas em identidade, as quais são assuntos particularmente explosivos para essa categoria demográfica⁵³. Steven Metz e Raymond Millen, do Instituto de Estudos Estratégicos, observam que “insurgentes inspiram resistência e recrutamento por meio do desafio, particularmente entre os jovens afetados por



Programas de reabilitação, apoiados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), assistem na reinserção de jovens na sociedade, Ruanda, 25 Jun 07.

uma combinação volátil de tédio, raiva e falta de propósito. A insurgência pode proporcionar um sentido de aventura, entusiasmo e significado, que transcende seus objetivos políticos”⁵⁴. Com o aumento do número de jovens no mundo, aproximadamente 87% da população global, entre as idades de 10 e 19, vivem em países em desenvolvimento, muitos dos quais são fornalhas de instabilidade política alimentadas pela falta de modernidade e pelo etos de ser parte — e estar sujeito às limitações — de um “não-Estado”⁵⁵. Talvez isso sugira que o grupo de maior risco para uma insurreição — em termos demográficos e psicossociais — esteja concentrado nas áreas mais voláteis e de maior risco do mundo.

O Poder da Segurança

A maioria das pessoas quer segurança neste mundo e não, liberdade. — H.L. Mencken

Em geral, o integrante de uma insurgência nascente descobre, dentro do movimento, um sentido essencial de segurança física, social e emocional. Fisicamente, há força nos números. Socialmente, a responsabilidade compartilhada e a confiança alimentam a lealdade. Emocionalmente, a ideologia, a doutrina e as regras do grupo proporcionam um reconfortante senso de estrutura.

Hoje, quase todas as palestras acerca da natureza das insurgências ou do combate irregular incluem a conhecida pirâmide da “hierarquia de necessidades”. Durante a primeira metade do século XX, o psicólogo Abraham Maslow desenvolveu uma teoria para compreender a motivação

humana, a qual ele baseou em uma constelação hierárquica de necessidades humanas. As mais fundamentais são as necessidades fisiológicas básicas como água e comida. Logo acima está a categoria de necessidades de “segurança”⁵⁶. Em termos práticos, essas duas categorias combinadas constituem a essência da segurança humana — liberdade do desejo (necessidades psicológicas) e liberdade do medo (necessidades de segurança)⁵⁷.

Os insurgentes geram medo e desordem, para depois usá-los na mobilização de apoio. Um clima de desordem solapa a confiança na capacidade do regime de proteger seus cidadãos⁵⁸. A desordem pode aumentar o medo nas pessoas mais do que o aumento da criminalidade ou do que riscos reais de sofrer danos pessoais⁵⁹. Os conflitos civis, as tensões étnicas e religiosas e o tráfico de drogas contribuem para aumentar o sentimento de insegurança. “Esse sentimento de insegurança tem levado a uma crescente percepção de que a garantia da segurança pública, como um bem comum — a própria *raison d’être* de um Estado — já não pode ser garantida pelo sistema”⁶⁰.

O medo geralmente funciona como uma tática, quando a mensagem que o induz apresenta uma solução ou uma alternativa de segurança⁶¹. Aquele que estiver no controle, seja o regime ou o grupo insurgente — ou aquele que aparente não ser passível de controle pelo outro — terá vantagem no gerenciamento do clima de segurança da comunidade e da segurança da população⁶². O Estado que não governa, não protege e não cuida de seu povo cede seu poder àqueles que queiram fazê-lo.

No desafio que se apresenta hoje, os grupos

insurgentes não apenas buscam manipular e dominar as ameaças à segurança comunitária, mas também têm buscado oferecer serviços e soluções a elas⁶³. O Hezbollah foi o modelo dessa abordagem, embora com certeza não seja o único grupo a emprega-la⁶⁴. O Hezbollah talvez seja mais conhecido no Ocidente por suas ações terroristas terríveis e persistentes, incluindo sua ligação com o conhecido ataque suicida contra as instalações do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA em Beirute, que, pode-se dizer, iniciou a moderna era dos ataques suicidas. O Hezbollah também possui uma significativa rede de serviços sociais e de atendimento médico, mantidos em áreas com grande carência e infraestrutura deficiente. Quando existe a ameaça de doenças ou de crises de violência, as vítimas normalmente não têm outra escolha para obterem ajuda, a não ser recorrer ao Hezbollah e às suas instalações. O grupo irá ajudá-las com espírito generoso, sem exigir lealdade ou reciprocidade. Ele não impõe serviços à população ou diz aos cidadãos o que necessitam. Em vez disso, o Hezbollah identifica as necessidades e as lacunas negligenciadas pelo Estado, busca capacitar-se e passa a atrair as pessoas necessitadas. A ideia de “atrair”, ao invés de “estimular” é uma diferença sutil nem sempre entendida pelos contrainsurgentes. O Hezbollah já aprendeu que garantir os desejos da população também significa garantir sua lealdade e apoio.

Conclusão

Deveríamos deixar de lado nossa obsessão com “terrorismo” e com o próximo “grande ataque” e ficar de olho nas áreas sem ordem e sem governo; na evolução dos grupos armados e não estatais; e nos danos corrosivos e insidiosos causados à segurança mundial pelos conflitos sociais persistentes.

As guerras são “empreendimentos essencialmente humanos”, mas as pequenas guerras são menos suscetíveis à análise centrada em nações. Nem nosso adversário nem suas Forças Armadas são entidades monolíticas. Talvez precisemos modificar nossa análise de “centro de gravidade” tradicional, para acomodar os *vários* centros de gravidade quando o poder está disperso de forma assimétrica. As insurgências e os movimentos de resistência são sistemas vivos e dinâmicos, impulsionados por dinâmicas sociais⁶⁵. Os movimentos insurgentes bem-sucedidos capitalizam as fontes



AP Foto/Hussein Mallat

Um simpatizante com uma bandeira do Hezbollah no “Dia de Libertação”, que comemora a retirada do Exército israelense do Sul do Líbano, em 2000. Baalbek, Líbano, 25 Mai 11.

de poder disponíveis para obter a simpatia da maioria da população e mobilizar seu pequeno exército. Para o insurgente, as dinâmicas apresentadas — o poder das expectativas crescentes, o poder do povo, o poder do provável perdedor, o poder da agilidade, o poder da resistência, o poder da segurança e o poder da inclusão — tornam-se os pilares de poder das pequenas guerras. Para o contrainsurgente, cada um desses pilares representa tanto uma ameaça potencial como uma vulnerabilidade a ser explorada.

Falando sobre o esforço dos EUA no Iraque, o General James Mattis disse que “às vezes, as

guerras são vencidas pelo lado que comete o menor número de erros, e o inimigo cometeu um erro após o outro, seguidamente. E, de nosso lado, quando percebemos que havíamos cometido um erro, nós nos corrigimos. Assim, o inimigo trabalhava misturado à população, mas o povo nos identificou como aqueles que estavam fazendo as coisas certas e que o inimigo trabalhava contra os interesses do povo. E então, se viraram contra eles”⁶⁶. No Iraque, pode-se afirmar que as Forças dos EUA prevaleceram quando passaram a solapar e a derrubar os pilares de poder da insurgência.**MR**

REFERÊNCIAS

1. HEWITT, J. Joseph; WILKENFIELD, Jonathan; GURR, Ted Robert. *Peace and Conflict 2010* (Boulder, CO: Paradigm Publishers, 2010).
2. Citação de WILLIAMS, Phil. “Transnational Criminal Organizations and International Security”, *In Athena’s Camp: Preparing for Conflict in the Information Age*, John Arquilla e David Ronfeldt (Santa Monica: RAND, 1997), p. 61-97; consulte também MITCHELL, Katharyne. “Ungoverned Space: Global Security and the Geopolitics of Broken Windows”, *Political Geography* 29 (2010): pp. 289-97.
3. “As pequenas guerras (*small wars*)” consistem em operações iniciadas sob a autoridade do poder executivo, nas quais a força militar é aplicada — geralmente junto com outros elementos do poder — nos assuntos internos ou externos de outro Estado, cujo governo se apresenta instável, inadequado ou insatisfatório para promover a preservação da vida e de outros interesses, determinados pela política externa dos Estados Unidos da América. A aplicação de meios puramente militares, por si só, talvez não seja capaz de restaurar a paz e a governabilidade, porque as causas fundamentais da condição de iniquitação podem ser econômicas, políticas ou sociais. U.S. Marine Corps, *Marine Corps Operating Concepts* (Quantico, VA: USMC, June, 2010), p. 11; FALL, Bernard B. “The Theory and Practice of Insurgency and Counterinsurgency”, *Naval War College Review* (1965): p. 1.
4. A insurgência é um movimento organizado que visa à derrubada de um governo constitucional, por meio do uso de subversão e conflito armado. Consulte Joint Chiefs of Staff, Publication 1-02, *Dictionary of Military and Associated Terms*, p. 267, disponível em: <http://www.dtic.mil/doctrine/jel/new_pubs/jpl_02.pdf>.
5. Consulte HEWITT; WILKENFELD; GURR.
6. MOODIE, Michael. “Conflict Trends in the 21st Century”, *Joint Force Quarterly* 53, no. 2 (2009): p. 19-27.
7. Foreign Policy Magazine and Fund for Peace, “The Failed States Index 2010”, *Foreign Policy*, disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/06/21/2010_failed_states_index_interactive_map_and_rankings>, acesso em: 30 jun. 2010.
8. SHELLEY, Louise. “The Nexus of Organized Crime and International Criminals and Terrorism”, *International Annals of Criminology* 40 (1-2), (2002): p. 85-92; SANDERSON, Thomas. “Transnational Terror and Organized Crime: Blurring the Lines”, *SAIS Review* 24, no. 1 (2004): p. 49-61; CORNELL, Svante. “Narcotics and Armed Conflict: Interaction and Implications”, *Studies in Conflict and Terrorism* 30, no. 3 (2007): p. 207-27.
9. BOOT, Max. *Savage Wars of Peace: Small Wars and the Rise of American Power* (New York: Basic Books, 2003); COLLIER, Paul; HOEFFLER, Anke; SÖDERBOM, Måns. “On the Duration of Civil War”, *Journal of Peace Research* 41, no. 3 (2004): p. 253-73; JOHNSON, Neil F. “Complexity in Human Conflict”, in *Managing Complexity: Insights, Concepts, Applications*, ed. Dirk Helbing, (Heidelberg: Springer, 2008), p. 303-20.
10. MOODIE.
11. ROSENTHAL, Justine A. “For-Profit Terrorism: The Rise of Armed Entrepreneurs”, *Studies in Conflict & Terrorism* 31 (2008): p. 481-98.
12. HADAR, Leon T.; ANDERSON, Frank; MOHAMEDI, Fared; LUSTICK, Ian S. “In the Wake of War: Geo-strategy, Terrorism, Oil and Domestic Politics”, *Middle East Policy* 10, no. 1 (2003): p. 1-28.
13. METZ, Steven. “Small Wars: From Low Intensity Conflict to Irregular Challenges”, in *Rethinking the Principles of War*, ed. Anthony McIvor (Annapolis: Naval Institute Press, 2006), p. 279-88; CASSIDY, Robert M. “Why Great Powers Fight Small Wars Badly”, *Military Review* 82, no. 5 (2002): p. 41-53; BOOT.
14. HAMMES, Thomas X. *The Sling and the Stone: On War in the 21st Century* (St. Paul, Minnesota: Zenith Press, 2004).
15. BAKER, Jim. “Systems Thinking and Counterinsurgencies”, *Parameters* 36 (Winter, 2006-2007): p. 26-43. Disponível em: <<http://www.carlisle.army.mil/usawc/Parameters/06winter/baker.pdf>>.
16. VINCI, Anthony. “The ‘Problems of Mobilization’ and the Analysis of Armed Groups”, *Parameters* 36, no. 1 (Spring, 2006).
17. JACOBS, Garry; CLEVELAND, Harlan. *Social development theory* (1999), disponível em: <http://www.icpd.org/development_theory/SocialDevTheory.htm>, acesso em: 30 mar. 2010.
18. A “revolução das expectativas crescentes” é uma frase que surgiu nos anos 50, para descrever a ascensão da Ásia durante esse período.
19. WEBBER, Craig. “Reevaluating Relative Deprivation Theory”, *Theoretical Criminology* 11 (2007): p. 97-120; LICHBACH, Mark Irving. “An evaluation of ‘does economic inequality breed conflict?’ studies”, *World Politics* 41, no. 4 (1989): p. 431-71.
20. GURR, Ted Robert. *Why Men Rebel* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1970).
21. BRUSH, Stephen G. “Dynamics of Theory Change in the Social Sciences: Relative Deprivation and Collective Violence”, *Journal of Conflict Resolution* 40, no. 4 (1996): p. 523-45.
22. SMITH, Dan. “Trends and Causes of Armed Conflict”, in *Berghof Handbook for Conflict Transformation* (Berlin: Berghof Research Center for Constructive Conflict Management, 2000), disponível em: <<http://www.berghof-handbook.net/cf.htm>>.
23. BURGESS, Mark; FERGUSON, Neil; HOLLYWOOD, Ian. “From Individual Discontent to Collective Armed Struggle: Personal Accounts of the Impetus for Membership or Non-Membership in Paramilitary Groups”, in *The Range of Evil: Multidisciplinary Studies of Human Wickedness*, ed. William Andrews Myers (Oxford: Inter-disciplinary Press, 2006), p. 29-39.
24. FELSON, Richard B.; TEDESCHI, James T. *Aggression and Violence: Social Interactionist Perspectives* (Washington, DC: American Psychological Association, 1993).
25. SMITH, Heather J.; ORTIZ, Daniel J. “Is It Just Me? The Different Consequences of Personal and Group Relative Deprivation”, in *Relative Deprivation: Specification, Development and Integration*, ed. Iain Walker e Heather J. Smith (Cambridge: Cambridge University Press, 2002), p. 91-118.
26. BORUM, Randy. “Understanding the Terrorist Mind-Set”, *FBI Law Enforcement Bulletin* 72, no. 7 (July 2003), p. 7-10; MOGHADDAM, Fathali M. “The Staircase to Terrorism: A Psychological Exploration”, *American Psychologist* 60 (2005): p. 161-69.
27. VANDELLO, Joseph A.; GOLDSCHMIED, Nadav P.; RICHARDS, David A.R. “The Appeal of the Underdog”, *Personality and Social Psychology Bulletin* 33, no. 12 (2007): p. 1603-16.
28. TAJFEL, Henri; TURNER, John C. “The Social Identity Theory of Intergroup Behavior”, in *The Social Psychology of Intergroup Relations*, ed. Stephen Worchel e William G. Austin (Chicago: Nelson Hall, 1986), p. 7-24; CAMPBELL, Jennifer D.; TESSER, Abraham. “Self-Evaluation Maintenance Processes in Relationships”, *Understanding Personal Relationships: An Interdisciplinary Approach*, ed. Steve Duck e Daniel Perlman (Beverly Hills, CA: Sage, 1986), p. 107-35; SNYDER, C.R.; LASSEGARD, MaryAnne; FORD, Carol E. “Distancing

after Group Success and Failure: Basking in Reflected Glory and Cutting Off Reflected Failure”, *Journal of Personality and Social Psychology* 51 (1986): p. 382-88; SCHIMMEL, Jeff; PYSZCZYNSKI, Tom; GREENBERG, Jeff; O’MAHEN, Heather; ARNDT, Jamie. “Running from the Shadow: Psychological Distancing from Others to Deny Characteristics People Fear in Themselves”, *Journal of Personality and Social Psychology* 78 (2000): p. 446-62.

29. GOLDSCHMIED, Nadav P.; VANDELLO, Joseph A. “The Advantage of Disadvantage: Underdogs in the Political Arena”, *Basic and Applied Social Psychology* 31 (2009): p. 24-31.

30. FISHER, Robert J.; WAKEFIELD, Kirk. “Factors leading to group identification: A field study of winners and losers”, *Psychology and Marketing* 15, no. 1 (January 1998): p. 23-40.

31. MCGINNIS, Lee Phillip; GENTRY, James W. “Underdog Consumption: An Exploration into Meanings and Motives”, *Journal of Business Research* 62, no. 2 (2009): p. 191-99.

32. Consulte VANDELLO, Joseph A.; GOLDSCHMIED, Nadav P.; RICHARDS, David A.R., “The Appeal of the Underdog”.

33. CIALDINI, Robert B.; BORDEN, R.J.; THORNE, A.; WALKER, M.R.; FREEMAN, S.; SLOAN, L.R. “Basking in Reflected Glory: Three (Football) Field Studies”, *Journal of Personality and Social Psychology* 34 (1976): p. 366-75; CIALDINI, Robert B. e DE NICHOLAS, Maralou E. “Self-Presentation by Association”, *Journal of Personality and Social Psychology* 57 (1989): p. 626-31.

34. COHEN, Eliot; CRANE, Conrad; HORVATH, Jan; NAGL, John. “Principles, Imperatives, and Paradoxes of Counterinsurgency”, *Military Review* (March–April 2006): 49–53; VINCI, Anthony. *Armed Groups and the Balance of Power* (New York: Routledge, 2009); JOHNSON, Neil. “Complexity in Human Conflict”, in *Understanding Complex Systems* (Heidelberg: Springer, 2008), pp. 303-20.

35. ATKINSON, Simon; MOFFAT, James. *The Agile Organization: From Information Networks to Complex Effects and Agility* (Washington, DC: CCRP Publications Series, 2005), p. 164, disponível em: <http://www.dodccrp.org/publications/pdf/Atkinson_Agile.pdf>.

36. BORUM, Randy; GELLES, Michael. “Al-Qaeda’s Operational Evolution: Behavioral and Organizational Perspectives”, *Behavioral Sciences and the Law* 23 (2005): p. 467-83.

37. SEWALL, Sarah. “Modernizing U.S. Counterinsurgency Practice: Rethinking Risk and Developing a National Strategy”, *Military Review* 86 (September-October 2006): p. 107-109; U.S. Army Field Manual 3-24, *Counterinsurgency* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2006), disponível em: <<http://usacac.army.mil/cac/repository/materials/coin-fm3-24.pdf>>; METZ, Steven e MILLEN, Raymond. “Insurgency and Counterinsurgency in the 21st Century: Reconceptualizing Threat and Response”, *Special Warfare* 17 (February 2005): p. 6-21; MANWARING, Max. *Shadows of Things Past and Images of the Future: Lessons for the Insurgencies in Our Midst* (Carlisle: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, 2004), disponível em: <<http://www.carlisle.army.mil/ssi/pdffiles/PUB587.pdf>>; HOFFMAN, Frank. “Principles for the Savage Wars of Peace”, in *Rethinking the Principles of War*, ed. Anthony McIvor (Annapolis: Naval Institute Press, 2006), p. 299-322.

38. BARNETT, Thomas *The Pentagon’s New Map: War and Peace in the Twenty-First Century* (New York: Putnam, 2004); GRAY, Colin *Irregular Enemies and the Essence of Strategy: Can the American Way of War Adapt?* (Carlisle: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, 2006).

39. RECORD, Jeffrey. *The U.S. Isn’t Good at Winning or Supporting Irregular Warfare* (Washington, DC: Cato Institute, 19 October 2006), disponível em: <http://www.cato.org/pub_display.php?pub_id=6723>; KILCULLEN, David. “Counterinsurgency Redux”, *Survival* 48 (Winter 2006-2007): p. 111-30.

40. RECORD, Jeffrey. “External Assistance: Enabler of Insurgent Success”, *Parameters* 36 (Autumn 2006): p. 36-49, disponível em: <<http://www.carlisle.army.mil/usawc/Parameters/06autumn/record.pdf>>, acesso em: 30 jun. 2010.

41. GALULA, David. *Counterinsurgency Warfare, Theory and Practice* (New York: Praeger, 1964); GENTIL, Gian. “A Strategy of Tactics: Population-centric COIN and the Army”, *Parameters* (2009): p. 5-17.

42. MOCKAITIS, Thomas R. “Winning Hearts and Minds in the ‘War on Terrorism,’” *Small Wars & Insurgencies* 14 (Spring 2003): p. 21-38.

43. HEWSTONE, Miles; RUBIN, Mark; WILLIS, Hazel. “Intergroup Bias”, *Annual Review of Psychology* 53 (2002): p. 575-604.

44. BREWER, Marilyn B. “The Psychology of Prejudice: Ingroup Love or Outgroup Hate?” *Journal of Social Issues* 55 (1999): p. 429–44; HASLAM, S. Alexander; TURNER, John C.; OAKES, Penelope J.; MCGARTY, Craig; REYNOLDS, Katherine J. “The Group as a Basis for Emergent Stereotype Consensus”, *European Review of Social Psychology* 8 (1997): p. 203-39.

45. HEWSTONE; RUBIN; WILLIS.

46. KISSINGER, Henry. “The Vietnam Negotiations”, *Foreign Affairs* (January 1969): p. 214.

47. LUCKABAUGH, Robert; FUQUA, E.; CANGEMI, J.; KOWALSKI C. “Terrorist Behavior and US Foreign Policy: Who Is the Enemy? Some Psychological and Political Perspectives”, *Psychology* 34, no. 2 (1997): p. 1-15.

48. MARSELLA, Anthony J. “Terrorism: Reflections on Issues, Concepts, and Directions”, in *Understanding Terrorism: Psychosocial Roots, Consequences, and Interventions*, ed. Fathali Moghaddam e Anthony J. Marsella (Washington, DC: American Psychological Association, 2003), p. 11-48.

49. PORTA, Donatella Della. *Social Movements, Political Violence, and the State: A Comparative Analysis of Italy and Germany* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995); PORTA, Donatella Della. “Political Socialization in Left-Wing Underground Organizations: Biographies of Italian and German Militants”, *International Social Movement Research* 4 (1992): p. 259-90.

50. CRENSHAW, Martha. “The Subjective Reality of the Terrorist: Ideological and Psychological Factors in Terrorism”, in *Current Perspectives on International Terrorism*, eds. Robert O. Slater e Michael Stohl (Hampshire: Macmillan, 1988).

51. TAYLOR, Donald M.; LOUIS, Winnifred. “Terrorism and the Quest for Identity”, in *Understanding Terrorism: Psychosocial Roots, Consequences, and Interventions*, ed. Fathali Moghaddam e Anthony J. Marsella; TAYLOR, Max e HORGAN, John. “A Conceptual Framework for Addressing Psychological Processes in the Development of the Terrorist”, *Terrorism and Political Violence* 18 (2006): p. 585-601; DRURY, John e REICHER, Steve. “Collective Action and Psychological Change: The Emergence of New Social Identities”, *British Journal of Social Psychology* 39 (2000): p. 579-604; DRURY, John e REICHER, Steve. “Explaining enduring empowerment: A comparative study of collective action and psychological outcomes”, *European Journal of Social Psychology* 35 (2005): p. 35-58.

52. CRENSHAW, Martha. “An Organizational Approach to the Analysis of Political Terrorism”, *Orbis* 29, no. 3 (1985): p. 465-89.

53. AYDIN, Mustafa; ACIKMESE, Sinem. “Identity-based Security Threats in a Globalized World: Focus on Islam”, in *Globalization and Environmental Challenges*, ed. Hans Günter Brauch, et al. (Berlin, Heidelberg: Springer, 2008), p. 413-20.

54. METZ, Steven; MILLEN, Raymond. *Insurgency and Counterinsurgency in the 21st Century: Reconceptualizing Threat and Response* (Carlisle: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, 2004), p. 4.

55. BULL, Hedley. *The Anarchical Society* (London: Macmillan, 1977), p. 254-55; CERNY, Philip G. “Neomedievalism, Civil War and the New Security Dilemma: Globalisation as Durable Disorder”, *Civil Wars* 1:1, (1998): p. 36-64; RAPPLEY, John. “The New Middle Ages”, *Foreign Affairs* 83, no. 3 (2006): p. 95-103.

56. MASLOW, Abraham H. *Motivation and Personality*, 3rd ed., revisado por R. Frager, J. Fadiman, C. McReynolds, e R. Cox (New York: Harper & Row, 1987) (a obra original publicada em 1954).

57. KING, Gary; MURRAY, Christopher J.L. “Rethinking Human Security”, *Political Science Quarterly* 116 (2002): p. 585-610.

58. BECKETT, Katherine; HERBERT, Steve. “Dealing with Disorder: Social Control in the Postindustrial City”, *Theoretical Criminology* 12, no. 1 (2008): p. 5-30; GRAHAM, Stephen. *Cities Under Siege: The New Military Urbanism* (London: Verso, 2010).

59. XU, Yili; FIEDLER, Mora L.; FLAMING, Karl H. “Discovering the Impact of Community Policing: The Broken Windows Thesis, Collective Efficacy, and Citizens’ Judgment”, *Journal of Research in Crime and Delinquency* 42, no. 2 (2005): p. 147-86; KELLING, George; COLES, Catherine. *Fixing Broken Windows: Restoring Order And Reducing Crime in Our Communities* (New York: Free Press, 1996); SKOGAN, Wesley. *Disorder and Decline: Crime and the Spiral Decay in American Neighborhoods* (New York: Oxford University Press, 1990).

60. CERNY, Philip G. “Neomedievalism, Civil War and the New Security Dilemma: Globalisation as Durable Disorder”, p. 39.

61. WITTE, Kim; ALLEN, Mike. “A Meta-Analysis of Fear Appeals: Implications for Effective Public Health Campaigns”, *Health Education and Behavior* 27, (2000): p. 591-615.

62. DILLON, Michael. “The Security Of Governance”, e VALVERDE, Mariana; MOPAS, Michael. “Insecurity and the Dream of Targeted Governance”, in *Global Governmentality: Governing International Spaces*, ed. Wendy Larner e William Walters (London: Routledge, 2004), p. 76-96, 233-250; HUYSMANS, Jef; DOBSON, Andrew; PROKHOVNIK, Raia. *The Politics of Protection: Sites of Insecurity and Political Agency* (London: Routledge, 2006); MITCHELL, Katharyne e BECKETT, Katherine. “Securing the Global City: Crime, Consulting, Risk, and Ratings in the Production of Urban Space”, *Indiana Journal of Global Legal Studies* 15, no. 1 (2008): p. 75-99.

63. LAQUEUR, Walter. “Postmodern Terrorism”, *Foreign Affairs* 75, no. 5 (September/October 1996): p. 24–36; GRYNKEWICH, Alexis. “Welfare as Warfare: How Violent Non-State Groups Use Social Services to Attack the State”, *Studies in Conflict & Terrorism* 31, no. 4 (2008): p. 350-70.

64. HARIK, Judith Palmer. *Hezbollah: The Changing Face of Terrorism* (London: I.B. Tauris, 2006).

65. BAKER, Jim. “Systems Thinking and Counterinsurgencies”, p. 26-43.

66. MURADIAN, Vago. “Interview with General James Mattis”, *Defense News* (23 may 2010), disponível em: <<http://www.defensenews.com/story.php?i=4639100&c=FEA&s=INT>>, acesso em: 30 jun. 2010.

Clausewitz e os Estudiosos da “Nova Guerra”

Bart Schuurman
© 2010 Bart Schuurman

Este artigo foi originalmente publicado na revista *Parameters* (Spring 2010).

DESDE A SEGUNDA Guerra Mundial, as forças armadas do Ocidente têm sido mais bem-sucedidas quando enfrentam oponentes cujas armas, métodos de organização e modo de pensar são bem semelhantes aos seus. Conflitos como a Guerra dos Seis Dias (Israel, 1967) e a primeira Guerra do Golfo (1991) são exemplos da habilidade das forças militares ocidentais para derrotar adversários cujas capacidades são equivalentes às suas. No início dos anos 90, a queda da União Soviética pareceu confirmar as superioridades militar, econômica e ideológica do Ocidente. Entretanto, ao tempo em que ocorria a queda do Muro de Berlim, novas ameaças iam surgindo. Quando as esperanças de colher os dividendos dessa vitória foram apagadas na Somália, em Ruanda e nos Bálcãs, acadêmicos e profissionais militares passaram a buscar explicações para o fato de as mais poderosas forças militares do mundo não serem capazes de derrotar milícias inferiores, dotadas de armamento rudimentar. Muitos observadores concluíram que a natureza da guerra havia mudado e que as forças armadas do Ocidente tinham de se adaptar aos novos paradigmas.

A escola de pensamento da “nova guerra” contribuiu significativamente para entendermos o motivo pelo qual a superioridade militar convencional tem valor limitado em guerras civis ou de contrainsurgência. A vitória nesses conflitos já não reside na capacidade de infligir destruição maciça, mas na capacidade de retirar o apoio popular dos oponentes, isolando o insurgente ou o terrorista daquilo de que ele mais precisa. Os teóricos da “nova guerra” já provaram que as forças armadas do Ocidente precisam alterar definitivamente a forma como encaram os conflitos armados e como

se preparam para eles. Infelizmente, alguns desses teóricos também tentaram mudar radicalmente a maneira como vemos os conflitos armados em geral. Essa abordagem já levou a sérios equívocos referentes às características fundamentais da guerra e à relação entre conflitos contemporâneos e históricos. Este artigo irá esclarecer algumas dessas questões e expor o raciocínio falho sobre o qual esses erros estão baseados. Ao fazer isso, este autor espera contribuir para o desenvolvimento de um quadro intelectual ligeiramente diferente, mais consistente, que possa ser usado para estudar a guerra histórica e contemporânea¹.

A Mentalidade da “Nova Guerra”

Um princípio central, entre os que defendem a existência de uma “nova guerra”, reza que as características fundamentais das guerras estariam sujeitas a mudanças, como se fosse possível que os conflitos armados evoluíssem, passando por várias fases distintas. Esse conceito contradiz diretamente o trabalho do formidável Carl von Clausewitz, não sendo surpresa, portanto, que esses teóricos tenham tentado desacreditar o trabalho do estrategista prussiano, para validar suas próprias conclusões. Segundo Tony Corn, “A obsessão por Clausewitz pode levar a absurdos terríveis sobre a ‘Guerra Global contra o Terrorismo’”². Philip Meilinger expressa um sentimento parecido, quando escreve que “foram cometidos erros no Iraque e mais de 3 mil norte-americanos e dezenas de milhares de iraquianos pagaram por isso com suas vidas. O paradigma Clausewitziano, seguido tão açodadamente, mostrou-se desastroso”³.

No entanto os argumentos para descartar Clausewitz são de natureza extremamente questionável. Ao examinar mais detalhadamente as críticas contra ele, este artigo pretende mostrar que, em vez de validar a teoria da “nova guerra”, Clausewitz, na verdade, expõe suas falhas fundamentais. Antes de tudo, porém, uma breve análise dos principais teóricos dessa corrente irá descrever a teoria e algumas de suas armadilhas mais comuns.

Bart Schuurman é pesquisador no Departamento de História Geral e História da Arte na Universidade de Utrecht, na Holanda.



Um militar da Força Aérea dos EUA, integrante da Equipe de Reconstrução Provincial de Zabul, durante uma patrulha na Cidade de Qalat, Afeganistão, 09 Ago 11.

Mary Kaldor representa, em muitos aspectos, a corrente que defende a existência de uma “nova guerra”. Ela descarta Clausewitz com o argumento de que ele enxergava a guerra como “o emprego de meios militares para derrotar outro Estado” e que essa abordagem não mais se aplica aos conflitos de hoje⁴. Ela sustenta que Estados já não são os principais atores na guerra, tendo sido substituídos por “grupos identificados em termos de filiação étnica, religiosa ou tribal” e que essas forças raramente se engajam em batalhas decisivas⁵. Kaldor acredita que os conflitos contemporâneos já não buscam obter uma vitória militar específica, tendo se tornado instrumentos de mobilização política por meio do emprego da violência, o que fez com que os civis se tornassem os alvos principais. Em alguns casos, simplesmente não haveria objetivo algum e os combatentes manteriam um estado de conflito apenas porque isso lhes proporcionaria benefícios econômicos. Kaldor defende a hipótese de que a “nova guerra” acelera o próprio processo de desintegração do Estado que lhe deu origem. Em resumo, ela sustenta que o fim da Guerra Fria

levou ao final da guerra entre Estados e ao surgimento de um novo tipo de conflito, caracterizado por contendas civis⁶.

William Lind e Thomas Hammes desenvolveram outra linha para a teoria da “nova guerra”, igualmente popular. Eles argumentam que a história da guerra progrediu por várias fases distintas e que o mundo estaria vivendo a “guerra de quarta geração”. Nesta, a alta tecnologia teria permitido que forças armadas do Ocidente enfrentassem oponentes elusivos e materialmente inferiores que, com uma combinação de guerra de guerrilha, terrorismo e campanhas voltadas a minar a opinião pública ocidental, ainda conseguem representar uma ameaça significativa para a segurança dessa parte do globo. Lind e Hammes acreditam que o Ocidente enfrenta dificuldades para utilizar todo o seu potencial militar, porque estaria empregando princípios e doutrinas antiquados, pertencentes às gerações anteriores da guerra, que enfatizavam a mobilidade, como exemplificado pelo conceito da “guerra relâmpago” (a *blitzkrieg* alemã)⁷.

Pensamentos Iniciais

Esses casos são apenas dois exemplos da literatura relacionada à “nova guerra”. Mesmo assim, expressam duas importantes características gerais: a tendência de impor limites históricos definidos e a crença de que os avanços modernos refletem mudanças fundamentais na natureza da guerra. E isso constitui um rompimento com o “velho” conceito de Clausewitz. Uma óbvia falha desses exemplos, imediatamente percebida, é manifestada por Colin Gray, que observa que “sempre houve disputas violentas entre comunidades. É um fenômeno mundial, sem dúvida, mas tem sido sempre assim. Não devemos exagerar sua incidência”⁸. Edward Newman salienta esse ponto ao mostrar que muitos fatores considerados como sendo característicos da “nova guerra”, como a motivação econômica ou criminoso, a escolha deliberada de civis como alvos, a limpeza étnica e até o genocídio, já eram preponderantes em vários conflitos no início do século XX — e mesmo antes⁹.

A divisão da guerra em categorias históricas distintas, como querem os defensores da guerra de quarta geração, é algo igualmente problemático. Críticos como Lawrence Freedman descartam essa teoria devido ao uso seletivo de fontes históricas e à divisão de gerações segundo períodos de tempo improváveis. Michael Evans também acha que sua utilização de uma classificação da guerra em fases estanques, ao estilo marxista, é “organizada” demais e que seu modelo linear de evolução é simplista, ignorando o fato de que a guerra contemporânea é, na verdade, uma síntese de várias formas. Em grande parte, essas críticas refletem a tendência dos pensadores da guerra de quarta geração de confundir simples variações na forma da guerra com mudanças fundamentais na sua natureza. Esse erro levou seus defensores a encontrar diferenças fundamentais entre as várias “gerações”, onde não existe nenhuma. Embora a guerra tenha evoluído — e, certamente, continue a evoluir —, essas mudanças estão mais relacionadas a fatores contextuais do que a fatores fundamentais: as partes em guerra, seus objetivos e as armas empregadas¹⁰.

Acontecimentos recentes, como redes de comunicações globais, o mercado financeiro internacional e o emprego de homens-bomba de orientação religiosa, por exemplo, capacitaram organizações

terroristas como a Al Qaeda a ameaçar seus oponentes de formas não antecipadas. Contudo, essa tendência não é realmente nova, por si só. É óbvio que o contendor materialmente inferior sempre irá buscar estratégias que desbordem a superioridade militar de seu oponente. Antulio Echevarria resumiu assim: “Ao longo da história, terroristas, guerrilheiros e assemelhados buscam abater a determinação de seus oponentes para a luta, em vez de tentar derrotar seus meios. A diferença é que, agora, dispõem de maior alcance à determinação de seus inimigos”¹¹. Da mesma forma, embora homens-bomba possam estar individualmente motivados por suas convicções religiosas, os grupos que os empregam buscam, muitas vezes, objetivos materiais. O que a Al Qaeda pretende, assumidamente, não são os assassinatos em massa, de inspiração religiosa, mas o fim da influência ocidental em terras muçulmanas e o estabelecimento de um Estado palestino. Em outras palavras, grupos como a rede terrorista de bin Laden também buscam conquistar poder e influência, como ocorre em todos os conflitos armados¹².

As diferentes manifestações da guerra não representam, necessariamente, uma nova era ou uma nova geração na evolução histórica do conflito armado. Em vez disso, refletem os pormenores contextuais e a configuração atual dos elementos subjacentes e imutáveis da guerra. Esse argumento é totalmente baseado nas ideias

É óbvio que o contendor materialmente inferior sempre irá buscar estratégias que desbordem a superioridade militar de seu oponente.

de Clausewitz sobre a natureza da guerra, que o artigo passará a abordar a seguir. Para adequadamente mostrar a precariedade dos fundamentos da teoria da “nova guerra” — e para propor uma forma alternativa de pensar sobre conflito armado — é essencial discutirmos as ideias de Clausewitz, em relação à natureza da guerra, e os autores que as criticam.

Recordando Clausewitz

Pode-se argumentar que a parte mais interessante — e a mais contestada — do legado de Clausewitz é sua teoria de que a natureza fundamental da guerra se assemelha a uma “trindade paradoxal”, cujos elementos são a violência, o acaso e o propósito racional. Para obter um completo entendimento do valor dessa teoria, bem como das críticas a ela, será útil primeiramente distinguirmos os conceitos de “guerra absoluta” e de “guerra real”¹³.

Foi esse conceito que levou o influente historiador e estrategista militar britânico do século XX, Basil Liddell Hart, a acusar Clausewitz de ser um defensor da guerra ilimitada, e como tal, ter sido o responsável direto pela carnificina ocorrida na Primeira Guerra Mundial¹⁴. Mais recentemente, John Keegan defendeu o mesmo ponto de vista, chamando Clausewitz de “o apóstolo de uma filosofia revolucionária sobre o modo de travar a guerra” e afirmando que ele defendia que a guerra irrestrita atendia plenamente aos interesses do Estado¹⁵.

Embora, à primeira vista, o argumento inicial na obra *Da Guerra* pareça apoiar essas afirmações, as críticas de Liddell Hart e Keegan são infundadas. Clausewitz define a guerra como “um ato de força para compelir nosso inimigo a fazer a nossa vontade” e declara que “introduzir o princípio da moderação na teoria da guerra sempre levaria a um absurdo lógico”, prosseguindo com a afirmação de que, como “não há um limite lógico à aplicação dessa força” isso poderia, “teoricamente, levar a extremos”¹⁶. Como essas citações mostram, contudo, Clausewitz escrevia sobre a guerra no sentido teórico. Duas páginas mais adiante, ele afirma que, quando se sai “do mundo abstrato para o real... tudo parece bem diferente”¹⁷.

Basicamente, Clausewitz não estava defendendo nada; apenas explorava a noção filosófica do tipo “ideal” de guerra no sentido platônico, como um fenômeno removido das limitações do mundo real. Ao comparar as tendências absolutas da guerra com os fatores que limitavam seu escopo no mundo real, Clausewitz mostrou que a guerra não é regida por qualquer lógica em particular, mas que é uma combinação de elementos que refletem sua natureza diversa. Segundo Christopher Bassford, um estudioso de Clausewitz, parte dessa confusão decorre do fato de que o teórico

prussiano utiliza um método dialético na sua argumentação. Assim, as reflexões de Clausewitz sobre a guerra como um fenômeno abstrato, fora da realidade, não devem ser examinadas isoladamente, mas vistas como a primeira parte de um argumento maior. Sua tese sobre a guerra tender a extremos tem, como antítese, sua mais famosa frase, a de que “a guerra é simplesmente a continuação das políticas por outros meios”¹⁸. Bassford afirma que a tese da guerra como uma violência sem controle e sua antítese, da guerra como uma atividade racional, são sintetizadas na trindade de Clausewitz, com a adição do elemento acaso¹⁹.

Seja por engano honesto ou, como alega Bassford, sobre Keegan, por uma completa falta de análise crítica, a alegação de que Clausewitz defendia que a guerra não deveria ter limites se mostra totalmente infundada²⁰. Outro estudioso de Clausewitz, Andreas Herberg-Rothe, reforça esse argumento, concordando que os conceitos de guerra absoluta e de guerra como um instrumento da política não devem ser ligados um ao outro, mas, ao contrário, entendidos como opostos²¹.

Por um lado, Clausewitz mostra que, se a guerra for observada na forma abstrata, como um conflito entre forças “que não obedecem a lei alguma que não seja a sua própria”, a natureza recíproca da violência conduz inevitavelmente a extremos, na medida em que dois oponentes tentam obter a vantagem²². Por outro lado, ele também constatou que, na realidade, vários fatores impedem a guerra de chegar a esses níveis extremos e a política estabelece os objetivos e os limites da guerra. Ele resumiu essas observações da seguinte forma:

A guerra é mais do que um verdadeiro camaleão que, para uma dada circunstância, adapta suas características ligeiramente. Como um fenômeno total, suas tendências dominantes sempre tornam a guerra uma trindade paradoxal — formada principalmente pela violência, ódio e inimizade, que podem ser tratados como uma força natural, cega; pelo jogo do acaso e das probabilidades, onde o espírito criativo pode enveredar-se livremente; e por seu elemento de subordinação, como um instrumento da política, que a torna subordinada somente à razão²³.

Como mostram Edward Villacres e Bassford, ao descrever a guerra como mais do que um camaleão, como algo que não muda sua aparência

apenas superficialmente, Clausewitz enfatiza que a guerra pode assumir várias formas, e todas podem ser interpretadas como uma combinação de forças irracionais (emoção violenta), não racionais (acaso e sorte) e racionais (guerra como um instrumento de política)²⁴. Depois de descrever o que passou a ser conhecido como a trindade primária, porém, Clausewitz prossegue e define a secundária, afirmando que “o primeiro desses três aspectos [violência] diz respeito principalmente à população, o segundo [acaso] ao comandante e seu exército, e o terceiro [propósito racional] ao governo”²⁵. Essa única frase se tornou o ponto central das críticas de autores que gostariam de enviar Clausewitz para a lata de lixo da história. Ao se concentrarem na trindade secundária, eles sustentam que esse modelo trinitário implica que a guerra só é travada por Estados, porque essas entidades políticas têm uma divisão singular muito clara entre o povo, o governo e as forças armadas. Com base na observação do mundo pós-1945, esses críticos concluíram que, uma vez que a maioria das guerras modernas tem sido, de fato, travadas por atores não estatais, a obra de Clausewitz havia se tornado obsoleta e irrelevante.

Além de Keegan e Kaldor, o acadêmico internacionalmente conhecido Martin van Creveld é um dos críticos mais proeminentes que apoiam essa linha de raciocínio. Ele afirma que “se há algo em nossa bagagem intelectual que mereça ser lançado ao mar, certamente não serão os registros históricos, mas a definição clausewitziana da guerra, que nos impede de lidar adequadamente com ela”²⁶. Ele é levado a essa conclusão a partir do seu raciocínio, de que a trindade de Clausewitz é formada “pela população, pelo exército e pelo governo”²⁷ e de que essa definição reflete a crença de Clausewitz de “que a violência organizada somente deve ser chamada de ‘guerra’ se for exercida pelo Estado, para o Estado ou contra o Estado”²⁸. Portanto, ele atribui a Clausewitz e à sua obra um foco centrado no Estado, que se tornou obsoleto devido ao aumento das guerras não estatais, na atualidade²⁹.

Ambos, van Creveld e Kaldor, atribuem a Clausewitz a incapacidade de aceitar que a guerra serve para algo além de um propósito racional voltado ao bem maior do Estado³⁰. Eles são apoiados por Keegan, que alega que muitos dos conflitos nacionalistas de hoje, motivados por questões



Força Aérea dos EUA/Sgt Ryan Crane

Um militar estadunidense acompanhado de soldados afegãos, durante uma patrulha de combate para localizar dispositivos explosivos junto a uma estrada na Província de Laghman, Afeganistão, 08 Ago 11.

étnicas, são eventos irracionais, de emoção violenta, e apolíticos a ponto de não se enquadrarem no conceito de guerra de Clausewitz³¹.

Embora tais pontos de vista sejam reforçados por acadêmicos modernos, como Steven Metz, que sustenta que Keegan e van Creveld “deveriam ser leituras obrigatórias para todos os responsáveis pela segurança nacional, vistam eles uniforme ou não”, os argumentos não têm base sólida quando avaliados mais detalhadamente³². Tal como fizeram Villacres e Bassford, também Keegan, Kaldor e van Creveld não percebem o ponto essencial: Clausewitz descreve a guerra como consistindo de violência, acaso e racionalidade, e a conexão que ele faz entre essa trindade e a trindade secundária, constituída pela população, pelas forças armadas e pelo governo, é feita, principalmente, a título de exemplo. Embora pareça trivial, essa distinção é essencial, porque não há nada na trindade primária de Clausewitz que fale sobre a natureza sociopolítica da entidade que executa a guerra³³.

Quer seja um Estado, um líder local, um comunista revolucionário ou uma organização terrorista internacional, todas essas entidades estão sujeitas

à interação entre as forças da violência, do acaso e do propósito racional. Andreas Herberg-Rothe observa que Clausewitz até dedicou um capítulo do livro *Da Guerra ao conflito* entre atores não estatais o que, portanto, elimina qualquer outra conclusão que não seja a de que “o conceito de Estado de Clausewitz deve ser entendido como qualquer tipo de comunidade”³⁴. Daniel Moran enfatiza esse ponto, postulando que “a trindade de Clausewitz consiste de abstrações” e “não há dúvida de que [enxergá-la como povo, forças armadas e governo] é errado”³⁵.

Quanto à questão de a afirmação de Clausewitz sobre a necessidade de haver motivação racional tornar sua obra inadequada aos conflitos não estatais de hoje, nos quais a violência em si parece ser o objetivo principal, mais uma vez a trindade primária mostra que ele não argumenta a favor de qualquer fundamento lógico específico para uma guerra. Nela, ódio e inimizade têm o mesmo peso que a razão. De fato, como defende Robert Baumann, “as paixões e a fundamentação lógica, que levam os Estados a apostar na guerra, diferem pouco daqueles que motivam tribos ou



Foto do Exército dos EUA/Sgt. Justin Holley

Dois soldados, da Companhia C da 2/87 Infantaria, vigiam um vale de um posto de observação localizado na Província de Paktika, Afeganistão, 25 Mar 07.

grupos insurgentes”³⁶. Ou, como Clausewitz expressa, “[a] política, obviamente, não é nada em si mesma; é tão somente o gestor de todos esses interesses contra os outros Estados. Que ela possa falhar, servir às ambições, aos interesses particulares e às vaidades daqueles que detém o poder, é irrelevante”³⁷. Fica claro que Clausewitz não acreditava que a guerra tinha, necessariamente, de seguir qualquer forma de racionalidade em particular, cujo fim fosse o bem maior.

Clausewitz reconheceu a capacidade da guerra em mudar sua aparência além do superficial...

Por último, Christopher Daase escreve que há um esquema conceitual presente em *Da Guerra*, que o faz aplicável a qualquer tipo de conflito. O próprio Daase fornece a melhor explicação sobre esse esquema.

Ao distinguir categoricamente a guerra da política, subordinando a primeira à segunda, [Clausewitz] propõe uma condição tripartite para a guerra, como sendo a aplicação de meios violentos (*Mittel*) para conseguir objetivos militares (*Ziele*), visando a alcançar fins políticos (*Zwecke*). Se acrescentarmos os dois fatores da situação inicial, chegamos aos cinco elementos que formam o esquema conceitual da guerra que Clausewitz tinha em mente: o atacante, o defensor, meios violentos, objetivos militares e objetivos políticos. Com esse esquema, diversas formas de violência política podem ser descritas e comparadas, sem a necessidade de criarmos limites rígidos ou de identificarmos núcleos conceituais³⁸.

Em resumo, nos parece que os acadêmicos que exigem refutarmos o *Da Guerra* o fazem sobre argumentos questionáveis. Clausewitz não defende o emprego de força ilimitada, nem tampouco sua análise da guerra está centrada no Estado — o que a tornaria inútil na análise de conflitos em que estão envolvidos atores alheios aos Estados. Mesmo os insurgentes mais violentos encaram suas ações como sendo subordinadas a

uma causa que julgam ser racional. Da mesma forma, até o mais cauteloso emprego de força por um Estado irá, inevitavelmente, provocar reações emocionais e violentas. Nenhum dos atores nos conflitos armados, passados ou atuais, foi capaz de escapar às influências do acaso e da sorte. Portanto, Clausewitz é tão relevante para a análise das guerras civis e das insurgências do século XXI, como é para o estudo da guerra “clássica” entre Estados³⁹.

Mais do que Simplesmente Relevante

Além da relevância de Clausewitz existe a questão de sua importância. Villacres e Bassford sustentam que a força principal da trindade primária de Clausewitz é sua capacidade de servir como um quadro analítico que, devido à sua abordagem multidimensional e dinâmica para a discussão sobre a guerra, não se limita a explicações unilaterais⁴⁰. A trindade primária enfatiza que as forças que regem a evolução e a condução da guerra estendem-se além das influências racionais, para as influências irracionais da emoção humana e para os efeitos não racionais do acaso e da sorte. Como Clausewitz escreve, “[e]ssas três tendências são como três diferentes leis, bem sólidas quanto aos temas que abordam, mas ainda assim variáveis no relacionamento que têm umas com as outras”. Essa citação mostra que, embora esses três elementos possam ser encontrados em todos os conflitos armados, a prevalência relativa de um ou de outro pode influenciar fortemente a natureza de um conflito em particular. Portanto, as guerras “alimentadas por paixões e rancor” de Keegan não ocorrem fora do conceito Clausewitziano de guerra, mas refletem um ramo da trindade que enfatiza especificamente seu aspecto violento⁴¹.

A trindade secundária gera um vínculo entre os elementos abstratos da natureza da guerra e o mundo real, ao fornecer um exemplo de como essas forças podem ser representadas na sociedade. A classificação de Clausewitz em governo, forças armadas e povo, no caso dos Estados democráticos, ainda é aplicável. Utilizando o Estado como exemplo, pode-se argumentar que, embora sejam as principais envolvidas na guerra, as forças armadas o fazem de acordo com objetivos estabelecidos exclusivamente pelo governo, sob sua direção e supervisão contínuas. Além do mais,

tanto o governo como as forças armadas dependem do povo. Pela perspectiva militar, o povo é uma fonte essencial de recrutas. Para o governo, manter o apoio dos cidadãos que o elegeram é essencial para sua continuidade no poder. Tentar explicar o desenrolar de um determinado conflito armado — e suas causas e efeitos — enfocando apenas um aspecto da trindade (governo, forças armadas e povo) é arriscar-se a não chegar a uma conclusão sólida. De fato, como o próprio Clausewitz escreveu em relação ao estudo da guerra, “[uma] teoria que ignore qualquer um [dos aspectos da trindade] ou que busque estabelecer uma relação arbitrária entre eles iria conflitar com a realidade a tal ponto que, por essa razão só, seria totalmente inútil”⁴².

Clausewitz reconheceu a capacidade da guerra em mudar sua aparência além do superficial, quando escreveu que “a guerra é mais que um camaleão que, para uma dada situação, adapta suas características ligeiramente”⁴³. Contudo, como Villacres e Bassford observam, sobre as diferentes aparências da guerra, “as fontes básicas da mudança, nessas condições, residem nos elementos de sua ‘trindade’”⁴⁴. Portanto, as guerras podem assumir uma variedade de formas, mas todas são moldadas pela interação entre os eternos elementos de violência, acaso e propósito racional. Clausewitz mencionou explicitamente que essas formas são definidas por uma grande variação de fatores contextuais quando escreveu que “portanto, podemos afirmar que os objetivos que o beligerante adota, e os recursos que ele emprega, devem ser regidos pelas características particulares de sua própria posição, mas também devem ser adequados ao espírito da época e à sua natureza geral. Por último, eles devem sempre ser governados pelas conclusões gerais que podem ser tiradas da própria natureza da guerra”⁴⁵. Em outras palavras, Clausewitz afirma que o caráter geral de uma era pode exercer influência sobre os objetivos da guerra e os métodos utilizados, sem que isso signifique uma mudança fundamental na sua natureza.

Teoria e Prática

Embora o livro *Da Guerra*, de Clausewitz, tenha sido publicado há mais de 150 anos, o conceito da trindade da guerra mostrou-se resistente ao tempo, sendo tão aplicável hoje como durante

a era napoleônica. Essa característica reforça a ideia de que a teoria da “nova guerra” perde consistência ao tentar dividir a história da guerra em categorias estanques. A trindade elegantemente rejeita a ideia da existência de fases históricas distintas, ao mostrar como o relacionamento variável entre os três elementos, sempre presentes, pode bem representar uma infinidade de conflitos, moldados diferentemente pelos contextos específicos nos quais ocorrem. Essa especificidade fornece regularidade histórica para o estudo da guerra e nos alerta para a necessidade de permanecermos críticos a quaisquer apresentações que descrevam um certo desenvolvimento como sendo “novo”. Como M. L. R. Smith escreve, “Podem chamá-la como quiser — a nova guerra, guerra étnica, guerra de guerrilha, guerra de baixa intensidade, terrorismo ou a guerra contra o terrorismo — no final, existe apenas uma categoria significativa de guerra: a própria guerra”⁴⁶.

Embora tenham feito contribuições importantes para o estudo do conflito armado contemporâneo, os teóricos da “nova guerra” também têm sido a causa de muita confusão em relação aos aspectos fundamentais da guerra. Além de incorretamente rotular os vários desenvolvimentos contemporâneos como “novos” e de introduzir limites históricos questionáveis, a principal razão para pôr em dúvida a validade de seus argumentos reside no fato de que simplesmente descartam Clausewitz. As bases dessa rejeição ao estrategista prussiano são extremamente ambíguas. *Da Guerra* não defende o uso ilimitado da Força militar, tampouco pode ser acusada de ter uma perspectiva centrada no Estado ou de acreditar que a guerra tenha, necessariamente, de servir a um propósito racional, em busca de um benefício maior. Ainda que admitamos que *Da Guerra* não está imune a críticas, a obra não pode ser rejeitada pelos argumentos apresentados por autores como Kaldor, Keegan e van Creveld. Em vez de substituir o conceito Clausewitziano de guerra, a teoria da “nova guerra” o reforça.

Para concluir este artigo, talvez valha a pena refletir rapidamente sobre a aplicação prática da teoria de Clausewitz como um modelo teórico para o estudo dos conflitos armados. Dentro do contexto da guerra contra o terrorismo, por exemplo, uma análise de Clausewitz tem algumas vantagens, que veremos a seguir. Primeiro, com



Força Aérea dos EUA/Sgt. Ryan Crane

Integrantes da Equipe de Reconstrução Provincial de Laghman buscam por detonadores ao longo dos leitos rochosos dos rios e nas áreas cultivadas, na Província de Laghman, 08 Ago 11.

base na premissa de que a natureza fundamental da guerra não está sujeita a mudanças, seria interessante que observássemos os paralelos históricos em vez de nos concentrarmos em relatos míopes da “nova” ameaça representada pelo terrorismo fundamentalista. Além disso, a trindade primária pode instigar o pesquisador a examinar além do aspecto violento do terrorismo, considerando também as motivações racionais ou instrumentais de seus autores. Juntas, essas abordagens sobre o terrorismo internacional podem contribuir significativamente para um entendimento mais sutil dos adversários assimétricos, abandonando a tendência inútil de representar esses grupos como fanáticos irracionais, em vez de analisar quais fatores compelem as pessoas a tais extremos. O benefício seria um aumento do número de opções políticas, além da violência e da repressão. Terceiro, a trindade secundária tem o potencial de exercer um papel importante, ao chamar a atenção do pesquisador para a necessidade de identificar e analisar as relações socio-políticas dentro do grupo terrorista e entre ele e

o ambiente social em que se insere, considerado como “seus constituintes”. Avaliações feitas dessa forma com relação, por exemplo, ao Talibã ou ao Hezbollah, podem gerar informações reveladoras a respeito dos fatores sobre os quais a legitimidade dos terroristas se baseia. Em outras palavras, que dinâmicas governam a relação entre pessoas, combatentes e políticos, líderes e ideólogos? Essa é uma informação essencial para uma campanha que pretenda conquistar “corações e mentes”.

O conceito trinitário também pode ser uma ferramenta útil para a análise das estratégias ocidentais na Guerra Contra o Terrorismo, bem como do planejamento militar em um sentido mais amplo. A consciência sobre a existência do elemento “acaso” melhora a percepção de que o curso dos conflitos armados nunca poderá ser planejado ou controlado com precisão total. Essa consciência tem implicações importantes para a obsessão ocidental por guerras *high-tech* e a ideia de que a tecnologia pode transformar a guerra em algo controlável e mensurável. Benefícios adicionais podem ser obtidos a partir

da análise das bases de legitimidade dos grupos terroristas, alertando as elites políticas e militares do Ocidente para o fato de que o terrorismo não pode ser derrotado só pela força. O principal ponto fraco dos grupos terroristas não está em suas capacidades militares, mas na população da qual dependem para legitimar sua luta e obter recrutas, financiamento, refúgio, informações e outros recursos materiais. Se o Ocidente pretende vencer a Guerra Contra o Terrorismo, então será necessário que os esforços se voltem para privar os terroristas do apoio público que lhes é tão essencial. Contudo, essa estratégia significa que as queixas do povo — e dos grupos terroristas que pretendem representá-los, por mais detestáveis que esses grupos possam ser — têm de ser levadas a sério⁴⁷.

As trindades primária e secundária nos oferecem uma compreensão sobre a natureza da guerra que não apenas esclarece esse assunto difícil, mas também proporciona um modelo teórico pelo qual a guerra pode ser estudada, lembrando-nos das características que sempre estarão presentes em qualquer conflito armado e da tendência de que envolvam as sociedades como um todo. A violência, o acaso e o propósito racional são princípios de guerra eternos e, devido à natureza variável das relações que têm entre si, são capazes de descrever uma variedade infinita de conflitos. Seja qual for a forma assumida pela guerra — o emprego calculado da força por um Estado, uma tentativa insurgente de usurpar a autoridade ou uma crise de violência étnica, aparentemente irracional —, o conceito da trindade de Clausewitz nos permitirá seu estudo e sua comparação. **MR**

REFERÊNCIAS

1. A premissa de que a obtenção do apoio popular assumiu importância central na guerra contemporânea é explorada com profundidade em Rupert Smith em *The Utility of Force: The Art of War in the Modern World* (London: Basic Books, 2006).
2. CORN, Tony. "Clausewitz in Wonderland", *Policy Review* Web special, Sep. 2008, disponível em: <http://www.hoover.org/publications/policyreview/4268401.html>.
3. MEILINGER, Philip S. "Busting the Icon: Restoring Balance to the Influence of Clausewitz", *Strategic Studies Quarterly*, 1 (Fall 2007), p. 139. Consulte, também, GARDNER, Nikolas. "Resurrecting the 'Icon': The Enduring Relevance of Clausewitz's On War", *Strategic Studies Quarterly*, 3 (Spring 2009), p. 119-33.
4. KALDOR, Mary. "Elaborating the 'New War' Thesis", in Isabelle Duyvesteyn and Jan Angstrom, eds., *Rethinking the Nature of War* (New York: Frank Cass, 2005), p. 221.
5. *Ibid.*, p. 212, 221.
6. *Ibid.*, p. 210-20; KALDOR, Mary. "A Cosmopolitan Response to New Wars", *Peace Review*, 8 (December 1996), p. 505-14.
7. LIND, William S.; NIGHTINGALE, Keith; SCHMITT, John F.; SUTTON, Joseph W.; WILSON, Gary I. "The Changing Face of War: Into the Fourth Generation", in Terry Terriff, Aaron Karp, e Regina Karp, eds., *Global Insurgency and the Future of Armed Conflict: Debating Fourth-Generation Warfare* (New York: Routledge, 2008), p. 13-20; HAMMES, Thomas X. "War Evolves into the Fourth Generation", in Terriff, Karp e Karp, p. 21-44.
8. GRAY, Colin S. "How Has War Changed Since the End of the Cold War?" *Parameters*, 35 (Spring 2005), p. 19.
9. NEWMAN, Edward. "The 'New Wars' Debate: A Historical Perspective Is Needed", *Security Dialogue*, 35 (June 2004), p. 179-85.
10. FREEDMAN, Lawrence. "War Evolves into the Fourth Generation: A Comment on Thomas X. Hammes", in Terriff, Karp e Karp, p. 85; EVANS, Michael. "Elegant Irrelevance Revisited: A Critique of Fourth Generation Warfare", in Terriff, Karp e Karp, p. 68-69, 71-72.
11. ECHEVARRIA, Antulio J. II. "Deconstructing the Theory of Fourth-Generation Warfare", in Terriff, Karp e, p. 59.
12. LADEN, Osama bin. "Declaration of War against the Americans Occupying the Land of the Two Holy Places", 23 ago. 1996, p. 1.
13. CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*, ed. e trad. por Michael Howard e Peter Paret (New York: Everyman's Library, 1993), p. 101.
14. BASSFORD, Christopher. "John Keegan and the Grand Tradition of Trashing Clausewitz: A Polemic", *War in History*, 1 (November 1994), p. 319-36.
15. KEEGAN, John. *A History of Warfare* (New York: Vintage Books, 1993), p. 17-18.
16. CLAUSEWITZ, p. 83-85.
17. *Ibid.*, p. 87.
18. *Ibid.*, p. 99.
19. BASSFORD, Christopher. "Clausewitz and His Works", disponível em: <http://www.clausewitz.com/readings/Bassford/Cworks/Works.htm>; Clausewitz, p. 96, 101.
20. BASSFORD, "John Keegan and the Grand Tradition of Trashing Clausewitz", p. 319-36.
21. HERBERG-ROTHER, Andreas. *Clausewitz's Puzzle: The Political Theory of War* (New York: Oxford Univ. Press, 2007), p. 156-57.
22. CLAUSEWITZ, p. 85-86.
23. *Ibid.*, p. 101.
24. VILLACRES, Edward J.; BASSFORD, Christopher. "Reclaiming the Clausewitzian Trinity", *Parameters*, 25 (Autumn 1995), p. 9-19.
25. CLAUSEWITZ, p. 101.
26. CREVELD, Martin van. *On Future War* (London: Brassey's, 1991), p. 57-58.
27. *Ibid.*, p. 36-37.
28. *Ibid.*, p. 40.
29. *Ibid.*, p. ix.
30. KALDOR, "Elaborating the 'New War' Thesis", p. 220; CREVELD, van., p. 155.
31. KEEGAN, p. 58.
32. METZ, Steven. "A Wake for Clausewitz: Toward a Philosophy of 21st-Century Warfare", *Parameters*, 24 (Winter 1994-95), p. 132.
33. VILLACRES; MASON, p. 9-19.
34. HERBERG-ROTHER, p. 164.
35. MORAN, Daniel. "Strategic Theory and the History of War" (Paper, US Naval Postgraduate School, 2001), p. 7.
36. BAUMANN, Robert F. "Historical Perspectives on Future War", *Military Review*, 77 (March/April 1997), p. 46.
37. CLAUSEWITZ, p. 733.
38. DAASE, Christopher. "Clausewitz and Small Wars", in Hew Strachan and Andreas Herberg-Rothe (eds.), *Clausewitz in the Twenty-first Century* (Oxford, U.K.: Oxford Univ. Press, 2007), p. 186.
39. CREVELD, van., p.63-65, 97; KALDOR, "A Cosmopolitan Response to New Wars", p. 505-14.
40. VILLACRES; MASON, p. 9-19.
41. KEEGAN, p. 58.
42. CLAUSEWITZ, p. 101.
43. *Ibid.*
44. VILLACRES; BASSFORD, p. 11.
45. CLAUSEWITZ, p. 718.
46. SMITH, M. L. R., "Strategy in the Age of 'Low Intensity' Warfare: Why Clausewitz Is Still More Relevant than His Critics", in Duyvesteyn e Angstrom, p. 52.
47. SMITH, *The Utility of Force*; CREVELD, van., p. 26-32; CORUM, James S. *Bad Strategies: How Major Powers Fail in Counterinsurgency* (Minneapolis, Minn.: Zenith Press, 2008).

Convivendo com um Elefante: Observações Pessoais sobre as Operações de Coalizão no Ambiente Operacional Contemporâneo

General de Exército Sir Nick Parker, Exército Britânico

...desenvolver um relacionamento mais próximo entre os ingleses e os estadunidenses e um entendimento maior entre as Forças Armadas dos Estados Unidos e do Reino Unido, de modo a contribuir, em grande medida, para a preservação da paz mundial¹.

Objetivo da Palestra em homenagem a Kermit Roosevelt, conforme expresso por sua esposa, em carta ao General George C. Marshall, em junho de 1944.

Baseado no discurso do General Parker na Escola de Guerra do Exército dos EUA, em 25 Jan 11, este artigo também foi publicado na revista British Army Review (Spring 2011).

JULGO QUE, TENDO acabado de retornar de Cabul, seja particularmente pertinente que eu esteja envolvido em uma iniciativa estabelecida 66 anos atrás. A Sra. Roosevelt escreveu a carta citada à época em que a Segunda Guerra Mundial atingia seu ponto culminante, quando buscar o melhor benefício no relacionamento entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha teria recebido o apoio da grande maioria da população de ambos os países. Desde então, nós “ganhamos” a Guerra Fria e nos transformamos em um mundo interconectado, onde as fronteiras têm pouco significado, as alianças vão e vêm, a força e a influência relativas dos países mudaram e há uma única superpotência mundial.

Pierre Trudeau, então Primeiro-Ministro do Canadá, disse, em 1969, que compartilhar o

continente com um vizinho mais rico e poderoso era como dormir ao lado de um elefante: “Por mais calma e amigável que ela seja, acaba-se sendo afetado por cada movimento e bramido da fera”. Embora essa afirmação tenha sido feita considerando um ponto de vista econômico e social, ela oferece uma metáfora totalmente apropriada para descrever o relacionamento que os parceiros da coalizão têm tido com os Estados Unidos ao longo da última década, nas operações de segurança. Como obter a máxima efetividade nas atuais operações de coalizão, particularmente quando um dos países parceiros é claramente predominante em termos de massa ou investimento físico?

Um “Relacionamento Especial”?

Desde a Segunda Guerra Mundial, o relacionamento entre a Inglaterra e os Estados Unidos foi descrito, muitas vezes, como sendo “especial”. A herança cultural e histórica comum aos dois países é vista, por alguns, como sendo a base de sua estreita cooperação diplomática e militar. O termo “relacionamento especial” foi empregado pela primeira vez por Winston Churchill, em seu discurso da “Cortina de Ferro”, em março de 1946. Seu motivo era garantir uma postura firme contra a ascensão da União Soviética de Stalin. Não surpreende que, durante a Guerra Fria, o inimigo comum, as semelhanças culturais e históricas, o diálogo diplomático e a cooperação em Inteligência, defesa e atividades nucleares tenham significado uma proximidade especial nas relações entre os dois países.

O General de Exército Sir Nick Parker, KCB, CBE, é o Comandante em Chefe das Forças Terrestres Britânicas (um comando administrativo, responsável pela mobilização e preparo das Unidades Operacionais). Foi o Subcomandante

(para o Reino Unido) do Corpo Multinacional no Iraque, de agosto de 2005 a fevereiro de 2006, e o Subcomandante da Força Internacional de Assistência à Segurança no Afeganistão, de novembro de 2009 a setembro de 2010.

No entanto, alguns creem que esse seja um “mantra” irreal. Para muitos, é simplesmente irrelevante; para outros, unilateral. O anglófilo Raymond Seitz, Embaixador dos EUA na Grã-Bretanha de 1991 a 1994, tentou remover completamente o termo do diálogo diplomático. Em épocas de crise mútua, há um sentido de busca do objetivo comum, mas quando esse não é o caso — para Seitz, quando a Guerra Fria havia terminado e surgiram divergências na interpretação do conflito nos Bálcãs —, o relacionamento pode parecer tudo, menos especial. Entretanto, segundo uma recente pesquisa de opinião conduzida nos Estados Unidos, 36% das pessoas acreditam que o aliado mais importante do país é o Reino Unido; 29% identificam o Canadá; 12%, o Japão; 10%, Israel; e 5%, a Alemanha. Na sua carta, a Sra. Roosevelt certamente expressou o sentimento geral vigente em 1944, o qual, até certo ponto, encontra aceitação até hoje. Isso é importante, não porque tenhamos algum contrato especial entre nós — o que não é verdade —, mas porque há canais de comunicação, de entendimento e de análise mútua e um compartilhamento na

resolução de problemas, que, se explorados, continuarão a beneficiar ambos os países.

No caso do Reino Unido e dos Estados Unidos, há uma óbvia diferença que devo ressaltar: o tamanho, como mostra o mapa (Figura 1). Os dados estatísticos apresentados em seguida oferecem detalhes adicionais (Figura 2).

Os oficiais estadunidenses não titubeiam diante da necessidade de transferir enormes quantidades de meios em um prazo curtíssimo. Considere o acréscimo de 30 mil soldados no Afeganistão, anunciado pelo Presidente Obama na Academia Militar de West Point, em 01 Dez 09. Em uma questão de dias, tropas começaram a chegar ao teatro de operações; linhas de comunicação terrestres extremamente complexas foram consideravelmente reforçadas; e 31 bases de operações avançadas foram construídas ou ampliadas, muitas vezes em locais remotos. A tarefa foi concluída em oito meses: uma conquista extraordinária, que chegou quase a parecer natural para aqueles de nós que conduzíamos as operações. Os Estados Unidos são um país enorme, que lida facilmente com grandes escalas;



Figura 1



Figura 2

seus processos mentais são sintonizados de uma maneira diferente da que ocorre nos países menores.

E quanto ao Reino Unido? Um país menor deveria dispor de processos mentais mais ágeis, ser capaz de obter “mais de menos” e de possuir comunicações mais efetivas ao longo de suas estruturas hierárquicas (que seriam mais compactas). Provavelmente, países menores têm um grau de compreensão estratégica maior, pois possuem uma cultura mais voltada para fora. No entanto, eles podem exercer influência por meio de seus esforços táticos, mas têm pouca credibilidade no nível operacional: seu tamanho e capacidade só lhes permitiriam atuar sozinhos em operações limitadas. Há outros fatores além do tamanho, obviamente. Os Estados Unidos detêm considerável poder e influência em todo o mundo: o que quero dizer é que devemos promover um entendimento comum, que torne as coalizões duradouras — todos os parceiros devem sentir que mantêm um relacionamento especial com os demais; um relacionamento que explora os pontos fortes de cada um.

A História das Coalizões²

Setenta anos atrás, o diplomata e político britânico Harold Nicolson afirmou que “a base de qualquer aliança ou coalizão é a concordância de dois ou mais Estados soberanos em subordinar seus interesses individuais a um único objetivo”³. Normalmente, a razão para que uma coalizão seja estabelecida está no reconhecimento de que a combinação de recursos pode gerar uma enorme concentração de poder, que não estaria disponível a cada Estado individualmente — como foi o caso, por exemplo, da coalizão dos líderes cristãos dos Bálcãs, que lutaram juntos (e foram derrotados) na Batalha do Kosovo, em 1389, contra os invasores turco-otomanos; ou da grande coalizão formada pela Inglaterra, Holanda, Prússia, Dinamarca, Áustria e por vários outros Estados, para fazer frente ao expansionismo da França de Luís XIV, no final do século XVII e início do século XVIII.

Os interesses mútuos que aproximam os parceiros de uma coalizão não precisam se referir, necessariamente, a uma ameaça direta.



Kermit Roosevelt, 1926.

O fator mais importante, que possibilitou que os Estados Unidos conquistassem sua independência, em 1783, foi o fato de a França e a Espanha terem se unido aos colonos insurretos, formando uma coalizão contra a Grã-Bretanha e tirando proveito de sua atenção estar voltada para a América do Norte para atingir o país rival em um momento de fraqueza.

Coalizões foram vitoriosas nas três grandes guerras do século XX — a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria — e, em todas elas, o relacionamento entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos exerceu um papel central. Com toda razão, ao considerarmos o período 1941–45, nós enxergamos esse relacionamento como tendo sido coeso e bem-sucedido. No entanto, há vários exemplos de tentativas de manipulação por parte de britânicos e estadunidenses. Os valores e cultura em comum facilitaram a situação, mas não eliminaram os momentos de tensão.

Para os Estados Unidos, as operações da coalizão na Segunda Guerra Mundial eram ainda mais complicadas, porque o país combatia nos dois hemisférios, e a Marinha

dos EUA — em particular o Almirante Ernest J. King, Comandante de Operações Navais — estava mais interessada no Pacífico. Isso levou a algumas divergências entre as Forças Armadas estadunidenses, o que possibilitou que os britânicos — em função, especialmente, da habilidade de negociação do General Sir Alan Brooke, Chefe do Estado-Maior Imperial Britânico — vencessem algumas das discussões mais importantes (como por exemplo, a que levou à opção não pela França, e sim pelo Norte da África, para a abertura de uma segunda frente, em 1942). A experiência dos Estados Unidos em negociações, aliada à sua preponderância em tropas, navios e aeronaves, os levou a vencer a maioria das disputas, de 1943 em diante.

Assim como as pessoas de mais idade lembram exatamente onde estavam no momento em que ocorreu o assassinato do Presidente Kennedy, as gerações mais jovens têm a mesma lembrança com relação aos ataques de 11 de Setembro. Foi um momento decisivo de várias formas, especialmente porque Washington acionou o Artigo 5 do Tratado do Atlântico Norte. Desde então, os Estados Unidos e o Reino Unido têm estado envolvidos em operações de coalizão no Afeganistão e no Iraque. A percepção de uma nova ameaça, que sucedeu às do século XX — o islamismo radical —, aproximou nossos países e outros mais, que se uniram em torno de um objetivo comum. Houve situações de tensão e estresse, mas a tradição militar comum de ambos e a nossa recente experiência em operações conjuntas nos haviam preparado para isso adequadamente.

Não devemos presumir, porém, que tudo continuará indo bem. A história indica que as coalizões evoluem. O poder pode se deslocar dentro de uma coalizão com o tempo, conforme haja crescimento ou declínio dos Estados. Os interesses comuns podem começar a mudar no âmbito político. Sabemos que a guerra é uma extensão da política por outros meios e, à medida que a dinâmica política mudar, o mesmo ocorrerá com os objetivos da coalizão. Uma coalizão é dinâmica, e não estática; assim como um carro que não recebe manutenção regularmente, ela pode tornar-se menos eficiente e acabar deixando de funcionar.

Atualmente, ambos os países reconhecem que as coalizões chegaram para ficar. A última análise de Defesa e Segurança Estratégica do Reino Unido concluiu que *“as alianças e parcerias seguirão sendo uma parte fundamental da nossa abordagem de defesa e segurança”*. Nos Estados Unidos, a política é definida em uma série de áreas. Pelo que entendi, um novo documento, intitulado *“Building Partnership Capacity”* (*“Desenvolvimento da Capacidade de Parceria”*, em tradução livre), está sendo elaborado pelo Comando de Instrução e Doutrina (TRADOC, na sigla em inglês), além de o Presidente ter afirmado, recentemente, que *“nossas Forças Armadas continuarão a reforçar sua capacidade de formar parcerias com Forças estrangeiras, treinar e assistir Forças de segurança e forjar laços com as Forças militares de vários países.”* O Planejamento do Exército estabelece que *“Forças Terrestres equilibradas, prontas para engajar-se na capacitação de outros países e na proteção de amigos e aliados”* serão fundamentais para o sucesso do Exército no futuro ambiente operacional. Os motivos de nossos países, para que adotemos esse imperativo de trabalhar com outros, serão ligeiramente diferentes, mas o resultado é o mesmo: o desejo mútuo de cooperar. Além disso, alguns países estarão aptos a contribuir com capacidades especiais para o combate, as quais não teríamos condições de prover. Isso engloba desde conhecimentos regionais (como exemplificado pelos turcos, na Força Internacional de Assistência à Segurança, ou pelos Estados do Golfo, na libertação do Kuwait, em 1991), até capacidades específicas de geração de forças, como a de mobilizar forças policiais, típicas na Itália, na França e em alguns países sul-americanos. Portanto, precisamos desenvolver agrupamentos com a base mais ampla possível, reunindo uma grande variedade de capacidades.

Uma Perspectiva Estratégica

Nem sempre vi evidências de que nossos países possuem o adequado entendimento de que, quando se inclui operações de coalizão como um elemento de política nacional, é preciso abrir mão de algumas aspirações nacionais em prol de objetivos coletivos mais amplos; e que devem existir mecanismos que nos permitam

“operacionalizar” nossos planos multinacionais. A história já enfatizou a necessidade de um entendimento comum; mas há tensões reais em jogo. Cada país que contribua para uma coalizão terá investido parte de seu capital político estratégico, qualquer que seja a escala do seu investimento no nível tático. Isso significa que os eventos e a política no âmbito estratégico nacional terão um impacto desproporcional e inesperado no terreno e vice-versa.

Por exemplo, o investimento espanhol no Iraque, em agosto de 2003, foi de aproximadamente 1.300 soldados. Esse número não seria determinante para a vitória ou a derrota no combate, mas representava a sexta maior contribuição de tropas, na época, e era estrategicamente importante. Uma eleição disputada acirradamente na Espanha, no início de 2004, foi imediatamente precedida pelo ataque terrorista de março, em Madri, que matou 201 e feriu mais de 1.000 cidadãos. Esse acontecimento influenciou o resultado: o partido que assumiu o poder havia proposto a retirada de tropas do Iraque como um elemento central de seu programa, e elas foram retiradas em dois meses, sem levar em consideração o impacto tático da medida. Nesse caso, as consequências adversas eram superáveis — por mais indesejáveis que fossem —, mas ele mostra como pode ser fácil abalar uma coalizão.

Há inúmeros outros exemplos: a saída inesperada da Holanda das operações no Afeganistão, em fevereiro de 2010; o impacto, na Alemanha, do ataque aéreo em Kunduz, em setembro de 2009; e talvez — do ponto de vista britânico — os eventos que levaram às operações iraquianas em Basra, em março de 2008.

A afirmação de Clausewitz, de *“que é para a política que sempre devemos retornar”*, também pode ser aplicada ao contexto das coalizões.

Embora essa análise estratégica deva considerar a complexidade internacional, também existe uma dinâmica interna aos Estados, representada pelas exigências paralelas de uma abordagem *“abrangente”* entre os vários órgãos dos governos. O ambiente operacional contemporâneo obtém efeito decisivo por meio dos espaços político, econômico, social, de Inteligência e de segurança, e, ao mesmo tempo, é uma combinação de todos esses. Assim, mesmo

que se consiga que as capitais se comuniquem, haverá tensões intrínsecas entre os vários departamentos responsáveis pelas políticas e pela execução. Esse fato foi reconhecido pelo Reino Unido, quando criou o Conselho de Segurança Nacional, uma iniciativa destinada a fornecer diretrizes mais detalhadas e coerentes a todos os órgãos do Estado. Ainda é cedo demais para avaliar se essa medida está funcionando, mas acho que estamos no caminho certo.

Na doutrina militar britânica, a *Seleção e a Manutenção do Objetivo* (*Selection and Maintenance of the Aim*) constituem um princípio fundamental da guerra. Na Força Internacional de Assistência à Segurança, imaginou-se que os mecanismos de comando estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) proveriam a liderança militar necessária. Os parceiros seriam reunidos em um fórum testado e comprovado (o Conselho do Atlântico Norte), com processos de apoio adequados e uma cadeia de comando claramente definida. Entretanto, na época que estive no Afeganistão, esse sistema me pareceu reativo, burocrático e desconectado das questões imediatas do debate nas capitais. Em suma, pareceu-me que os mecanismos da OTAN ofereceram uma “fachada” apenas, enquanto as atividades principais eram conduzidas de modo informal e bilateral entre as capitais.

Mais uma vez, a falha se encontra na falta do senso de objetivo comum entre os parceiros. O Conselho do Atlântico Norte funcionou bem durante a Guerra Fria porque as percepções de ameaça eram mais coerentes entre os aliados e porque ele nunca havia sido testado em combate. Hoje em dia, o processo da OTAN carece de sofisticação para enfrentar o desafio que se nos apresenta e luta para conferir a devida prioridade ao Afeganistão, em comparação com seus outros interesses. A meu ver, propor uma ênfase maior na capacidade da OTAN de assumir o controle seria ingênuo — certamente no contexto afegão.

Então, se os mecanismos oficiais não estão funcionando, o que dizer dos vários “relacionamentos especiais” bilaterais? Tentei identificar o mecanismo de coordenação estratégica para o Afeganistão, utilizado pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, e o que existe me pareceu algo indevidamente



Carl von Clausewitz.

improvisado. Há uma visão de que a coordenação entre os dois países nos escalões mais elevados já estaria tão integrada aos hábitos de ambos os governos que ela se daria com facilidade e naturalidade. A cada novo Presidente que assume o poder nos Estados Unidos, há quase sempre certa ansiedade no lado britânico, para saber se ele e seus assessores permanecerão trabalhando de forma tão estreita conosco. Contudo, sempre se pressupõe que não será necessário muito tempo para que a utilidade do nosso estreito relacionamento de confiança se torne evidente para a nova equipe. Isso me incomoda um pouco. Existe um quê de acomodação. O momento e o formato do diálogo entre nossas autoridades políticas podem ser bastante improvisados, e eu não vejo sinais de disposição para colocar objetivos nacionais em um plano secundário, como ficou evidente durante a Segunda Guerra Mundial.

Já questioneei se a grande coerência estratégica que conseguimos desenvolver em conflitos anteriores pode ser novamente atingida no ambiente operacional contemporâneo. Também defendi a necessidade de maior coerência internacional na operação no Afeganistão. Estou

ciente de que isso pode parecer um pretexto para a linha de operação de segurança, mas não é essa a minha intenção. Em uma região com tamanha complexidade, onde há tantos interesses conflitantes e um inimigo com o tempo trabalhando em seu favor, a coerência na grande estratégia é um pré-requisito para o sucesso.

O Que Se Pode Fazer?

Tenho três observações. A primeira é que as percepções da ameaça devem ser cuidadosamente administradas, para que haja uma visão coletiva entre as nações parceiras de que submeterem-se ao bem comum atende aos seus interesses. Isso requer uma mudança das atuais atitudes políticas — certamente nos países europeus que eu observei —, para que elas se tornem determinantes da “vitória”. Contudo, a narrativa pode ser amadurecida, para que seja mais convincente nas capitais dos países que estão enviando seus jovens para se expor ao perigo.

A segunda observação é, provavelmente, mais

pragmática. Proponho que os Estados Unidos sejam considerados o país garante da missão e que façamos todo o possível para reforçar a coesão e o impulso que isso geraria. O país com a maior participação deve dispor de mecanismos de comando e controle mais rígidos, de um estado-maior mais efetivo e de recursos para explorar as prioridades e o esforço principal.

A terceira observação é investir em comando e controle no nível estratégico do teatro de operações e, com isso, minimizar possíveis confusões provocadas por incoerências na grande estratégia. Tanto no Iraque quanto no Afeganistão, é evidente que os Estados Unidos fornecem a principal contribuição operacional e tática. Em ambos os casos, a cadeia de comando estadunidense até Washington proporcionou, na prática, o principal elo de comando estratégico. As decisões são tomadas entre Washington e o teatro de operações, sendo subsequentemente acordadas com os demais aliados. Isso funciona apenas até certo ponto. Washington precisa



Adrian Pingstone

Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth, Palácio de Whitehall, Londres.

deixar evidente seu comprometimento político para com a campanha militar. Deve haver uma linha de contato entre os Departamentos de Estado que esteja acordada e seja confiável, bem como um mecanismo sofisticado capaz de manter os parceiros totalmente engajados. Esse objetivo deve ser perseguido de modo mais formal e com maior vigor do que no presente, se pretendemos obter êxito operacional e tático.

A Perspectiva do Teatro de Operações

Ao seu modo, a campanha do Iraque foi relativamente descomplicada no escalão teatro de operações, com uma quantidade menor de partes interessadas e com uma missão clara. Havia um limitado envolvimento da OTAN, um número menor de parceiros na coalizão, reduzida influência europeia e um “país anfitrião”, cuja soberania nascente não rejeitaria sumariamente os planos da coalizão — pelo menos na época em que eu estava por lá. Também existia uma infraestrutura, mesmo que abalada, e o imediato e considerável potencial de riqueza econômica.

Já no Afeganistão, a situação é elevada a níveis muito mais complexos. A Força de segurança tem a “marca” da OTAN sem as correspondentes capacidades de marketing e de vendas; há muitos atores internacionais internos e externos à coalizão, todos eles com objetivos diferentes; alguns deles sutis, outros nem tanto. A região é complexa, com fronteiras permeáveis, que fornecem áreas seguras para insurgentes nos dois lados, e uma história complexa de conflitos duradouros. O governo soberano liderado pelo Presidente Karzai tem solicitado apoio, mas, em termos econômicos, suas possibilidades só serão concretizadas no médio ou no longo prazo.

O único local onde todos esses interesses estão representados é Cabul. As várias autoridades nas esferas política e de desenvolvimento são coordenadas apenas superficialmente pela ONU — uma organização que tem um grande interesse estratégico no local e que, no futuro, deverá desempenhar um papel vital, quando a situação no país estiver mais madura, adquirindo um *status* “normal” de país em desenvolvimento. Então, como impor ordem em uma situação tão desafiadora?

Começamos por aceitar que o país garante tome a dianteira, mas provavelmente de modo

sutil, dadas as inevitáveis sensibilidades. A princípio, isso se dará no espaço de segurança. Primeiro por questões pragmáticas: as Forças militares conhecem bem a complexidade. Segundo, porque a segurança fornece a base para todas as demais atividades. Contudo, precisamos incentivar o desenvolvimento de um planejamento mais amplo, que sincronize esforços e estabeleça prioridades.

As quatro linhas de atividade ilustradas na Ideia Estratégica do Teatro de Operações (Figura 3) são concebidas para atender a um objetivo comum. A segurança é o objetivo mais óbvio — aquele que todos salientam e que tende a desviar a atenção de outras áreas mais importantes. A meu ver, a segurança está se encaminhando bem em termos gerais; é difícil, mas os alicerces que permitirão outras atividades decisivas estão sendo mantidos.

A linha econômica, no final, é tão importante quanto as demais. O povo do Afeganistão precisa ficar *livre de necessidades*; de fato, o país precisa tornar-se um país em desenvolvimento “normal” o mais rápido possível. Aqui, também, se está evoluindo razoavelmente bem. Há quase um excesso de assistência de curto prazo, e sua coordenação é ruim, mas há bastante atividade nessa área. Em um prazo mais longo, de 10 a 15 anos, o compromisso assumido pelos Estados Unidos para com o Presidente Karzai — durante sua visita a Washington, em abril último [2010] —, de celebrar um acordo estratégico de longo prazo, gera a confiança de que existe uma recompensa a ser obtida se o progresso puder ser sustentado.

Devemos nos preocupar com as duas linhas que estão no centro. Capacitar o Afeganistão requer que o governo daquele país se torne um parceiro confiável, apoiado por esforços concentrados pela comunidade internacional em Cabul. Embora os esforços tenham sido um tanto desarticulados, a nomeação de Mark Sedwill como o principal representante civil da OTAN no país — o que conferiu maior importância ao cargo — evidenciou um novo foco. Esse fortalecimento do cargo visou a proporcionar um ponto para a convergência de todos os atores não militares que atuam junto ao governo do Afeganistão, cuja coordenação é tão importante para o progresso e o êxito.

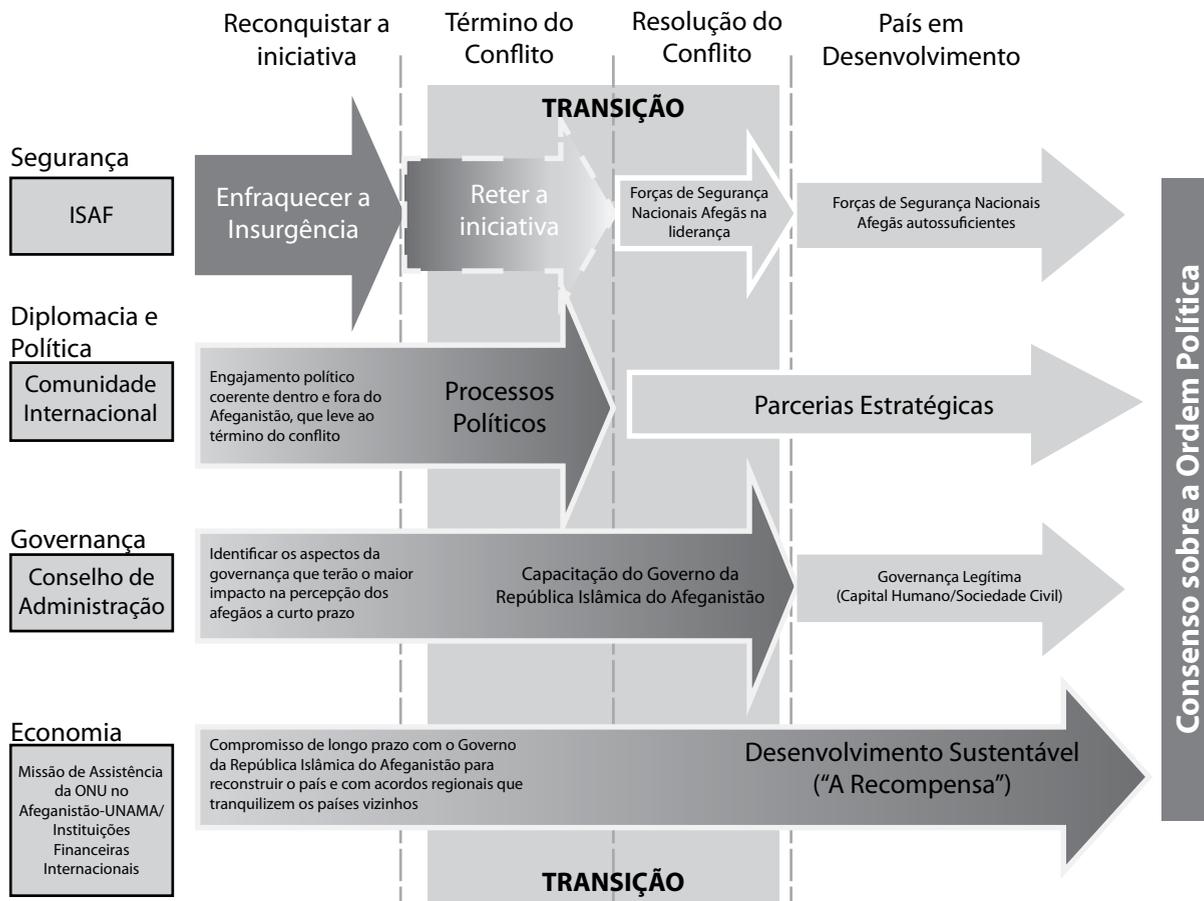


Figura 3

Entretanto, é a linha político-diplomática que mais nos deve preocupar. Essa afirmação está relacionada aos comentários que teci sobre a liderança estratégica e seu compromisso. Se ambos tivessem sido eficazes na época, teriam tido um impacto mais significativo em Cabul e em Islamabad do que tem sido possível constatar até agora.

O que quer que aconteça, sempre existirá a necessidade de liderança estratégica no teatro de operações. E eu vi dois excelentes oficiais-gerais “de quatro estrelas” dos EUA assumindo o comando da operação militar. Desenvolveram e descreveram seu próprio planejamento, claro e convincente; incluíram as demais partes interessadas, de forma sistemática; e, por último, criaram estruturas para reunir todas elas e sincronizar os efeitos. Destaco, em particular, o planejamento elaborado pelo General McChrystal durante o verão de 2009, que, em linhas gerais, ainda está em vigor. Ele

revigorou a hierarquia quando estabeleceu a Missão de Treinamento da OTAN e a Força-Tarefa Conjunta Combinada Interagências 435 (CJIATF 435) e criou um Comando Conjunto de nível operacional para a Força Internacional de Assistência à Segurança, um cargo ocupado por um general de divisão. Essas ações foram fundamentais para esclarecer a missão e a sua abordagem.

Outra perspectiva acerca do teatro de operações se refere à obtenção de uma consciência situacional comum. Isso é difícil. Além de existir uma “massa” de informações circulando na área, há também a preocupação sobre quais informações podem ser compartilhadas com os aliados.

A comunicação é difícil. Leva tempo e pode ser frustrante. Quantas vezes os não falantes nativos do inglês terão sido ignorados por não conseguirem entender rapidamente o que está acontecendo? Além de não os deixarmos ver grande parte do que

é relevante, falamos rápido demais para que possam entender o que estamos dizendo. Reconheço que as demandas da operação requerem decisões rápidas e incisivas, em particular quando há tropas correndo riscos, mas, no teatro de operações, há espaço para que isso seja equacionado. Podemos assegurar que os interesses nacionais sejam devidamente representados. Contudo, por que os países contribuintes hesitam em compartilhar suas políticas no local onde o planejamento do teatro de operações está sendo elaborado e, igualmente importante, no local onde seus Embaixadores estão situados? O Reino Unido começou a mudar de direção nesse aspecto, mas tem sido uma luta.

Quando estava em Cabul, tentei fazer com que os representantes militares de oito das nações participantes se reunissem regularmente e procurei estimular o contato entre as capitais e seus representantes militares na sede da OTAN. Houve resistência, porém. Os países não estavam preparados para conferir maior autonomia aos seus representantes, e eu suspeito que o esforço tenha fracassado.

“Seguidores”

O que caracteriza o bom parceiro de menor peso, em uma coalizão? Deve ser alguém que seja franco sobre o que pretende fazer (em todos os níveis) e que cumpra o que prometeu, em tempo hábil. Falar é fácil, mas, se fosse algo realmente fácil de cumprir, nós teríamos bem menos desafios. O que fazer, então?

No nível da grande estratégia da coalizão, enfatizei suficientemente a necessidade de compartilhar nossa interpretação da missão e de conciliar diferenças.

Deve haver maior disposição para aceitar a importância do nível estratégico do teatro de operações. Um bom seguidor irá se disciplinar para não se concentrar em resultados táticos convenientes apenas para seu país, ignorando a cadeia de comando da coalizão. Isso permitirá que seus interesses sejam administrados pela estrutura do comando da coalizão por meio da influência, da persuasão e de um constante engajamento. Um bom seguidor deve estar pronto para participar de forma construtiva



ISAF. Sgt Nestor Cruz, Força Aérea dos EUA

O Embaixador Mark Sedwill, Principal Representante Civil da OTAN, e seu homólogo militar na Força Internacional de Assistência à Segurança, à época, o Gen Stanley McChrystal, durante briefing do alto comando, Cabul, 07 Feb 10.

no debate da coalizão e conceder autonomia para que os seus representantes possam fazer o mesmo; isso deve refletir os interesses de todos os países participantes — uma visão detalhada, definida por um grande engajamento estratégico.

O esforço de influência deve ser reproduzido sempre que possível, em todos os escalões da cadeia de comando, para que haja uma “hierarquia do conhecimento” paralela, que reflita os interesses nacionais e que contribua para a capacidade do estado-maior da coalizão. É preciso que os parceiros de menor peso desenvolvam redes de influência nacional cada vez mais sofisticadas, dentro da coalizão. Deixei bastante claro, aos britânicos que integravam a estrutura de comando da Força Internacional de Assistência à Segurança, que eles sempre estariam representando, até certo ponto, o interesse nacional de seu país. Isso não representou uma ameaça à coalizão. Apenas deixou claro que os riscos e as oportunidades nacionais seriam explorados bem mais facilmente ao longo de toda a cadeia de comando, dificuldades seriam administradas antes que pudessem exercer um impacto significativo, e o planejamento poderia ser definido de modo a considerar todas as questões sensíveis o mais próximo possível do tempo real. Essa é a interoperabilidade conceitual.

Agora, por último, o fator personalidade. As diferentes personalidades exerceram algum impacto sobre os eventos; os relacionamentos das pessoas com os demais afetaram o resultado, independentemente das estruturas, do planejamento ou do entendimento comum. Uma das habilidades que o “seguidor” deve adquirir é a de misturar o “coquetel” das diferentes personalidades, para obter a máxima capacidade de influenciar. Isso não quer dizer que todos tenham de concordar. Pelo contrário: em algumas ocasiões, será necessário confrontar e discordar. Deve haver respeito, porém. A designação de um indivíduo para um posto na coalizão não pode acontecer por casualidade. Deve resultar de cuidadoso planejamento, possivelmente ao longo de muitos anos. Há um exemplo supremo disso. Cito, com frequência, Sir John Dill, e há um caso em particular no qual a personalidade fez a diferença em termos estratégicos.

Dill era o Chefe do Estado-Maior Imperial nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial. Churchill não se dava bem com ele e designou-o para ser seu representante pessoal em Washington, onde ele se tornou o Chefe da Missão Britânica no Estado-Maior Conjunto e, posteriormente, o principal representante britânico no Estado-Maior Combinado. Ele era um extraordinário diplomata militar, que se tornou tremendamente importante na tarefa de fazer funcionar o comitê do Estado-Maior Combinado — que incluía membros de ambos os países. O Presidente Roosevelt descreveu Dill como sendo “a figura mais importante no notável acordo que foi desenvolvido nas operações combinadas dos nossos dois países”. Ele morreu subitamente em Washington, em novembro de 1944. Milhares de soldados perfilaram ao longo da via para a Catedral Nacional de Washington e, quando seu corpo foi enterrado no Cemitério Nacional de Arlington, uma testemunha registrou: “Nunca vi tantos homens tão visivelmente abalados pela tristeza. O rosto de Marshall estava realmente afetado...”⁴

As coalizões têm raízes no passado e estão aqui para ficar. Tenho certeza de que elas funcionam melhor quando convivemos com um elefante: não aquele a que se referiu Trudeau, mas um que seja rápido como um guepardo, esperto como uma raposa, com um cérebro movido pela Apple ou pela Microsoft e rodeado de um rebanho leal e sincero. A capacidade estadunidense foi um fator decisivo nas guerras do século XX e, atualmente, no século XXI, está fornecendo a base para gerar a segurança em um ambiente intensamente complexo. Sem essa capacidade, compromisso e liderança, nossos esforços seriam enormes, mas ineficazes. **MR**

REFERÊNCIAS

1. Kermit Roosevelt (10 Out 1889-04 Jun 1943), filho do Presidente Theodore Roosevelt, explorou dois continentes ao lado de seu pai, formou-se pela Harvard University, serviu junto aos Exércitos Britânico e dos EUA nas duas Guerras Mundiais e foi um empresário astuto.
2. Essa seção foi redigida com material fornecido pelo Professor Gary Sheffield, Professor de Estudos da Guerra, na University of Birmingham.
3. NICOLSON, Harold. *The Congress of Vienna 1812-1822: A Study in Allied Unity* (New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1974), p. 51.
4. “Kermit Roosevelt”, *Wikipedia*.

O *Design* da Vitória na Europa

Coronel John J. Marr, Exército dos EUA



Marinha dos EUA

Oficiais do alto comando observam a invasão da Normandia a bordo do USS *Augusta*, junho de 1944.

ATUALMENTE, O EXÉRCITO dos EUA discute o conceito de *design* como uma solução avançada para a gestão de problemas¹. Ele foi introduzido pela primeira vez na doutrina do Exército dos EUA em 2006, com a inclusão de um capítulo sobre *design* de campanha no Manual de Campanha 3-24 — *Contrainsurgência* (*FM 3-24 — Counterinsurgency*), que foi seguida de referências ao conceito tanto no Manual de Campanha 3-0 — *Operações* (*FM 3-0 — Operations*) quanto no manual revisado sobre operações pós-conflito: Manual de Campanha 3-07 — *Operações de Estabilização* (*FM 3-07 — Stability Operations*). A inclusão de um capítulo dedicado à descrição do processo do *design* na atual versão da principal referência

doutrinária do Exército para o planejamento — o Manual de Campanha 5-0 — *O Processo de Operações* (*FM 5-0 — The Operations Process*) — elevou o conceito para o patamar de doutrina fundamental (*capstone*).

Apesar de anos de debate e revisão da doutrina de *design*, o conceito parece ainda não ter sido plenamente aceito e incorporado nos processos de gestão de problemas pelas Unidades do Exército dos EUA em operações². Isso provavelmente decorre do fato de que ele não foi completamente testado em campanha, antes de sua inclusão na doutrina. Essa é uma lição que o Exército já aprendeu antes e que foi registrada em detalhes em duas publicações do Comando de

Instrução e Doutrina (TRADOC, na sigla em inglês): *From Active Defense to AirLand Battle: The Development of Army Doctrine 1973-1982*, de John Romjue, publicado em 1984; e *Deciding What Has To Be Done*, do Major Paul Herbert (Leavenworth Paper Nº 16), de 1988.

Resumindo essas duas obras, a publicação da doutrina de Defesa Ativa, na versão de 1976 do Manual de Campanha 100-5 — *Operações* (*FM 100-5 — Operations*), levou a um período de “acalorado debate” e, o que é mais importante, a experimentações sérias pelos comandos de campanha (como o V Corpo de Exército, por exemplo), responsáveis por operacionalizar os conceitos. “Embora geralmente aceita, [a versão de 1976 do FM 100-5] levantou questões profundas, até mesmo entre seus admiradores, e

O Coronel John J. Marr, do Exército dos EUA, é aluno na Escola de Estudos Militares Avançados (SAMS), no Forte Leavenworth, Estado do Kansas. Comandou o 1º/15º Batalhão de Infantaria, da 3ª Brigada da 3ª Divisão de

Infantaria, e integrou o Centro da Divisão Multinacional (Força-Tarefa Marne) durante a “escalada de tropas” no Iraque, de 2007-2008. É bacharel pela University of Minnesota e mestre pela Saint Mary’s University.

as críticas gerais eram de grande abrangência”³. Em consequência, em 1979, o Comandante do TRADOC à época, General Donn Starry, instituiu um novo processo doutrinário, que enfatizava “conceitos operacionais [que] não se converteriam em doutrina até que fossem testados, aprovados e aceitos” pela Força, em campanha⁴. Em outras palavras, o General Starry e sua equipe de doutrina reconheceram que somente a experimentação poderia resolver “as dúvidas existentes dentro do próprio Exército quanto à doutrina de Defesa Ativa — dúvidas que o debate não havia resolvido satisfatoriamente”⁵.

Até que o processo de experimentação cumpra seu papel com relação ao *design*, outra possível forma de diminuir a relutância das Unidades em aceitá-lo seria a análise de exemplos práticos e históricos, que possam servir de base para o entendimento. Embora, evidentemente, os planejadores militares do passado não tivessem conhecimento dos conceitos fundamentais inerentes à atual aplicação militar da Metodologia de *Design* do Exército (como a teoria de sistemas, a complexidade e o enquadramento de problemas), a premissa básica de como ele se “encaixa” no planejamento — a integração do pensamento conceitual e do planejamento detalhado — não é algo necessariamente novo⁶. O objetivo deste artigo é fornecer uma espécie de “estudo de caso” para a aplicação do *design*.

Em janeiro de 1943, um ano antes de o General Dwight Eisenhower e o Marechal Bernard Montgomery começarem a considerar o problema da Normandia, o Estado-Maior Combinado dos Estados Unidos e do Reino Unido decidiu que “havia chegado a hora de dar início ao desenvolvimento detalhado do Plano *Overlord*”⁷. Subsequentemente, nomeou o General de Divisão F.E. Morgan, da Grã-Bretanha, como Chefe do Estado-Maior do Comando Supremo das Forças Aliadas (COSSAC), incumbindo-lhe de organizar e liderar uma equipe para fornecer a “base para o posterior desenvolvimento de um planejamento detalhado”⁸. Os esforços do Estado-Maior do COSSAC e seu relacionamento com os subsequentes preparativos feitos por Eisenhower e seu estado-maior oferecem um estudo de caso sobre o desenvolvimento de um *design* de campanha, posteriormente operacionalizado por um planejamento detalhado⁹.



Exército dos EUA

General Donn A. Starry.

Como Entender o *Design*

O Exército dos EUA enxerga a Metodologia de *Design* como uma abordagem abrangente para a resolução de problemas, que integra o planejamento detalhado com o “pensamento crítico e criativo”, executada com a ajuda de um enquadramento iterativo do problema, de modo a gerar “melhor compreensão, uma solução proposta com base nesse entendimento e um meio para aprender e adaptar-se”¹⁰.

O *design* determina que o comandante “conduza um trabalho adaptável” e “se empenhe no aprendizado pela ação”, para assegurar-se de que tem uma solução para o problema correto, em vez de ter uma solução correta para o problema errado¹¹. Como metodologia cognitiva, a abordagem de *design* examina um problema a partir de três perspectivas: o ambiente, o problema em si e a operação.

A análise do ambiente ajuda a entender por que a situação atual (o “sistema observado”) é diferente da intenção do comandante (o “sistema desejado”). Enquadrar o problema consiste em visualizar as tensões entre o “sistema observado” e o “sistema desejado”, para determinar quais são as ações necessárias. O conceito utilizado



O General Dwight D. Eisenhower fala aos militares do 502º Regimento de Infantaria Paraquedista na Inglaterra, pouco antes do início da invasão da Europa pelos aliados, 05 Jun 44.

para efetuar essa transformação é denominado “abordagem operacional”, que consiste em desenvolver uma “ampla conceituação das ações gerais” necessárias, que “forneça a lógica” que irá orientar o desenvolvimento de linhas de ação, durante o planejamento detalhado (que lhe é subsequente). Para o desenvolvimento da campanha, a abordagem operacional traça ações paralelas e sequenciais, muitas vezes expressas como “linhas de operação” ou “linhas de esforço”, que são descritas, segundo o FM 3-0, por meio dos elementos do *design* operacional. Como se pretende que o *design* esteja integrado com o planejamento detalhado, a “saída” ou o resultado final do processo é um conceito que reflete a “compreensão do ambiente operacional e do problema, ao mesmo tempo em que descreve como o comandante enxerga uma abordagem abrangente, capaz de levar à situação

final pretendida”¹².

Talvez seja útil empregar um exemplo histórico, que seja compatível com a explicação doutrinária da Metodologia de *Design* do Exército, para analisarmos como a Força empregou o *design* no combate. Com essa metodologia, a aplicação do *design* é caracterizada por:

- Emprego do pensamento crítico e criativo
- Foco em uma abordagem conceitual (não detalhada)
- Emprego de peritos (especialistas)
- Ênfase no aprendizado contínuo
- Aplicação de uma metodologia contínua, iterativa e cognitiva, por meio de um enquadramento inicial e posteriores reenquadramentos do problema.

Os esforços do General de Divisão Morgan e do Estado-Maior do COSSAC durante a Segunda Guerra Mundial representam uma abordagem de

design sobre o desenvolvimento da campanha militar. Ela está alinhada com o atual pensamento do Exército dos EUA quanto à aplicação do *design* à gestão de problemas militares.

O *Design* da Vitória na Europa

Nos dias 5 e 6 de junho de 1944, sob o comando do General Dwight Eisenhower, Comandante Supremo das Forças Aliadas, deu-se o início da Operação *Overlord*. Os ataques combinados, que iniciaram a operação pelo ar e pelo mar, envolveram mais de 5 mil embarcações de desembarque anfíbio com cinco Divisões aliadas a bordo (protegidas por 700 navios de guerra), e o lançamento de três Divisões de Paraquedistas por mais de mil aeronaves de transporte e planadores, apoiados por mais de 4 mil caças e bombardeiros. Os quase 130 mil soldados, aviadores, marinheiros e fuzileiros navais de sete países que conduziram esse assalto representavam a vanguarda de uma

Força que acabaria totalizando mais de 4 milhões e que, em menos de um ano, provaria ser capaz de derrotar a Alemanha nazista¹³. A coordenação das missões táticas, os preparativos logísticos, o movimento marítimo, o estabelecimento da superioridade aérea, o bombardeio preparatório, o apoio de fogo e o controle indireto das Forças representavam uma tarefa enorme e complexa.

O sucesso da Operação *Overlord*, em junho de 1944, havia começado 18 meses antes, com os esforços de Morgan e de sua equipe do COSSAC. O objetivo declarado do COSSAC era dar início ao planejamento formal para três operações: operações de dissimulação em 1943 (*Cockade*); um retorno rápido para o continente caso a Alemanha se rendesse (*Rankin*); e um “ataque maciço contra o continente em 1944 (*Overlord*)”¹⁴. Tendo recebido uma “janela de tempo” (verão de 1944), uma orientação geográfica genérica (norte da França) e uma estimativa das Forças disponíveis (cinco



Guarda Costeira dos EUA

Navios de desembarque anfíbio descarregam equipamentos na Praia de Omaha, em meados de junho de 1944.

Divisões de Assalto), a equipe do COSSAC foi incumbida de “desenvolver a Operação *Overlord* a partir da concepção estratégica, produzindo um plano final de ataque”¹⁵. Morgan logo se deu conta de que um esforço para desenvolver uma campanha tão ampla como um ataque à Alemanha pelo noroeste da Europa, com o objetivo de a pôr fim à guerra, exigiria mais que apenas o planejamento militar tradicional. Para isso, o Estado-Maior do COSSAC utilizou uma abordagem de *design*, que enfatizava o pensamento crítico e criativo, concentrava-se em conceitos amplos, empregava peritos e desenvolvia processos para o aprendizado contínuo, por meio de uma metodologia iterativa de enquadramento do problema.

Pensamento crítico e criativo. Para concentrar os esforços necessários para lidar com um problema com a magnitude da Operação *Overlord*, o Estado-Maior utilizou o pensamento crítico e criativo para “esclarecer os objetivos, no contexto do ambiente operacional, dentro dos limites impostos pelas políticas, estratégia, ordens ou diretrizes”¹⁶. A ideia dominante, que permitiu que o Estado-Maior do COSSAC abandonasse as técnicas tradicionais dos planejadores militares e adotasse uma abordagem mais voltada ao *design*, foi o reconhecimento de que seu verdadeiro papel era estabelecer as condições para futuros esforços de planejamento. Como o próprio Morgan identificou, no início do processo, as metodologias do Estado-Maior do COSSAC precisavam ser diferentes de uma atividade de planejamento típica¹⁷. O emprego desse tipo de pensamento crítico e criativo capacitou o Estado-Maior a enxergar o problema de forma holística e de buscar, ativamente, oportunidades para extrair ensinamentos das operações em curso. Por exemplo, Morgan viu a execução das operações de dissimulação de 1943 (Operação *Cockade*) como “um ensaio razoavelmente realista, durante o qual poderíamos reformular os procedimentos que precisaríamos utilizar para a grande campanha”¹⁸. A perspectiva imparcial do Estado-Maior permitiu uma abordagem mais ampla do que teria sido possível obter com um estado-maior subordinado tanto a um comandante quanto a Forças designadas.

Manter o foco em conceitos abrangentes, que possibilitem o planejamento detalhado.



Governo do Reino Unido

Blindados anticarro M10 britânicos utilizam uma ponte Bailey para atravessar um canal perto de Lille St. Hubert, na Bélgica, Set 1944.

O Manual de Campanha 5-0 descreve nosso processo operacional como a integração de “dois componentes diferentes, mas intimamente ligados: um componente conceitual [*design*] e um componente detalhado [o Processo Decisório Militar]”¹⁹. O Estado-Maior do COSSAC compreendeu essa diferença de forma intuitiva, enxergando o planejamento detalhado como sendo de responsabilidade das Unidades terrestres, marítimas e aéreas encarregadas de executar as operações²⁰, o que o levou a concentrar seus esforços em conceber formas de facilitar o aprendizado futuro. Retomando constantemente a análise de esforços anteriores, o Estado-Maior buscou identificar tudo aquilo que precisava aprender e estabeleceu um verdadeiro ambiente de aprendizado. Isso incluiu o envio de integrantes da equipe para “observar os preparativos para a Operação *Husky*, a fim de identificar o que seria útil para nós”²¹. Também fez uma análise completa de exemplos históricos, incluindo todas as travessias militares do Canal da Mancha entre o século XI e o ataque-surpresa ao porto de Dieppe, em 1942. Esse empenho reforçou a ideia de aprendizado pela ação, mediante o emprego da modelagem experimental para resolver facetas do problema, e levaram à preparação de vários protótipos, incluindo os dos portos artificiais *Mulberry*, o de um

oleoduto atravessando o Canal da Mancha, o do veículo anfíbio *DUKW* e o da ponte *Bailey*²².

A principal forma encontrada pelo Estado-Maior do COSSAC para manter-se concentrado em uma abordagem geral (em vez de detalhada) foi restringir o escopo de suas atividades, enfocando apenas aquilo que era capaz de controlar²³. Dois exemplos demonstram como o COSSAC empregou essa técnica: o foco inicial exclusivo na travessia do Canal da Mancha e o atraso deliberado em realizar a análise de diretrizes alternativas para a invasão.

A diretriz de planejamento original do Estado-Maior Combinado, emitida em março de 1943, havia incumbido o Estado-Maior do COSSAC de elaborar três planos separados: o *Cockade* (operações de dissimulação), o *Rankin* (inesperada capitulação da Alemanha) e *Overlord* (travessia do Canal da Mancha). Entretanto, depois de elaborar a primeira visão geral dos planos, em maio de 1943, o General Morgan convenceu o Estado-Maior Combinado a reduzir o escopo dos esforços de planejamento, restringindo-os à missão da vanguarda, de atravessar o Canal da Mancha: a Operação *Overlord*. Como observaria Morgan, “essa diretriz complementar nos deu um objeto mais tangível”, levando a um esforço mais apurado e focalizado²⁴. Mais tarde (depois da conferência do Quadrante, em agosto de 1943), o Estado-Maior do COSSAC recebeu uma nova atribuição de planejamento: a análise de uma invasão da Europa pela Noruega (Operação *Jupiter*). Felizmente, a equipe do COSSAC ignorou essa tarefa, que logo se tornou desnecessária. Ao enfrentar os Chefes do Estado-Maior Combinado, Morgan possibilitou esse dimensionamento calculado de esforços uma vez mais. Argumentou que “para fazer justiça a um planejamento para a Operação *Jupiter*, não seria possível fazer justiça à Operação *Overlord*”²⁵. Em ambos os casos, o Estado-Maior restringiu intencionalmente o escopo do problema, de modo a obter maior refinamento naquilo que era mais importante.

Emprego de peritos. O General de Divisão Morgan utilizou a estrutura do Estado-Maior do COSSAC para facilitar o aprendizado, ao reunir oficiais da Marinha, do Exército e da Força Aérea da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos

em um estado-maior conjunto plenamente integrado²⁶. A nova doutrina de *design* descreve, explicitamente, a utilização de “especialistas de diferentes áreas na formulação do seu entendimento” do problema²⁷. Inicialmente estruturados segundo o modelo britânico, em três seções (Inteligência, operações e logística), todos os elementos do estado-maior eram integrados por oficiais ingleses e estadunidenses, de cada uma das Forças Armadas. Foram incluídos especialistas de diferentes áreas para complementar a equipe de militares. Como indicou o General Morgan: “embaixadores, operadores de microfilmagem, banqueiros, agricultores, jornalistas, advogados, guardas-florestais e vários outros — todos eles peritos em alguma técnica — [eram] necessários para nos ajudar a chegar aonde queríamos”. Além da incorporação de especialistas, o Estado-Maior do COSSAC estava “em contato diário com o comando do Teatro de Operações Europeu do Exército dos EUA... particularmente com a organização de Serviços de Suprimento”. Com o aumento do tamanho e do escopo dos esforços do Estado-Maior do COSSAC, a inclusão de especialistas nas várias diretorias e seções subordinadas tornou-se algo lógico e inevitável. Entretanto, os especialistas mais

...a diretriz principal do COSSAC foi a de estar estruturado de modo a permitir a maximização do aprendizado pela ação.

importantes foram os diplomatas do alto escalão, que possuíam um entendimento mais amplo da situação geral e que interagiam apenas com os integrantes principais do esforço de *design*, mas que “contribuíram tremendamente para a eficácia geral de toda a organização”²⁸. A inclusão de especialistas também facilitou o desenvolvimento do COSSAC como uma organização capaz de aprender.

Estabelecer as condições para o aprendizado contínuo. Desde o seu estabelecimento até o momento da entrega do plano ao General Eisenhower, a diretiz principal do COSSAC foi a de estar estruturado de modo a permitir a maximização do aprendizado pela ação. O aprendizado contínuo é um dos “princípios centrais” da Metodologia de *Design* do Exército²⁹. O Estado-Maior do COSSAC facilitou o aprendizado com o enquadramento do problema — deslocar mais de 1 milhão de soldados para o outro lado do Atlântico e do Canal da Mancha, até o continente europeu — e seus posteriores reenquadramentos. Embora grande parte do esforço de análise tenha resultado em informações finitas e definitivas de planejamento, o Estado-Maior do COSSAC se empenhou em criar um arcabouço conceitual que futuros estados-maiores subordinados pudessem utilizar como base. Isso refletiu sua compreensão geral de que a meta final dos seus esforços deveria ser uma abordagem ampla, que estabelecesse as condições para o comandante do componente terrestre subordinado.

Outra forma pela qual a equipe do COSSAC abordou o aprendizado pela ação foi a utilização de modelos e protótipos, expressamente criados para serem testados e aperfeiçoados. Em uma campanha militar, a rápida geração de protótipos pode tomar muitas formas, incluindo jogos de guerra, narrativas, diagramas de sistemas ou programas-piloto. A geração de protótipos sustenta o aprendizado ao possibilitar o diálogo, mediante a interação com a manifestação física de uma ideia. Agilizando o aprendizado, alivia a tensão entre a necessidade de agir e a necessidade de pensar. Como observou a seção de operações do I Exército dos EUA, após a Segunda Guerra Mundial: “Por mais perfeito e cuidadosamente concebido que seja um planejamento de operações, há sempre ajustes a serem feitos... é muito melhor descobri-los e eliminá-los durante um período de prática do que esperar e deixá-los vir à tona durante ações importantes, quando será tarde demais para efetuar correções”³⁰. O Estado-Maior do COSSAC buscou utilizar as iterações iniciais como eventos de aprendizado, que pudessem servir de base para futuros esforços de *design* e planejamento. Por exemplo, o trabalho detalhado na Operação *Cockade*

tornou-se o protótipo para futuras operações de dissimulação e uma ferramenta de aprendizado para o esforço geral de *design*³¹. O Estado-Maior também enxergou a operação de ataque a Dieppe, na França, em 1942, como um protótipo. Como observou o General Morgan, “havia... muitos subprodutos desse ataque que eram valiosos e que deixavam o Estado-Maior do COSSAC em uma posição muito boa”³². A utilização de protótipos e modelos aumentou a capacidade desse estado-maior de enquadrar, testar e reenquadrar o problema continuamente.

Enquadramento iterativo. Ao longo de 1943, o Estado-Maior do COSSAC utilizou um processo cíclico de depuração do problema. O FM 5-0 enfatiza a importância de se empregar uma metodologia de enquadramento iterativa “para desenvolver a compreensão do ambiente operacional; entender os problemas complexos e mal estruturados e desenvolver abordagens para solucioná-los”³³. Realizando não menos que seis iterações diferentes para aperfeiçoar o planejamento para a Operação *Overlord*, o Estado-Maior do COSSAC começou com uma análise detalhada do trabalho concluído por iniciativas anteriores e, em seguida, enquadrou e reenquadrou o problema, questionando cada premissa e cada limitação, desde a missão atribuída, até o valor mínimo de Forças necessário para o êxito da operação³⁴. Com isso, o Estado-Maior percebeu a necessidade de ampliar a área de desembarque anfíbio, para facilitar a captura de mais de um porto. Outro aprimoramento importante se deu durante a quarta iteração, quando uma “diretriz complementar” reduziu o escopo dos esforços do COSSAC para a missão da vanguarda, de atravessar o Canal. Isso conferiu ao Estado-Maior do COSSAC “algo mais tangível: obter uma posição no continente, a partir da qual fosse possível executar outras operações ofensivas”³⁵. A quinta iteração também foi notável: um teste operacional do *design* no British Staff College em Largs, na Escócia³⁶.

O Estado-Maior do COSSAC empregou o mesmo processo iterativo de aprendizado no desenvolvimento da Operação *Rankin*, a resposta dos aliados a uma capitulação imprevista ou a uma desintegração da Alemanha. O trabalho detalhado, efetuado para descrever os três

diferentes planejamentos das operações, serviu como modelo para o enquadramento inicial do planejamento pós-conflito, uma vez que “a rendição incondicional da Alemanha representou, na verdade, o ápice da Operação *Overlord*”. Como observou o General de Divisão Morgan, “embora nunca tenha sido executada, a Operação *Rankin* forneceu ao COSSAC uma grande quantidade de experiências e informações valiosas, indispensáveis para outras atividades”³⁷.

Conclusão

O objetivo da Metodologia de *Design* do Exército é “organizar as atividades do comando em combate” mediante o desenvolvimento de organizações adaptáveis e capazes de aprender, que sejam peritas no planejamento integrado por

meio do “processo operacional” (planejamento, preparação, execução e acompanhamento)³⁸.

Até que o Exército dos EUA possa aperfeiçoar a Metodologia de *Design* por meio do teste operacional, o estudo de casos históricos pode oferecer uma forma de colocar essa metodologia em perspectiva.

O exemplo fornecido por Morgan e pelo Estado-Maior do COSSAC tem importância especial para a Força Conjunta de hoje. Durante seus nove meses de existência, o Estado-Maior do COSSAC se concentrou no aprendizado pela ação, empregou peritos, utilizou o enquadramento e reenquadramento iterativo e integrou abordagens conceituais com soluções detalhadas. Essas ações caracterizam os esforços da equipe do COSSAC como uma verdadeira abordagem de *design*. **MR**

REFERÊNCIAS

1. Este artigo se baseia em MARR, John J. “Learning Over Time: Using Rapid Prototyping, Generative Analysis, Experts, and the Reduction of Scope to Operationalize Design”, monografia (Advanced Operational Art Studies Fellowship, AY 09/10).
2. BANACH, Stefan J. “Educating by Design: Preparing Leaders for a Complex World”, *Military Review* (March-April 2009): p. 96.
3. ROMJUE, John L. *From Active Defense to AirLand Battle: The Development of Army Doctrine 1973-1982* (Fort Monroe: U.S. Army Training and Doctrine Command, 1984), p. 13.
4. *Ibid.*, p. 29.
5. *Ibid.*, p. 30.
6. CARDON, Edward C.; LEONARD, Steve. “Unleashing Design: Planning and the Art of Battle Command”, *Military Review* (March-April 2010): p. 3.
7. MORGAN, Frederick. *Overture to Overlord* (Garden City, NY: Doubleday and Company, Inc. 1950), p. 129.
8. UNITED STATES FORCES—EUROPEAN THEATER. “Report of the General Board: Strategy of the Campaign in Western Europe, 1944-1945 (General Board Study Number 1)” (Washington DC: Headquarters, Department of the Army, circa 1946), p. 10.
9. CLINE, Ray S. *Washington Command Post: The Operations Division. U.S. Army in World War II Series* (The War Department) (Washington DC: Department of the Army, 1951), p. 156-59. Os esforços de planejamento que mais tarde se transformaram na Operação *Overlord* tiveram sua origem na Divisão de Planos de Guerra do Estado-Maior do Exército, quando o Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA era o General Marshall (e nela trabalhava o então General de uma estrela Eisenhower). O “esboço das operações” inicial defendia um planejamento composto de três fases para um assalto anfíbio em abril de 1943 e desenvolveu uma série de premissas que definiram as iterações do *design* da Operação *Overlord* pelo COSSAC. Esses esforços se “destinavam a orientar o desdobramento e as operações” dentro de um marco estratégico que considerava as Ilhas Britânicas como uma área avançada para organização e treinamento.
10. Field Manual (FM) 5-0, *The Operations Process* (Washington DC: Government Printing Office [GPO], March 2010), p. 3-1, e FM 3-24, *Counterinsurgency* (Washington DC, GPO, December 2006), p. 4-1.
11. BANACH, p. 96; e FM 5-0, 3-5 a 3-6.
12. FM 5-0, 3-7 a 3-12.
13. MILLER, Francis Trevelyan. *History of World War II* (Philadelphia: John C. Winston Company, 1945), p. 726, e SALMAGGI, Cesare; PALLAVISINI, Alfredo. *2194 Days of War* (New York: Windward, 1977), p. 529-32.
14. SUPREME HEADQUARTERS ALLIED EXPEDITIONARY FORCE (SHAEF). *History of COSSAC, File 8-3.6A CA* (Washington DC: Chief of Military History), p. 3; p. 5.
15. MORGAN, p. vi; *Cossac Paper*.
16. FM 5-0, parágrafo 3-5.
17. UNITED STATES FORCES—EUROPEAN THEATER. “Report of the General Board: Study of the Organization of the European Theater of Operations (General Board Study Number 2)” (Washington DC: Headquarters, Department of the Army, circa 1946), p. 11.
18. MORGAN, p. 84. Consulte também SHAEF, p. 18.
19. FM 5-0, parágrafo 3-1.
20. MORGAN, p. 151. A equipe do COSSAC reconheceu, desde o início, que seus esforços eram “um meio para alcançar um fim... O ataque ficaria a cargo do comandante da vanguarda, que receberia, no devido momento, a responsabilidade pelo planejamento detalhado (151).”
21. SHAEF, 7; MORGAN, p. 68.
22. MORGAN, p. 132. Uma explicação detalhada da gênese da ideia e do subsequente desenvolvimento dessas invenções consta de MORGAN, p. 263-74. A designação DUKW não é um acrônimo: o nome provém da terminologia utilizada pela GMC, para seus produtos.
23. MORGAN, p. 131. Morgan e a equipe do COSSAC reconheciam que a derrota das reservas do inimigo era chave para a campanha geral; contudo, chegar lá era o foco inicial: “O clímax da campanha será a derrota do grosso das reservas do inimigo no combate. Isso definitivamente não ocorrerá nas praias ou nas suas proximidades... não podemos nunca perder de vista o fato de que o ataque nas praias é apenas a primeira etapa do que deve vir em seguida.”
24. SHAEF, p. 3 e p. 5; MORGAN, p. 66.
25. MORGAN, p. 241.
26. SHAEF, p. 3-4.
27. FM 5-0, parágrafo 3-1.
28. MORGAN, p. 44, p. 64, e p. 217.
29. FM 5-0, parágrafo 3-1.
30. FIRST UNITED STATES ARMY, “Unapproved G-3 After Action Review, Submitted to First U.S. Army Chief of Staff (General William Kean)”, de “Summary of Operations, October 1943-July 1944, parts 1 and 2.” Acessado nos registros oficiais de Headquarters, First United States Army, 1943-1955, constantes dos arquivos nacionais na Biblioteca Presidente Eisenhower, seção 1, p. 12.
31. MORGAN, p. 83. Morgan observou: “Era evidente que precisávamos fazer da necessidade a maior virtude possível e que, ao cumprir os termos da nossa diretrix, devíamos nos esforçar para obter das nossas operações de ensaio o máximo benefício para o nosso objetivo principal”.
32. MORGAN, p. 84.
33. FM 5-0, parágrafo 3-2.
34. CLINE, *Washington Command Post*, p. 159.
35. MORGAN, p. 66. Consulte também p. 55 e p. 135.
36. MORGAN, p. 144.
37. MORGAN, p. 118, p. 123.
38. FM 5-0, parágrafos 3-1 e 1-9.

Combatendo na Guerra da Informação e Perdendo a Credibilidade: O Que Podemos Fazer?

Tenente-Coronel Rumi Nielson-Green, Exército dos EUA

A CHAMADA “GUERRA DA informação” contra terroristas e insurgentes já custou quase 1 bilhão de dólares às Forças Armadas estadunidenses, nos últimos três anos¹. No entanto, esse talvez não tenha sido o principal custo.

Os questionamentos do Congresso sobre os gastos com projetos de comunicação e uma série de reportagens sobre o uso questionável de empresas de relações públicas terceirizadas e de jornalistas expuseram uma área não definida das operações militares, sobre a qual há pouca supervisão e controle. Não surpreende que o então Secretário de Defesa Robert M. Gates tenha determinado, em março de 2010, que fosse realizada uma reavaliação interna das operações de informações e uma investigação sobre atividades relacionadas².

Em dezembro de 2009, David Ignatius escreveu, em sua coluna no jornal *The Washington Post*, que “as Forças Armadas pagam por vários contratados, especialistas, programas de treinamento e iniciativas” e que a “militarização das informações”, especialmente quando se contrata “pessoal sob sigilo”, deveria nos fazer soar um alarme³.

Contudo, em tempos de guerra, quando os fins talvez justifiquem os meios, por que não devem as Forças Armadas disseminar imagens positivas dos Estados Unidos e combater a propaganda do inimigo?⁴ Por que não contratar firmas de relações públicas para inserir artigos anônimos favoráveis aos Estados Unidos na imprensa estrangeira (como foi alegado no caso da companhia Lincoln Group, no Iraque, em 2004)?⁵ Por que não utilizar os serviços de empresas que oferecem “fazer

mais que apenas coletar informações”, mesclando “reportagens, Inteligência, acesso a contatos e comunicações estratégicas” (como foi alegado no caso da International Safety Networks)?⁶

Os contratados que desempenham atividades jornalísticas ou de relações públicas para as Forças Armadas executam um misto de comunicação social, jornalismo e operações de apoio de informações militares (MISO, na sigla em inglês; anteriormente denominadas Op Psico). Os perigos apresentados por atividades como essas parecem óbvios. Elas afetam as salvaguardas aceitas internacionalmente para jornalistas, considerados não combatentes. Prejudicam e põem em risco os jornalistas e tornam ineficaz a área de comunicação social das Forças militares. Estimulam os teóricos da conspiração e alimentam sentimentos antiamericanos. Um país que celebra e promove a liberdade de expressão e de imprensa prejudica esses valores e sua própria credibilidade, quando submete populações estrangeiras à manipulação secreta da mídia. Em um mundo onde a transmissão de notícias é instantânea, essas atividades atingem não só as populações-alvo no exterior, mas alcançam também os públicos dos Estados Unidos e dos países aliados.

Robert Hastings, ex-Subsecretário de Defesa para a Comunicação Social, vê uma linha divisória que “não deve ser cruzada”. Ele observa que, “sendo uma democracia constitucional, nosso governo tem a obrigação de compartilhar informações sólidas, baseadas na verdade, sem tentar influenciar sua população”, mas acrescenta: “Precisamos nos lembrar de que as atividades

A Tenente-Coronel Rumi Nielson-Green é a atual Subchefe (militar) de Comunicação Social do Comando do Exército dos EUA na Europa. Quando da redação deste artigo, em 2009-2010, ela era bolsista em Segurança Interna na Kennedy School of Government, da Harvard University. A

Ten Cel Nielson-Green se tornou oficial de comunicação social em 2001 e serviu em várias funções relacionadas à sua qualificação, tanto no Exército quanto em comandos conjuntos. No exterior, esteve em Guantánamo, na Operação Iraqi Freedom I e na Operação Enduring Freedom IX.



Marinha dos EUA, Sgt. Mark O'Donald

Gen Ex Stanley McChrystal, do Exército dos EUA, fala à imprensa afegã durante visita à Ponte da Liberdade, na cidade de Hairatan, Afeganistão, 27 Mai 10.

de comunicação social devem ser deixadas a cargo dos profissionais da área. Além disso, se contratarmos terceiros para executar esse tipo de trabalho, é preciso que eles sigam as mesmas regras e diretrizes impostas aos nossos militares de comunicação social. Não deveríamos ter a capacidade de contratar substitutos que agissem de maneira distinta”⁷.

Os contratos questionáveis, relativos aos serviços de informações públicas, são apenas um sintoma de um problema subjacente nas Forças Armadas: *não existe uma doutrina de comunicações estratégicas*. Isso resulta na sua implantação de modo ineficaz e no insuficiente treinamento de comandantes e de oficiais de comunicação social. Na falta de uma doutrina, diversas organizações militares fizeram experimentos com comunicações estratégicas durante as guerras no Iraque e no Afeganistão. O custo de tais esquemas, ainda que bem intencionados, pode acabar sendo a credibilidade dos Estados Unidos. Por que essas iniciativas imprudentes se tornaram tão difundidas? Como podemos atender à necessidade de nos comunicarmos de forma prevenida, que

seja integrada em todas as operações e que seja demonstrada não só pelo discurso, mas também pela prática?

As Forças Necessitam de “Comunicações Estratégicas”

A tarefa das Forças Armadas é combater e vencer as guerras do nosso país. Os comandantes vislumbraram a necessidade de combater no campo das informações e buscaram formas inovadoras para isso. A inovação foi necessária não apenas em virtude da tecnologia e da velocidade do ciclo de notícias, mas também em função da inexistência de uma doutrina. O que existe são apenas princípios orientadores para as comunicações estratégicas, publicados em agosto de 2008⁸. Esse documento é tão somente um guia geral para a atividade, que não determina nem proíbe procedimentos. Todas as Forças contam com manuais sobre comunicação social, operações de informações e operações psicológicas, mas não possuem nenhum referente a comunicações estratégicas ou a estratégias de comunicação. Além do que está prescrito em seus próprios regulamentos

internos e doutrinas, não há qualquer definição legal quanto às limitações, atribuições, autoridade e responsabilidades das Forças Armadas no que tange às informações públicas.

A Lei de Intercâmbio Educacional e de Informações dos EUA (*U.S. Information and Educational Exchange Act*), de 1948, conhecida como Lei Smith-Mundt, autoriza o Departamento de Estado a realizar atividades para “promover um melhor entendimento dos Estados Unidos entre os povos do mundo e fortalecer as relações internacionais de cooperação”⁹. É “uma importante lei, que descreve a missão geral da propaganda estadunidense no exterior e as restrições quanto à sua distribuição dentro do país”¹⁰. Muitos acreditam que essa lei se aplica ao Departamento de Defesa, mas não é o caso, conforme concluiu o Escritório de Análise de Políticas de Defesa (*Defense Policy Analysis Office*), em 2006¹¹. A chegada da era da informação, a necessidade de as Forças Armadas atuarem no campo das informações e a crescente exigência de sincronização interagências tornam obsoletas as disposições dessa lei de 62 anos atrás.

Nos últimos anos, ante a inexistência de doutrina sobre como atuar no campo das informações, os comandantes passaram a designar diretores de comunicações estratégicas e a reorganizar as funções de comunicação social. Hastings, que serviu como principal responsável pela Comunicação Social nas Forças Armadas em 2008 e 2009, disse que, durante sua gestão, viu as comunicações estratégicas se transformarem na iniciativa “da moda” entre os comandos mais importantes. Ele descreve o rápido surgimento de seções de comunicações estratégicas em todas as Forças, à medida que os grandes comandos buscavam influenciar os públicos amigos e inimigos no campo das informações. A estrutura organizacional e as funções dessas seções variavam: algumas foram eficazes e apropriadas; outras não¹².

Mesmo quando definimos “comunicações estratégicas” como sendo “a coordenação e/ou sincronização de ações, imagens e palavras para obter um efeito desejado”, a atividade se mantém um ponto de divergência e de mal-entendidos¹³. O Almirante Michael G. Mullen, Chefe da Junta



Exército dos EUA

Os oficiais de Comunicação Social e de Operações de Informações da 10ª Divisão de Montanha conversam com funcionários do Complexo de Mídia de Kandahar, Província de Kandahar, Afeganistão, 26 Jan 11.

de Chefes de Estado Maior, observa: “Ficamos obcecados com essa palavra: ‘estratégico’... Mas fora o termo em si, acho que nos afastamos da intenção original. Ao nos organizarmos em torno dele — criando estruturas inteiras — permitimos que as comunicações estratégicas se tornassem uma “coisa” em vez de um processo, um pensamento abstrato em vez de um modo de pensar”¹⁴.

A distinção entre comunicações estratégicas, operações de informações e comunicação social é fundamental. Com frequência, militares e leigos empregam tais termos como se fossem equivalentes, o que agrava o problema.

Os profissionais de operações de informações são treinados para coordenar e sincronizar cinco funções principais, destinadas a influenciar o adversário: operações de apoio de informações militares, dissimulação militar, guerra eletrônica, operações de redes de computadores e segurança das operações.

A atividade de comunicação social não é uma função subordinada às operações de informações, apesar de estar a elas relacionada¹⁵. Os militares de comunicação social são responsáveis pelas comunicações internas e por relações com a imprensa e com a comunidade, servindo como assessores dos comandantes nessas áreas. A comunicação social não é uma disciplina de operações de informações nem uma ferramenta das MISO. Ela contribui para as operações de informações pela transmissão oportuna de informações ostensivas verdadeiras, obedecendo às diretrizes do Departamento de Defesa para manter o público ciente das atividades das Forças Armadas. As operações de comunicação social também se opõem à propaganda e às ações do adversário, ao mesmo tempo em que conservam a confiança dos públicos estadunidense, aliado e amigo, sem censura ou propaganda¹⁶.

Durante as guerras no Iraque e no Afeganistão, os comandantes estadunidenses viram o inimigo utilizar as mídias para ampliar os efeitos de propaganda dos ataques suicidas e de outras formas de violência. Reconheceram a necessidade de se opor e de se antecipar às mensagens do inimigo. O então Secretário de Defesa Robert Gates era dessa mesma opinião. Disse, em um discurso na Kansas State University, em 2007: “É simplesmente uma vergonha que a Al Qaeda saiba divulgar melhor sua mensagem na *internet* que os Estados Unidos.

Velocidade, agilidade e relevância cultural não são termos que vêm rapidamente à mente, quando falamos de comunicações estratégicas dos Estados Unidos”¹⁷. Observações como essa levaram à reorganização dos estados-maiores nos quartéis-generais por todas as Forças Armadas, na tentativa de *operacionalizar* as comunicações.

A comunicação social não é uma disciplina de operações de informações nem uma ferramenta das operações de apoio de informações militares.

Um dos resultados foi a subordinação das funções de comunicação social, operações de apoio de informações militares e operações de informações a um diretor de efeitos ou a um diretor de comunicações estratégicas, em alguns dos grandes comandos das Forças. Superficialmente, essa parece ser uma unificação razoável de funções; contudo, ela produz vários resultados preocupantes.

Em alguns comandos no nível operacional, as funções de comunicação social estão sob o controle dos oficiais de efeitos, que são peritos das armas combatentes. Esse tipo de hierarquia normalmente trata as operações de comunicação social como um meio para atingir públicos ou para utilizar comunicados à imprensa como uma “munição virtual” no campo das informações. Esse paradigma leva à produção e à divulgação de produtos para a imprensa que promovam histórias positivas, omitindo tudo o que é negativo¹⁸. Mullen fez a seguinte afirmação: “Não tenham dúvida: há certa arrogância nas nossas iniciativas de comunicações estratégicas. Chegamos a acreditar que as mensagens eram algo parecido com foguetes, que podíamos “lançar” sobre o terreno para obtermos certo efeito”¹⁹.

O verdadeiro efeito de tentar transformar comunicação social em uma arma não letal é que isso a torna ineficaz. Os jornalistas não divulgarão um comunicado à imprensa cheio de ataques ou de

propaganda, que não seja interessante como notícia; portanto, ninguém receberá a mensagem. O esforço acaba sendo inútil. O que é pior: a consequência no longo prazo é que a credibilidade e as relações com a mídia acabam sendo prejudicadas. Os jornalistas não vão confiar em um porta-voz que fique tentando disseminar propaganda, e o público perderá a confiança nas Forças Armadas.

Diferentemente das Unidades operacionais, os comandos no nível estratégico vêm adotando um modelo baseado na designação de um diretor de comunicações estratégicas, o que, por sua vez, produz outros resultados negativos. Sob as ordens do General de Exército Stanley McChrystal, a Força Internacional de Assistência à Segurança — o comando da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no Afeganistão — reorganizou as suas atividades de comunicação. O Contra-Almirante Gregory J. Smith, diretor de comunicações, sincroniza “comunicação social, operações de informações e interação com os principais líderes”²⁰. Smith é um profissional de comunicação, com as habilidades e experiências certas para coordenar essas funções. Entende tanto a arte quanto a ciência da comunicação, assim como as implicações da mistura de comunicação social com operações de apoio de informações militares. Entretanto, ele talvez seja o único oficial-general experiente nessa área nas Forças Armadas estadunidenses, alguém cujo grau hierárquico lhe permita estar à frente dessa tarefa. O Coronel Gregory Julian, chefe da comunicação social do Comando Supremo das Potências Aliadas na Europa, afirmou que não há nenhum outro oficial-general estadunidense no nível de general de brigada que seja qualificado nessa área. Além disso, Julian observa que nenhum outro país da OTAN possui um especialista com o necessário grau hierárquico.

Julian, que serviu como Diretor de Comunicação Social das Forças dos EUA no Afeganistão, em 2009, está “decepcionado com a burocracia verticalizada que foi estabelecida”. Antes, a Comunicação Social atuava com “autoridade clara e horizontal, para possibilitar a difusão rápida de informações precisas”. Na maioria dos casos, eram capazes de divulgar os acontecimentos antes do ciclo de propaganda do inimigo²¹. A burocracia adicional sincronizou as comunicações, mas diminuiu a velocidade e a agilidade na divulgação: justamente a necessidade que havia motivado a reorganização.

A subordinação da comunicação social a outras estruturas do estado-maior reduz sua rapidez de resposta e impede o oficial da área de servir como assessor especial do comandante. Nessas estruturas modificadas, um oficial de comunicação social deve apresentar suas propostas ao oficial de efeitos ou ao diretor de comunicações estratégicas. Esses, baseados no treinamento que receberam, nos seus conhecimentos prévios sobre comunicação social e nas suas avaliações pessoais, determinarão se uma recomendação será ou não adotada. Isso funciona no caso da Força Internacional de Assistência à Segurança porque Smith é um perito treinado em comunicação social. No entanto, mesmo com um perito à frente de uma organização como essa, devemos nos preocupar com o simples fato de as atividades de comunicação social e de operações de informações estarem sob o mesmo supervisor. Como afirma Ignatius, “os problemas surgem, em parte, porque as atividades são misturadas umas às outras”. Ele recorda ter ouvido Smith dizer que tentou estabelecer uma visão mais disciplinada do que são as operações de informações e impedir que a ISAF tivesse as atividades interferindo uma na outra²². Desconectar essas duas funções tornará ainda mais improvável que ocorra esse tipo de interferência mútua.

Ao transformarem as comunicações estratégicas em uma entidade, em vez de uma forma de operar, as Unidades reforçam a desconexão entre o discurso e a prática. Os conglomerados do ramo de comunicações separam as atividades de comunicação social das operações de rotina. Em vez de cogitar o estabelecimento de novas estruturas, devíamos modificar os processos. As comunicações estratégicas devem permear a organização. Os comandantes deveriam avaliar os efeitos de suas ações segundo os efeitos sobre a população e sobre a percepção do inimigo e deveriam treinar suas tropas para que pensem da mesma maneira. O ideal, se quisermos ter um oficial de comunicação social “ligado em comunicações estratégicas” é que ele seja capaz de planejar os efeitos pretendidos por meio de cuidadosas ações de comunicação social, que implante e integre estratégias e técnicas de comunicação que apoiem todas as operações e que preste um bom assessoramento ao comandante. O que fazer para nos aproximarmos desse ideal?

Ensino e Treinamento

As novas estruturas de comunicações estratégicas e a reorganização da comunicação social não se deram de forma arbitrária. Os comandantes precisam resolver problemas, os oficiais de comunicação social nem sempre fazem parte da solução, e nenhum dos dois recebe treinamento adequado para atuar no atual ambiente de informações. Sem as habilidades e os conhecimentos necessários, os comandantes acabam fazendo experimentos ao tentarem suprir deficiências em comunicações, incluindo a terceirização dessas funções. Não teria havido reorganização se os oficiais de comunicação social tivessem produzido regularmente os efeitos desejados, e talvez os comandantes tivessem recebido conselhos mais adequados quanto à terceirização. Isso não é culpa dos oficiais de comunicação social. Eles são um produto do sistema militar. Têm obtido sucesso por acaso, e não por intenção. Assim como seus comandantes, eles não receberam a instrução, o treinamento e os recursos necessários, na área de comunicação social.

Em um artigo recente, *“In Search of the Art and Science of Strategic Communication”* (“Em Busca da Arte e da Ciência da Comunicação Estratégica”, em tradução livre), Dennis M. Murphy afirma que “os fundamentos doutrinários são inexistentes” e que a cultura institucional dá preferência às aplicações cinéticas convencionais. Murphy crê que as Forças precisam de um “mecanismo simplificado e resistente a erros” para direcionar as ações de informações. Recomenda que o comandante estabeleça uma “situação final de informações” junto com a situação final militar desejada que, tal como reza a doutrina, direciona todo o planejamento operacional²³. Essa abordagem reduziria o período de tempo necessário para que os militares adotem a “forma de pensar”, que Mullen propõe²⁴. Esse é só um ponto de partida, porém.



O Cel Greg Julian, oficial de Comunicação Social, do Exército dos EUA, durante uma reunião com moradores de Tagab, Afeganistão, 27 Jan 09.

Marinha dos EUA, CC John Gay

Incluir um enunciado para a situação final de informações não fará, por si só, que os comandantes se tornem melhores em comunicação ou passem a compreender as implicações estratégicas de suas ações e de sua retórica. Hastings sugere que será necessária uma mudança institucional mais profunda. Afirma que é preciso proporcionar um entendimento mais profundo e amplo aos comandantes, para que operem no campo das informações. Observa que o “pessoal no topo já entende isso”, mas “quando falamos dos coronéis, eles terão de aprender as lições da mesma forma que os outros?”²⁵ Hastings acredita que os oficiais devem receber instrução sobre comunicação social desde cedo, e que ela deve ser reforçada em todos os níveis do ensino institucional, ao longo da carreira, e incorporada aos treinamentos. Ele lembra que todos os oficiais, independentemente de suas especializações, aprendem o valor e a necessidade de planejar as funções de apoio, como a logística e as comunicações, sem as quais as operações militares fracassariam. A área de comunicação social é igualmente essencial — particularmente nas operações de contrainsurgência de hoje — e, no entanto, não é ensinada de modo detalhado²⁶.

Não surpreende que haja uma deficiência como essa no ensino de comunicação social, algo agravado pela inexistência de doutrina. Isso acontece porque não enxergamos a área como uma função de apoio. Exige-se que os novos oficiais se tornem

peritos nas complexas arte e ciência do combate, por meio de cursos e treinamentos rigorosos diretamente ligados à sua especialização. A duração desses cursos de especialização varia de seis meses a um ano, o que lhes deixa pouco tempo para tarefas não essenciais. O curso básico de qualificação para o oficial de comunicação social, em todas as Forças Armadas, tem a duração de 43 dias²⁷. É o único treinamento obrigatório em comunicação social em toda a carreira do oficial. Como o processo de seleção para a área varia segundo a Força, a experiência prática de um oficial que atinge os postos mais altos da carreira também varia. Os oficiais de comunicação social da Força Aérea, da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais normalmente começam suas carreiras pouco depois de seu ingresso na Força, como aspirantes-a-oficial ou tenentes. No Exército, muitos oficiais passam para a área de comunicação social depois de mais de dez anos em outras especialidades²⁸. As duas formas são positivas. Começar uma carreira e permanecer na mesma área durante todo o período obrigatório produz militares extremamente experientes e especializados. Contudo, atualmente as Forças Armadas dão preferência às habilidades relacionadas às armas combatentes e, por isso, optar por uma especialização como comunicação social pode prejudicar as futuras promoções de um oficial. Por outro lado, o modelo do Exército proporciona aos oficiais de comunicação social experiência operacional em outros campos, produzindo um profissional mais completo, que os oficiais das armas combatentes talvez considerem mais confiável. Nenhuma das Forças tem promovido militares de comunicação social aos postos de oficiais-generais, de forma regular. Apenas a Marinha e o Exército contam com oficiais-generais oriundos de comunicação social.

A progressão da carreira militar exige que os oficiais, incluindo os de comunicação social, façam um curso de ensino de nível intermediário [no caso do Exército dos EUA, o curso de Comando e Estado-Maior — N. do T.] e, sendo selecionados, ingressem em uma das instituições de pós-graduação das Forças Armadas. Essas instituições apresentam oportunidades para a incorporação de níveis crescentes da formação em comunicação. Quando selecionados para esses estabelecimentos de ensino, os oficiais de comunicação social podem ajudar seus colegas a entender a integração da comunicação. Durante

a progressão do oficial na carreira, deveria haver, obrigatoriamente, oportunidades para a especialização em comunicação social, diplomacia pública e áreas relacionadas. Deveríamos proporcionar uma base acadêmica a todos os comandantes dos escalões superiores, algo que lhes permita empregar comunicações estratégicas em um ambiente operacional que demanda a cooperação e a sincronização entre agências nas intervenções ou conflitos em que os Estados Unidos estão envolvidos. O país precisa produzir comandantes que pensem além das soluções cinéticas. Essa não deve ser a exceção e sim, a regra.

Além das oportunidades institucionais disponíveis a todos os oficiais, há poucas chances para que os especialistas em comunicação social recebam treinamento na indústria e participem de cursos e programas de pós-graduação nessa área. A ampliação desses programas, com o acréscimo de bolsas acadêmicas em comunicação e estudos estratégicos em instituições de pesquisa e de pós-graduação, poderia gerar uma quantidade suficiente de peritos em comunicação social nos postos hierárquicos mais altos. Além de comandantes estratégicos bem instruídos e com visão de futuro, são necessários, para assessorá-los, oficiais de comunicação social igualmente qualificados e capazes, de modo a evitar que indevidamente sejam misturadas a propaganda e as informações públicas.

Conclusão

Este artigo não representa uma discussão detalhada de todos os desafios relativos a comunicações estratégicas, comunicação social e operações de informações. Outras considerações na preparação de comandantes e oficiais de comunicação social para operar no ambiente de informações incluem a formação em sociologia, antropologia e campos relacionados. Sem dúvida alguma, essas áreas lhes iriam conferir melhor entendimento do fator humano, assim como o fariam o aumento da proficiência em idiomas estrangeiros e os programas de intercâmbio militar internacional.

Este artigo se concentra nas recentes mudanças na abordagem das comunicações e nas questões de comunicação social. Minhas recomendações incluem:

- Estabelecer, por meio de legislação ou regulamentos, parâmetros para as operações de informações e informações públicas militares.

- Separar as atividades de comunicação social das operações psicológicas de influência, para eliminar o entrelaçamento das duas — real ou percebido.

- Reinstaurar uma forte integração de comunicação social e de operações de informações em todo o planejamento e nas funções do estado-maior.

- Restabelecer a comunicação social como uma função de estado-maior especial, onde ela tenha sido abandonada.

- Modificar a doutrina para forçar o planejamento de comunicação.

- Modificar as instituições de ensino, capacitando-as a melhor preparar os militares nas áreas de comunicação e efeitos estratégicos, ao longo de suas carreiras.

- Melhorar e ampliar o treinamento especializado do oficial de comunicação social.

A existência de “áreas cinzas” nas atividades militares de comunicação dá margem à

ocorrência de danos permanentes à credibilidade das Forças Armadas estadunidenses e à reputação dos Estados Unidos. As guerras de hoje são — e muitos conflitos futuros provavelmente serão — contrainsurgências, e o eixo desses conflitos é a população nativa. As Forças contrainsurgentes vencerão quando a população tiver suficiente confiança no seu governo e nos parceiros internacionais²⁹. Se as Forças Armadas estadunidenses atuarem de forma inábil e não se mostrarem confiáveis no discurso e na prática, irão fadar ao fracasso a si próprias e as suas bem-intencionadas intervenções. Hoje, enquanto a guerra no Afeganistão continua e as Forças militares estadunidenses se preparam para o que está por vir, precisamos efetuar as mudanças necessárias na forma pela qual operamos e nos comunicamos com o público e com o mundo. A credibilidade do país está em jogo.**MR**

REFERÊNCIAS

1. PINCUS, Walter. “Pentagon reviewing strategic information operations”, *The Washington Post*, 27 Dec. 2009.
2. MORRELL, Geoff. *DOD News Briefing*, 26 Mar. 2010, disponível em: <www.defense.gov/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=4591>.
3. IGNATIUS, David. “Caution lights for the military’s ‘information war,’” *The Washington Post*, 24 Mar. 2010.
4. O termo “propaganda” não está definido nas leis ou na doutrina estadunidense que trata de operações de informações ou de operações públicas. Para os fins deste artigo, significa a disseminação de ideias, informações ou boatos com o propósito de persuadir, para ajudar ou prejudicar uma instituição ou causa. Como profissional de comunicação social, entendo que a as restrições da área contra a propaganda se referem à difusão ou à omissão de informações que visem a persuadir o público estadunidense, em vez de apenas informá-lo.
5. GERTH, Jeff; SHANE, Scott. “U.S. is Said to Pay to Plant Articles in Iraq Papers”, *The New York Times*, 30 Nov. 2005, disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/12/01/politics/01propaganda.html?pagewanted=all>>.
6. SCHULMAN, Daniel; CORN, David. “The Pentagon’s Stringers”, *Mother Jones*, 19 Mar. 2010, disponível em: <<http://motherjones.com/politics/2010/03/robert-young-pelton-easonjordan-isn-praedict>>.
7. Robert T. Hastings Jr., ex-Subsecretário de Defesa para Comunicação Social, entrevista realizada em 23 de março de 2010.
8. HASTINGS Jr., Robert T. “Principles of Strategic Communication”, *U.S. Department of Defense Memorandum for Secretaries of Military Departments*, 15 Aug. 2008.
9. *Smith-Mundt Act of 1948*, constante de Title 22, Chapter 18 of the United States Code.
10. PALMER, Allen W.; CARTER, Edward L. “The Smith-Mundt Act’s Ban on Domestic Propaganda: An Analysis of the Cold War Statute Limiting Access to Public Diplomacy”, *Communication Law and Policy* 11, no. 1 (Winter 2006): p. 1-34.
11. ARMSTRONG, Matt. “The Smith-Mundt Act: Myths, Facts and Recommendations”, 24 Nov. 2009, p. 3, disponível em: <www.mountainrunner.us/smith-mundt.html>.
12. Entrevista com Hastings.
13. HASTINGS, “Principles of Strategic Communication”, p. 1.
14. MULLEN, Alte Michael G. “From the Chairman—Strategic Communication: Getting Back to Basics”, *Joint Force Quarterly* 55 (4th quarter 2009), p. 2-4.
15. JOINT CHIEFS OF STAFF (JCS), Joint Publication (JP) 3-13, *Information Operations*, (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 13 Feb. 2006), p. II-1.
16. Joint Publication P 3-61, *Public Affairs* (Washington, DC: GPO, 9 May 2005), p. vii-xi.
17. GATES, Robert M. “Landon Lecture” (Manhattan: Kansas State University, 26 November 2007), disponível em: <www.defenselink.mil/speeches/speech.aspx?speechid=1199>.
18. Cheguei a essas conclusões com base em minha experiência como oficial de comunicação social da Força-Tarefa Conjunta Combinada-101 e da 101ª Divisão Aeroterrestre (Assalto Aéreo), durante a Operação *Enduring Freedom IX*, de março de 2008 a junho de 2009. Essa Divisão substituiu um comando que havia adotado a subordinação da comunicação social ao diretor de efeitos. O oficial de comunicação social da Unidade substituída e alguns observadores externos recomendaram que retomássemos a organização tradicional dessa área. Com essa configuração, a Unidade que substituímos havia enfrentado a diminuição de sua capacidade de difusão de informações em tempo hábil; uma excessiva produção de comunicados à imprensa (que eram vistos como “propaganda estadunidense inútil”, como revelou um repórter); e a incapacidade de prover um assessoramento franco ao comandante. Com base nessas recomendações, a Força-Tarefa restabeleceu a comunicação social como uma função do estado-maior especial, mas, desta vez, com ênfase do comando na integração de atividades de comunicação social em todas as operações e na integração de todas as operações com a comunicação social.
19. MULLEN, p. 4.
20. Biografia da ISAF, disponível em: <<http://www.isaf.nato.int/en/about-isaf/leadership/rearadmiral-gregory-j.-smith.html>>.
21. JULIAN, Cel Gregory. Chefe de Comunicação Social, Comando Supremo das Potências Aliadas na Europa, entrevista em 23 Mar. 2010.
22. IGNATIUS.
23. MURPHY, Dennis M. “In Search of the Art and Science of Strategic Communication”, *Parameters* 39, no. 4 (Winter 2009-2010): p. 107-108.
24. MULLEN, p. 2.
25. Entrevista com Hastings.
26. *Ibid.*
27. Descrição de curso, Public Affairs Qualification Course, U.S. Defense Information School, disponível em: <www.dinfos.osd.mil/dinfosweb/CourseInfo/course_catalog.asp>.
28. Sou oficial do Exército, com 21 anos de serviço, 10 deles como oficial de comunicação social. As observações apresentadas se baseiam nas minhas próprias experiências e no meu entendimento sobre o ingresso de oficiais na comunicação social e o desenvolvimento de suas carreiras, nessa especialidade.
29. U.S. Army, Field Manual 3-24, *Counterinsurgency* (Washington, DC: GPO, 2006), section 1-3, 1-115, 1-118.

A Disputa pela Aldeia Sul do Afeganistão, 2010

Tenente-Coronel Brian Petit, Exército dos EUA

Este artigo é dedicado ao Subtenente Mark Coleman, das Forças Especiais do Exército dos Estados Unidos da América (EUA), morto em combate em uma aldeia afegã em 02 Mai 10.

O autor agradece aos Capitães Rob Snyder, Greg Adams e Chris Countouriotis do 2º Batalhão, 1º Grupo de Forças Especiais (Aeroterrestre), por suas contribuições para este artigo.

DECORRIDOS NOVE ANOS de guerra no Afeganistão, a estrutura social ali predominante — a aldeia — continua desafiando estrategistas e executores das atividades de contrainsurgência que buscam obter e manter influência sobre a população rural do país. A aldeia afegã é difícil de ser entendida, complicada para ser engajada e representa um desafio para quem pretenda exercer qualquer tipo de influência. Durante o último ano, tropas de Operações Especiais dos EUA, mais experientes e bem preparadas, e seus parceiros afegãos obtiveram considerável sucesso nos complexos ambientes físico e humano de certas aldeias — embora este seja passível de ser revertido¹. Este artigo oferece observações colhidas a partir das operações de estabilização de aldeias conduzidas pelo Comando Componente de Operações Especiais das Forças Combinadas-Afeganistão (CFSOCC-A, na sigla original, em inglês) no sul do Afeganistão, em 2010². Cinco observações específicas foram recorrentes entre as dez diferentes equipes que atuavam nas aldeias no sul do Afeganistão³. Elas deixam claro o papel da aldeia na proteção da população afegã.

As aldeias rurais do Afeganistão são os locais onde vive a população que tanto os insurgentes

quanto os contrainsurgentes buscam influenciar, inspirar e intimidar. Há uma insurgência rural em curso⁴. Aproximadamente 70% da população do país — que possui 32 milhões de habitantes — mora em áreas rurais ou em aldeias, longe de centros urbanos⁵. Na região sul do Afeganistão, a maioria das pessoas vive em agrupamentos de aldeias agrárias que dependem de culturas sazonais, mantidas com irrigação de superfície. Mesmo as grandes cidades da área, como Qalat e Tarin Kowt, assemelham-se mais a aldeias do que a centros urbanos, mantendo suas características rurais até em áreas densamente povoadas. Talvez não seja nas aldeias que o futuro do Afeganistão será conquistado, mas a história nos ensina que esse futuro também não virá sem elas.

O número de moradores de uma aldeia afegã varia de uma dúzia a cerca de mil habitantes. A maioria delas é sustentada por agricultura de subsistência e faltam serviços básicos como eletricidade, esgoto, água potável e educação formal. A autoridade é baseada nas redes sociais tradicionais: tribos, clãs, laços de parentesco e família. A afiliação tribal e as relações de família formam os sistemas de crenças e motivam os comportamentos. As aldeias são patriarcais. A vida da família é estruturada em volta da *qalat* (cidadela) — rodeada de muros de barro que servem a duas funções: conter (mulheres, posses, cabras) e repelir (invasores e o público). A vida na aldeia afegã é simples e hobbesiana — sórdida, embrutecida e curta. A expectativa de vida de homens e mulheres é de 44 anos⁶.

Abdul Salam Zaeef, o autor de *My Life with The Taliban* (“Minha Vida com o Talibã”, em tradução livre), começa seu livro com esta frase reveladora: “Nasci na pequena aldeia de

O Tenente-Coronel Brian Petit é Diretor da Célula de Fusão de Guerra Irregular do Exército dos EUA no Forte Leavenworth, Kansas. Ele comandou a Força-Tarefa de

Operações Especiais - Sul (2º Batalhão, 1º Grupo de Forças Especiais) no sul do Afeganistão em 2010.



Foto do autor

Um policial afegão participa de uma patrulha perto de sua aldeia, acompanhado por um soldado das Forças Especiais dos EUA, Província de Kandahar, 2010.

Zangiabad em 1968⁷”. Zaeef define a si próprio primeiro por sua aldeia, depois por sua família e, por último, por sua afiliação vitalícia com o Talibã. Aldeias praticamente independentes em relação às vizinhas, como Zangiabad, localizada a oeste de Kandahar (um povoado bastante disputado), integram os típicos agrupamentos de aldeias rurais que constituem os distritos. Vários distritos constituem uma província. Há 34 províncias no Afeganistão.

Influenciar aldeões afegãos permanece sendo um componente-chave da estratégia do Talibã para prolongar o conflito, esgotar os recursos internacionais, pôr à prova a determinação dos Estados Unidos e negar seu acesso à população rural, a qual geralmente rejeita a ideologia talibã. Para implantar essa estratégia, o grupo coopta e coage os aldeões que estão além do alcance da proteção proporcionada pelos recursos do governo afegão. O Talibã e as entidades criminosas a ele associadas infiltram-se nos conjuntos de aldeias, o que dificulta identificá-los e, portanto, impor-lhes uma derrota decisiva. As aldeias são a “camuflagem insurgente”. Elas são isoladas, autossustentáveis e culturalmente impossíveis de serem distinguidas por quem não pertença a elas. Proporcionam uma infindável quantidade de “berçários naturais” a partir de onde os insurgentes atuam e para onde vão, quando necessitam de abrigo. O anticorpo contra a invasão do Talibã — o aldeão — estará em grande perigo se resistir. *A essência das operações de estabilização das aldeias é apoiar os líderes e os habitantes do povoado que tenham disposição para resistir à hegemonia do Talibã.*

Na região sul do Afeganistão, de etnia pashtun, a maioria das aldeias e dos distritos está fora da capacidade de influência dos serviços civis e de segurança do governo. Os desafios impostos pela geografia do país, sozinhos, já seriam bastantes para complicar a possibilidade de o governo influenciar positivamente a vida dos aldeões. Ainda assim, são estes os “eleitores decisivos”, cuja lealdade é disputada por nós e pelo Talibã. Convencê-los a resistir ativa e passivamente à intrusão do Talibã é essencial para a estabilização do Afeganistão.

Estabilização da Aldeia

As operações de estabilização de aldeias são executadas por pequenas equipes combinadas formadas em torno de um destacamento de Forças Especiais, denominado Destacamento Operacional *Alpha*⁸. Esse tipo de operação emprega uma metodologia verticalizada, de baixo para cima, cujo objetivo é fortalecer e estimular as estruturas sociais das aldeias e prover segurança, capacitar o desenvolvimento e fomentar a governabilidade local. As operações de estabilização de aldeias fortalecem os anciãos e mulás que são anti-Talibã e, *acima de tudo*, pró-governo. O objetivo é melhorar a estabilidade dentro de estruturas sociais duradouras e criar áreas que sejam inóspitas a propostas e intimidações insurgentes. Alcançamos um ponto decisivo estratégico quando vinculamos essas aldeias a seus distritos e províncias e estabelecemos conexões significativas com o governo nacional.

Observações Colhidas e Desafios

As observações a seguir foram feitas por integrantes de uma equipe de Forças Especiais do Exército dos EUA que conviveu — completamente integrada — com habitantes de várias aldeias ao sul do Afeganistão, entre janeiro e agosto de 2010. Citaremos as observações de forma resumida para, depois, prosseguir com uma discussão detalhada sobre cada uma delas.

- O respeito e a autoridade devem vir antes de tudo, para que se possa obter influência. O progresso significativo e duradouro nos povoados afegãos só pode vir de uma posição de poder real ou percebido, fundamentada na conscientização cultural, na competência tática e no desenvolvimento financeiro.

- A cultura afegã de resistência é algo arraigado. Os conceitos *pashtuns* de vergonha e honra frequentemente produzem o ímpeto para lutar. Canalizar esse ímpeto contra a insurgência é algo perfeitamente possível e eficaz.

- Afastar a “mentalidade” insurgente da população é, em geral, mais fácil do que afastar os próprios insurgentes.

- Devemos colocar as afiliações comunitárias acima das afiliações tribais. Os laços de sangue existentes entre as comunidades causam menos divisões na vinculação de aldeias aos seus distritos e aos seus líderes locais. O ideal seria utilizar o engajamento tribal como um meio para avançar os engajamentos comunitários.

- Com frequência, o desejo de progresso pessoal de alguns indivíduos frustra o progresso coletivo da tribo. Aspirações corruptas e não produtivas de tribos ou de indivíduos podem prejudicar os esforços para desenvolver benefícios comunitários.

Respeito e Autoridade

Conquistar e manter o respeito e a autoridade sobre toda a população possibilita obter segurança, desenvolvimento e governabilidade nas aldeias. Nas áreas rurais do Afeganistão, demonstrar suficiente consciência cultural, ao

mesmo tempo em que se exhibe capacidade de agir em força, é uma atitude que conquista respeito. As relações pessoais são muito importantes, mas elas devem crescer a partir de uma posição de força. As interações entre pessoas devem atender à crença do aldeão de que essa aliança lhe será benéfica, ou à sua família, ao seu clã ou à sua tribo. Obter *dominância intencional* e *consciência cultural* de modo constantemente produtivo e balanceado talvez seja o maior desafio tático no nível da aldeia.

Para minar a influência do Talibã nos povoados, devemos suplantá-lo sua dominância e romper seu monopólio de autoridade. As aldeias e seus moradores querem apenas sobreviver e prosperar. Para isso, eles irão se alinhar e se deixar subjugar pela presença que for dominante e duradoura. Para melhorar sua possibilidade de sobrevivência, os vulneráveis aldeões ajustarão suas preferências morais, políticas e ideológicas para estarem do mesmo lado em que está a facção que percebem como sendo a dominante. Nas operações de estabilização de aldeia, a tríade composta pela autoridade, pela competência tática e pelos benefícios econômicos promove progresso sustentável.

No vale de Zerekoh, uma área da Província de Shindand que está saturada pela presença do Talibã, as equipes de Forças Especiais dos EUA conseguiram um “grande avanço” por meio de uma série de ações que demonstraram autoridade obstinada, competência tática e benefícios econômicos.

De início, as equipes geraram uma primeira impressão consistente ante os aldeões, nas primeiras *shuras* de aldeia de que participaram. Mesmo as pequenas ações eram relevantes — escutar atentamente; reconhecer a autoridade dos mais velhos, dos



Foto do autor

As equipes de defesa local dos EUA e do Afeganistão dependem de motocicletas para sua mobilidade, sobrevivência e fácil acesso à população. Foto tirada no Distrito de Arghandab, Província de Kandahar, 2010.

khans (os donos de terras) e dos *maliks* (os chefes locais); demonstrar entendimento dos problemas locais; explicitar, de modo simples, experiência e sabedoria na vida e em combate; e oferecer assistência de modo crível. As barbas e a roupa constituíam um fator contribuinte pequeno, mas significativo. As barbas produzem estímulos visuais imediatos, indicando maturidade, sabedoria, atitude masculina e familiaridade: importantes indicativos para uma primeira impressão. Em geral, um militar munido de algumas frases básicas do idioma local e de habilidades interpessoais pode acelerar o estabelecimento das indispensáveis ligações culturais e humanas⁹. O militar precisa criar uma impressão inicial suficientemente forte para convencer um aldeão a superar os perigos óbvios de cooperar com as Forças da coalizão e com as Forças legais do Afeganistão. Os aldeões desejam ser vencedores, mas é preciso incentivar sua disposição a se exporem e a aceitarem algum nível de violência em suas vidas.

Em 08 Mai 10, na aldeia do vale do Zerekoh, quando possuíamos uma defesa básica que estava estabelecida há algumas semanas, o Talibã passou a atacar diretamente os habitantes locais e as equipes de Forças Especiais. Nossa reação — com sua velocidade, violência de ação e com o emprego efetivo, embora discricionário, de fogos indiretos — foi um momento decisivo para a aldeia. Os enfrentamentos no nível tático raramente produzem vitórias duradouras, mas podem demonstrar o emprego competente de força letal. Nossas equipes de Forças Especiais consideraram aquele combate de 08 de maio como sendo um momento decisivo na conquista do apoio dos moradores da aldeia.

A população precisa acreditar que é de seu interesse resistir às ameaças do Talibã. E isso só será possível se ela acreditar que a autoridade dominante e duradoura irá prevalecer. O movimento inicial para que essa crença fosse obtida correspondeu à demonstração de poder, letalidade e coerção, que suplantou os insurgentes como a influência mais forte da área. Quando os aldeões perceberam essa força, os *maliks* (anciãos das aldeias) passaram a responder positivamente a medidas como os projetos de construção de melhorias, as *shuras*

representativas e os mecanismos de resolução de conflitos. No vale do Zerekoh, a *destruição* foi o catalisador para a *construção*.

Estabelecer uma posição de influência é algo possível de ser atingido em qualquer aldeia. O desafio é manter a influência em grandes áreas, oferecer proteção física para aldeias e para seus habitantes e transferir essa influência a um *malik* local, a um comandante das Forças de Segurança Afegãs ou a um comandante de Defesa local, que possua um mínimo de capacidade. Independentemente dos benefícios imediatos que a segurança do governo afegão possa proporcionar, os aldeões irão permanecer “neutros” se a presença do Talibã não for enfrentada pronta e continuamente, de forma visível. Esse é o maior desafio tático na área rural do Afeganistão. O sucesso no longo prazo significa o estabelecimento de uma presença local efetiva, contínua e confiável nas aldeias (preferivelmente do governo), que convença seus moradores a resistir ativamente ao Talibã.

A Cultura da Resistência

O Afeganistão tem uma cultura histórica de violência e resistência armada contra influências externas. Atitudes xenofóbicas predominam, o que leva imprevisibilidade até aos engajamentos mais bem intencionados. Considerando-se essa premissa, como pode essa cultura de resistência contribuir para uma campanha de contrainsurgência bem-sucedida?

Por muitos anos, os talibãs do vale do Zerekoh eram tratados como *mujahedins*. Eles adotaram o nome dos respeitados combatentes da liberdade dos anos 80, que repeliram a ocupação soviética do Afeganistão. Durante a primavera de 2010, os aldeões passaram a desafiar o Talibã, o que levou a um aumento de ataques e de tentativas de controle da população por esse grupo. Essa escalada de violência causou claro ressentimento contra o Talibã. Com coragem, os moradores pegaram em armas e assumiram a honrosa denominação de *mujahedins*. Os talibãs — e não as tropas dos EUA — passaram a ser considerados intrusos.

Quando se estabelece uma Força de defesa para a aldeia, com condições de enfrentar o Talibã, a segurança aumenta. O desafio em estabelecer defensores locais é mantê-los como um mecanismo viável, orientado tão somente para a proteção da

população da aldeia. Os grupos de defesa de aldeia precisam se concentrar na capacidade de executar uma defesa limitada, mas devem também possuir treinamento e equipamento para enfrentar insurgentes bem armados.

Quando a “cultura de resistência” pashtun é mobilizada contra o Talibã pashtun, criam-se as condições necessárias para apoiar grupos locais de defesa, liderados pelos próprios afegãos. Medidas destinadas ao progresso local, como desenvolvimento de projetos e as *shuras* representativas, entre outras, podem criar raízes e crescer. De modo oposto, se a “cultura de resistência” pashtun considerar a coalizão ou o governo afegão como o inimigo, os insurgentes, os “guerrilheiros acidentais” e a própria população irão impedir quaisquer tentativas de progresso¹⁰.

Como Afastar a “Mentalidade” Insurgente do Povo

Em muitas aldeias, os insurgentes *são* a população. Nesses casos, o êxito está muito menos ligado à nossa capacidade de separar os insurgentes do povo em geral, do que à própria eliminação das atividades insurgentes desempenhadas por um indivíduo ou por uma linhagem familiar. A inserção da palavra “mentalidade” na conhecida frase “separar os insurgentes do povo”, foi popularizada por um sargento das Forças Especiais, que operava junto a insurgentes pacificados no estratégico vale do Rio Arghandab, ao norte da Cidade de Kandahar¹¹. O sargento pretendeu enfatizar que os efeitos de longo prazo devem advir de persuadir os aldeões a deixarem de apoiar passiva ou ativamente a violência antigoverno. A frase “mentalidade insurgente” reconhece sabiamente que a insurgência não é monolítica, e que muitos fatores motivam o sentimento anticoalidação — objetivos políticos, conflitos entre tribos, ganhos econômicos e motivações relacionadas aos sentimentos de vergonha e de honra.

Muitos dos eficazes insurgentes vieram das aldeias do sul do Afeganistão. Os comandantes e subcomandantes eram membros de tribos locais. Seus combatentes e tropas auxiliares eram filhos de integrantes proeminentes das tribos. Nesses casos, separar a população da insurgência é impossível. Impedir que a população busque ações e ideais insurgentes, no entanto, é algo viável.

É preciso que se compreenda e que sejam enfrentadas as disputas irreconciliáveis existentes entre os moradores, incluindo divisões tribais, disputas entre feudos e lutas internas pelo poder. É necessário manter essas diferenças sob controle e concentrar a animosidade do povo contra a insurgência e seus efeitos destrutivos. A aldeia de Adirah adotou a perspectiva de que ações violentas representavam um flagelo contra a comunidade. Essa forte atitude cultural levou a menos ataques em muitas aldeias no antes volátil vale do Rio Arghandab.

Em Adirah, a ajuda para o restabelecimento de uma *shura* representativa permitiu reinstalar conselhos de governança local que tinham sido eliminados pelo atrito ao longo dos últimos 30 anos de conflito. A chave para gerar ímpeto nessas *shuras* foi a habilidosa introdução de projetos de desenvolvimento. Uma equipe de Forças Especiais financiou anciãos das comunidades, que executaram mais de 55 pequenos projetos em suas áreas (com um custo total de US\$ 250.000). Os projetos administrados localmente — galerias de águas pluviais, canais de irrigação, muros de contenção, passarelas para pedestres — produziram claros benefícios para a comunidade e estimularam rapidamente a população local contra a transgressão insurgente. A comunidade planejou, organizou e construiu todos os projetos. A equipe de Forças Especiais utilizou dinheiro do Programa de Resposta de Emergência do Comandante (*Commander's Emergency Response Program — CERP*) com a liberação de recursos em até dois dias após a tomada a decisão, nas *shuras*. A rápida liberação de recursos do CERP para apoiar os projetos locais selecionados consolidou a credibilidade dos anciãos (e da coalizão). Muito importante: os projetos eram selecionados e iniciados em questão de horas e dias, não em semanas ou meses¹².

Os projetos do CERP em Adirah eram executados pela comunidade e requeriam aprovação do Distrito de Arghandab. Embora esse governo local ainda não estivesse responsável pela delegação ou pelo gerenciamento dos projetos, a simples busca da aprovação permitia um grau mínimo de conexão entre os líderes das aldeias e as autoridades do Distrito. Os insurgentes não atacavam os projetos apoiados pelos anciãos de aldeia.

Ainda existem insurgentes em Adirah. No entanto, a coesão comunitária e tribal já serviu como um dissuasor poderoso, levando a menos ataques insurgentes e à geração de mais empregos. Essa dinâmica também estabeleceu as condições para a “reintegração silenciosa” dos insurgentes na comunidade. Logo, a violência insurgente diminuiu e conversações discretas entre os anciãos e os insurgentes foram retomadas. Isso estimulou a pacificação no curto prazo e abriu caminho para uma duradoura reintegração dos insurgentes locais.



Foto do autor

Um policial afegão do distrito conversa com anciãos locais, durante um seminário médico destinado aos moradores rurais e executado pelos próprios afegãos, Província de Zabul.

Afiliações Comunitárias antes das Afiliações Tribais

Devemos dar prioridade às afiliações comunitárias, acima das afiliações tribais. Os laços comunitários enfatizam a conectividade por meio da vocação, das adversidades, da religião e de semelhanças baseadas na comunidade. É possível que haja várias tribos dentro de uma única comunidade ou de uma pequena aldeia. As afiliações comunitárias causam menos divisão na vinculação de aldeias a seus distritos e aos líderes locais. Com frequência, o contato puramente tribal será necessário, mas ele deve ser considerado apenas como um meio para progredirmos na direção dos contatos comunitários coletivos. Os engajamentos mais efetivos envolvem *qawms* (parentescos sociais), centrados na comunidade ou nas residências, que não são orientados em volta das tribos de forma dogmática.

No violento Distrito de Khas Oruzgan, no nordeste da Província de Oruzgan, uma equipe de Forças Especiais dos EUA, com várias passagens pela área, permanecia experimentando resultados insatisfatórios toda vez que reunia líderes de mais de uma tribo. Embora fosse algo anti-intuitivo, a equipe sugeriu ao governo do Distrito que realizasse *shuras* separadas, orientadas de acordo com as tribos, de modo a estabelecer confiança e buscar consenso

sobre importantes assuntos de segurança, de desenvolvimento e de governabilidade. Isso permitiu que os líderes se sentissem seguros para expressarem suas opiniões com franqueza. O aparente efeito “desagregador” dessas *shuras* tribais separadas acabou por permitir a realização de uma bem-sucedida reunião de várias tribos, administrada por anciãos habilidosos, capazes de promover objetivos comuns sem que se sentisse a possibilidade ameaçadora de que alguma tribo estivesse sendo privilegiada.

Em Khas Oruzgan, considerando que a violência insurgente retardava a resolução de conflitos, o governador do Distrito alterou sua abordagem de reunir as *shuras* ou *jirgas* e simplesmente passou a convocar grupos de anciãos e cidadãos respeitados para representar suas aldeias. Como consequência, na primavera de 2010 os ataques insurgentes haviam diminuído significativamente e novas áreas foram abertas ao comércio.

Contudo, um programa de estabilização de aldeia bem-sucedido, como o esforço em Khas Oruzgan, alcançará efeitos limitados se o governo distrital não for capaz ou não estiver disposto a avançar. Quando aldeias buscam ajuda de um centro distrital que é deficiente, corrupto ou que tem pessoal insuficiente, o progresso

se torna difícil e as ilhas de segurança ficam vulneráveis às influências antigoverno.

O contato tribal é um pré-requisito para o contato comunitário. Sem diálogo significativo com as pessoas influentes das tribos, os esforços para promover o progresso acabarão frustrados. Os destacamentos dos EUA instalados nos vilarejos e nas aldeias consideravam os contatos tribais como essenciais, mas não como uma estratégia em si mesma. Mesmo em áreas onde os governos provincial e distrital estão ausentes, é fundamental que as ações bem-sucedidas do governo local sejam vinculadas a um entendimento amplo de governo nacional afegão.

Na prática, as nuances que envolvem as relações humanas são claramente desafiadoras. Leva tempo para que se possam compreender as complexidades das dinâmicas tribais e subtribais. É essencial avaliar as conexões locais e estabelecer relacionamento interpessoal antes de tomar quaisquer ações que possam alterar o poder. Mesmo as melhores escolhas podem produzir efeitos colaterais negativos, alterar o equilíbrio de poder e promover indivíduos à custa de instituições. Podemos diminuir esses riscos ao reforçar continuamente os parentescos comunitários acima dos parentescos tribais.

Avaliar as Motivações

Um fator essencial na avaliação da situação de uma aldeia é a análise de sua motivação. Entre as aldeias engajadas no sul do Afeganistão, os grupos que apoiavam as iniciativas de estabilização podiam ser classificados em duas categorias: 1) uma tribo ou um grupo dominante, forte o suficiente para suportar ataques insurgentes e 2) uma tribo ou um grupo marginalizado que buscava ascender na estrutura de poder ao se alinhar com os fortes parceiros afegãos ou da coalizão. Um terceiro grupo estava presente, embora mais raro: aquele comprometido com o combate do Talibã por razões ideológicas ou pessoais.

A avaliação de motivos é essencial para o contato efetivo. Todos os indivíduos e grupos tentam aumentar sua estatura, seus recursos, seu poder e sua influência. Devemos avaliar suas motivações e os riscos que assumem. Como o povo irá reagir? Que grupo irá aproximar-se do governo afegão? Que grupo tem mais chances de

afastar-se do governo? As melhorias na segurança, na governabilidade e no desenvolvimento do local compensam o comprometimento de parte dos nossos limitados recursos?

Historicamente, no Afeganistão, as alianças constituídas com a finalidade de segurança e sobrevivência têm sido pragmáticas. A calculada capitulação da tribo Alikozai ao Talibã, em 1994, é um exemplo da forma de sobrevivência política comum no Afeganistão. Deve-se enxergar além dos motivos óbvios de indivíduos e grupos e examinar os verdadeiros motivos que os levam a cooperar. Em 2010, algumas tribos específicas, em distritos considerados críticos para a coalizão, foram consideradas impraticáveis pelas equipes de Forças Especiais, por uma variedade de razões: ou eram violentas demais, ou possuíam liderança insuficiente, ou viviam desequilíbrios tribais irreconciliáveis ou, ainda, demonstravam total falta de disposição para apoiar as prioridades da coalizão e do governo do Afeganistão.

Há poucas aldeias que apoiam abertamente o governo afegão. A identificação de grupos que sejam primordial ou potencialmente pró-governo afegão é sempre um bom começo, dada a desconfiança generalizada que a população tem com relação ao governo centralizado. Se o povo local deseja realmente resistir ao Talibã e organizar-se para melhorar a segurança e o



Um militar das Forças Especiais, assessor de aldeia, discute um projeto de construção com um ancião, Distrito de Arghandab, Província de Kandahar, 2010.

Foto do autor



Foto do autor

Os complexos urbanos e de aldeias rurais possuem muros altos que reduzem a visibilidade a partir da rua, Província de Kandahar, 2010.

progresso, então a oportunidade existe para conectá-lo ao seu governo distrital, e por extensão, aos governos provincial e nacional.

Transição

Em julho de 2010, o Presidente afegão Hamid Karzai aprovou o programa de Policiamento Local como uma iniciativa de segurança, formalizada sob o controle do Ministério do Interior. Os primeiros programas de policiamento local foram desenvolvidos a partir das operações de estabilização de aldeia bem-sucedidas. Isso foi concebido de modo a garantir que a governança, o desenvolvimento e as condições de segurança estejam adequados para sustentar e administrar uma polícia local de confiança. Atualmente, o crescimento da Polícia Local Afegã está condicionado às operações de estabilização das aldeias, para moldar o ambiente e garantir que o programa policial possa ser implantado sem riscos excessivos. Isso incentiva o progresso, embora

todos os lados reconheçam que as recompensas vêm acompanhadas de riscos. A formação de uma Polícia Local altera os equilíbrios econômico e social, mudando inevitavelmente o *status* social e os quocientes de honra. Contudo, para que seja possível enfrentar a invasão do Talibã, é necessário que riscos como esse sejam assumidos agora, sob pena de sofrer uma irreversível perda de confiança das populações rurais. Ao estabilizar as aldeias com melhoramentos sociais de pequena escala e ajudar o programa policial local a manter a segurança, o governo afegão e a Força Internacional de Assistência à Segurança priorizam suas chances de sucesso na conquista da população rural em certas áreas.

As Forças de Segurança Nacional afegãs continuam preparando equipes de Forças Especiais afegãs para trabalharem em parceria com equipes de Forças Especiais dos EUA e efetuar a transição das conquistas obtidas nas aldeias para as lideranças civil e militar afegãs. As operações de

estabilização de aldeia não são exclusivamente planejadas para as Forças de Operações Especiais dos EUA ou do Afeganistão. Sua execução em áreas remotas exige pequenas equipes extremamente profissionais, capazes de operar com independência, com inerente capacidade de autoproteção, com pessoal de Inteligência, com suficiente poder de combate, com mínima capacidade logística, com capacitação nas áreas médica e de assuntos civis e com uma variedade de opções para sua mobilidade. Com igual importância, é preciso que haja comprometimento para com cada uma das aldeias engajadas pelas equipes. Qualquer Força afegã ou da coalizão que possua essas capacidades será adequada para ajudar o governo afegão a estabilizar aldeias.

Proteger o Povo de Dentro para Fora

A população predominantemente *pashtun* do sul do Afeganistão esteve sob vários regimes de governo nos últimos 25 anos, mas quase nenhum foi capaz de efetivamente controlar as áreas rurais. Em geral, as aldeias providenciavam sua própria segurança e governo durante as principais mudanças no governo central. As aldeias aceitarão a prestação básica de serviços de segurança e justiça, como sinal de um poder governante competente. As operações de

estabilização de aldeia visam a satisfazer esses requisitos básicos, utilizando-se de cidadãos afegãos confiáveis e legítimos, oriundos dessas mesmas comunidades.

As cinco observações anteriores descrevem os desafios de *como* proteger o povo nas aldeias. As soluções que extraímos dessas observações não seguiram um padrão. Apenas as soluções que estivessem de acordo com a capacidade, a personalidade e o desejo comunitário de cada aldeia eram viáveis e passíveis de serem apoiadas.

A estratégia de contrainsurgência da coalizão e do governo afegão enfatiza a proteção da população. Com grande frequência, a população de áreas isoladas busca proteção colaborando com o Talibã. A “disputa pela aldeia” propõe mudar essa inclinação, oferecendo alternativas viáveis que fortaleçam a estabilidade dos vilarejos e fomentem conexões com o governo afegão. A estabilização de aldeia funciona “ao contrário”. Estabilizamos primeiro as aldeias, depois vinculamos sua governabilidade aos distritos e às províncias. Investir nas aldeias do Afeganistão é analiticamente inflexível, socialmente cansativo e extremamente perigoso. Mesmo assim, os resultados valem o risco, porque ao combater a insurgência rural do Afeganistão, não podemos “vencer” sem o apoio das aldeias.**MR**

REFERÊNCIAS

1. Para as Forças subordinadas ao Comando Componente de Operações Especiais das Forças Combinadas-Afeganistão (*Combined Forces Special Operations Component Command-Afghanistan — CFSOCC-A*) e à Força-Tarefa Combinada de Operações Especiais-Afeganistão (*Combined Joint Special Operations Task Force-Afghanistan — CJSOTF-A*), as parcerias com os afegãos variam desde *Kandaks* (batalhões do Exército) a “defensores de aldeia” em treinamento para as Unidades de Polícia Local Afegã. Algumas equipes de Forças Especiais começaram sem parcerias, com o objetivo de assessorar os líderes de aldeia na formação de Unidades de Defesa local.

2. As Operações de Estabilização de Aldeia no Afeganistão também foram chamadas de Iniciativa de Defesa de Comunidade e de Iniciativa de Defesa Local. Um programa parecido, com base no povo local, patrocinado pelas Forças de Operações Especiais na Província de Wardak, foi chamado de Programa de Proteção do Público Afegão. Esses programas tiveram uma variedade de precursores durante o envolvimento dos EUA na Guerra do Vietnã.

3. As experiências de aldeia utilizadas para a elaboração deste artigo foram extraídas de equipes que viviam e atuavam nas seguintes províncias: Oruzgan, Helmand, Shindand, Kandahar, and Zabul.

4. JONES, Seth. *Counterinsurgency in Afghanistan*, RAND Counterinsurgency Study, Volume 4, 2008. Há um consenso entre acadêmicos e analistas sobre a insurgência do Afeganistão ter sua base nas áreas rurais principalmente.

5. As estatísticas populacionais são difíceis de determinar e variam muito. Fontes incluem estimativas da Asia Foundation, disponíveis em: <www.asiafoundation.org>, e o site do Departamento de Estado dos EUA, disponível em: <www.state.gov>.

6. Consulte <www.state.gov>.

7. ZAEFF, Abdul Salam. *My Life with the Taliban* (New York, Columbia University Press, 2008), p. 1.

8. As operações de estabilização de aldeia também são empregadas por Unidades de Operações Especiais do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA e de Operações Especiais Navais, que atuam sob o CFSOCC-A e a CJSOTF-A, embora a maioria dessas operações — assim como a minha experiência — esteja concentrada na atuação das Forças Especiais do Exército dos EUA.

9. Algumas das equipes de Forças Especiais dos EUA iniciaram operações de estabilização de aldeia sem parceiros afegãos. O crescimento das Forças Especiais afegãs capacita os afegãos a assumir o comando nas aldeias, com as Forças de Operações Especiais estadunidenses no papel de assessores.

10. Referência a KILCULLEN, David. *The Accidental Guerrilla* (Oxford University Press, 2009).

11. Isolar a “mentalidade” insurgente do povo era uma frase usada pelo Primeiro Sargento B. Bowlin, do Destacamento Operacional Alpha 1234, no Distrito de Arghandab.

12. O Programa de Resposta de Emergência do Comandante (CERP, na sigla em inglês) permanece sendo um programa eficaz. Com frequência, a dificuldade relacionada ao emprego do CERP está em satisfazer três requisitos básicos: selecionar e treinar duplas de militares devidamente qualificados (um oficial de planejamento em campanha e um oficial ecônomo), garantir a disponibilidade de dinheiro vivo para todas as equipes e utilizar o banco de dados CIDNE (*Combined Information Data Network Exchange*) para selecionar projetos. Para conduzir efetivamente as operações de estabilização de aldeia descentralizadas, foram necessárias mais de 35 Equipes de CERP, em cada batalhão de Forças Especiais. Isso também exigia a distribuição de dinheiro a cada equipe, antecipadamente, para permitir a utilização dos recursos como um “sistema de armas”.

Coronel Cristian Chateau Magalhaes



mútua entre as respectivas instituições armadas.

Como Editor-Assessor, o Coronel Chateau participou de todo o processo de publicação da edição hispano-americana da *Military Review*, assegurando sua qualidade. Como Oficial de Ligação do Exército do Chile junto ao Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA, deu continuidade ao desempenho exemplar de seu cargo em todas as atividades de representação, deixando manifestos seus sólidos conhecimentos profissionais, o que lhe permitiu manter um vínculo fluido e um intercâmbio profissional com seus colegas do Exército dos EUA e de outras nações aqui representadas. O

O PESSOAL DA *MILITARY Review* deseja aproveitar esta ocasião para manifestar sua profunda gratidão ao Coronel Cristian E. Chateau Magalhaes, do Exército do Chile, por seu trabalho desinteressado e incansável em apoio à edição hispano-americana, no desempenho de suas funções como Editor-Assessor. Além de realizar com distinção e sumo profissionalismo seus importantes deveres editoriais, conseguiu reforçar os estreitos laços de amizade entre os EUA e seu Exército, aprofundando o intercâmbio profissional e a compreensão

Coronel Chateau foi um digno embaixador de seu belo país e de seu respeitado Exército.

O pessoal da *Military Review* e, em especial, aqueles de nós que tivemos o privilégio de trabalhar estreitamente com o Coronel Chateau em todas as fases da edição hispano-americana, nos despedimos de um colega e amigo a quem dedicamos o mais elevado respeito e afeto. Nós lhe desejamos pleno êxito em seu novo destino profissional e expressamos nossos mais sinceros votos de felicidade a sua maravilhosa família.